

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MATEUS HENRIQUES PATRICIO

UMA ANÁLISE DA DEFINIÇÃO DE CONHECIMENTO DE LINDA ZAGZEBSKI

UBERLÂNDIA

2025

MATEUS HENRIQUES PATRICIO

UMA ANÁLISE DA DEFINIÇÃO DE CONHECIMENTO DE LINDA ZAGZEBSKI

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de concentração: Metafísica e Epistemologia

Orientador: Dr. Fernando Martins Mendonça

Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia

UBERLÂNDIA

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P314 Patricio, Mateus Henrique, 2000
2025 Uma análise da definição de conhecimento de Linda Zagzebski [recurso eletrônico] / Mateus Henrique Patricio. - 2025.

Orientador: Fernando Martins Mendonça.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Filosofia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.37>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Filosofia. I. Mendonça, Fernando Martins ,1984-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-
MG, CEP 38400-902
Telefone: 3239-4558 - www.posfil.ifilo.ufu.br - ppgfil@ifilo.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 004/25, PPGFIL				
Data:	Dezenove de fevereiro de dois mil e vinte cinco	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	12312FIL010				
Nome do Discente:	Mateus Henrique Patricio				
Título do Trabalho:	Uma análise da definição de conhecimento de Linda Zagzebski				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	Metafísica e Epistemologia				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Concepções de conhecimento em Platão e Aristóteles				

Reuniu-se sala web conferência Microsoft Teams, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Marco Antonio Caron Ruffino; Pedro Henrique Carrasqueira Zanei e Fernando Martins Mendonça orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a).Fernando Martins Mendonça, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Caron Ruffino, Usuário Externo**, em 20/02/2025, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Carrasqueira Zanei, Usuário Externo**, em 20/02/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Martins Mendonça, Presidente**, em 20/02/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6108423** e o código CRC **4E5FFC34**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Márcio de Deus Patrício e Maria Teresa Henriques Patrício, por me apoiarem a seguir carreira acadêmica em Filosofia, um caminho que sabiam ser difícil e pouco valorizado.

Agradeço à minha companheira de vida, Estefany Amorim Viana de Castro, pelas conversas acadêmicas, que certamente auxiliaram na escrita da dissertação, e, principalmente, pelo carinho e amor que recebi durante o período do mestrado, que não foi fácil.

Contra o peso das adversidades da vida, tive a sorte de contar com inúmeros amigos que proporcionaram conversas e risadas prazerosas, a quem sou grato. Em matéria de amizade, não posso deixar de expressar agradecimentos aos meus amigos de infância de Patos de Minas, que estiveram presentes quando precisei oferecendo ternura, pessoas de coração genuinamente bom.

Sou grato aos meus professores, sobretudo, ao professor Fernando Martins Mendonça, que acompanhou meu desenvolvimento acadêmico desde a iniciação científica e promoveu grupos de estudo, eventos e reuniões que muito me beneficiaram. De modo mais geral, agradeço àqueles que contribuíram ativamente para minha formação intelectual e pela manutenção do meu desejo de filosofar, em especial, os professores Alcino Bonella, Rubens Sobrinho, Gilson Santos, César Meurér, Rafael Vogelmann e Felix Pinheiro.

Pela troca de ideias e apoio mútuo, agradeço aos amigos de profissão Sunkey, Lucca Barroso, Lucas Guerrezi, Ryan Pablo, Felipe Fernandes, João Gabriel de Noce, Paulo Vitor Siqueira e muitos outros. Agradeço, em especial, as inúmeras contribuições intelectuais de Pedro Lemgruber, que, aliás, gentilmente se dispôs a ler e discutir algumas versões prévias desta dissertação.

Agradeço aos membros da Banca, Marco Antônio Caron Ruffino e Pedro Henrique Carrasqueira Zanei, que gentilmente aceitaram contribuir com o meu desenvolvimento profissional. Além disso, agradeço a boa vontade de ambos os membros da banca que, em momentos anteriores à defesa, mostraram ser pessoas acessíveis e dispostas a ajudar.

Por fim, agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado, que permitiu esse trabalho ser realizado com intensa dedicação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: princípio de decisão doxástica (PDD).....	29
Figura 2: alegada circularidade na definição de conhecimento.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: definição tradicional do conhecimento.....	16
Tabela 2: definição de conhecimento segundo Clark.....	19
Tabela 3: Definição causal do conhecimento perceptivo.....	21
Tabela 4: definição causal do conhecimento inferencial.....	22
Tabela 5: descrição de algumas virtudes intelectuais.....	44
Tabela 6: definição de conceitos morais.....	49
Tabela 7: definição de conceitos epistêmicos.....	50
Tabela 8: definição de estados louváveis.....	51
Tabela 9: definição de ato de virtude.....	52
Tabela 10: definição de conhecimento segundo Zagzebski.....	62

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a definição de conhecimento de Zagzebski, discutindo possíveis méritos e objeções. Além disso, contextualizamos o debate contemporâneo sobre a natureza do conhecimento e expomos a teoria das virtudes a partir da qual a definição é construída. Zagzebski desenvolve, em *Virtues of The Mind* (1996), uma teoria unificada das virtudes, que trata virtudes intelectuais como espécies de virtudes morais. Segundo sua perspectiva, conceitos da ética e da epistemologia, como “ação correta” e “crença justificada”, podem ser construídos a partir do conceito de virtude moral. Sua teoria permite a classificação e avaliação normativa de ações e estados cognitivos. O conceito de conhecimento faz parte desse projeto teórico, sendo definido em referência à virtude. Conhecer, segundo a autora, é estar em um estado de contato cognitivo com a realidade que surge de atos de virtude intelectual. Sua definição tem notórios pontos positivos. Dentre eles, destacam-se a habilidade de esquivar dos problemas tipo-Gettier e a capacidade de explicar o valor distintivo que atribuímos ao conhecimento. Todavia, ela também é objeto de críticas. Nesta dissertação, analisamos somente quatro. A crítica de autoria de Lackey (2006, 2008), que acreditamos ser bem-sucedida, afirma que a definição exclui instâncias de conhecimento por testemunho. A definição de Zagzebski exige que a aquisição de crença verdadeira seja mais bem explicada pelo fato de que o sujeito espelha elementos do comportamento virtuoso. Todavia, em instâncias de conhecimento testemunhal, o sucesso na aquisição da verdade é mais bem explicado pelas qualidades do informante do que do sujeito cognoscente. O primeiro capítulo é dedicado às discussões epistemológicas contemporâneas a respeito da natureza do conhecimento. Em especial, discorremos sobre a definição tradicional do conhecimento, os problemas de Gettier e a querela entre internalistas e externalistas sobre a justificação. O segundo capítulo é dedicado à apresentação da teoria das virtudes de Zagzebski. Mais especificamente, construímos, a partir de argumentos, o conceito de virtude, chamando atenção para suas propriedades necessárias. Em seguida, mostramos como conceitos morais e epistemológicos podem ser definidos a partir de elementos das virtudes. O terceiro capítulo trata sobre a definição de conhecimento de Zagzebski e está dividido em três partes. Na primeira parte, a definição de conhecimento é avançada; na segunda parte, ressaltamos os méritos da posição em termos de virtudes teóricas; na terceira parte, apresentamos quatro críticas à definição e tentamos respondê-las.

ABSTRACT

The main aim of this dissertation is to analyze Zagzebski's definition of knowledge, discussing its possible merits and objections. In addition, we contextualize the contemporary debate on the nature of knowledge and expose the theory of virtues from which the definition is constructed. In *Virtues of The Mind* (1996), Zagzebski develops a unified theory of virtues, which treats intellectual virtues as species of moral virtues. According to her perspective, concepts from ethics and epistemology, such as “right action” and “justified belief”, can be constructed from the concept of moral virtue. Her theory allows for the classification and normative evaluation of actions and cognitive states. The concept of knowledge is part of this theoretical project and is defined in reference to virtue. Knowing, according to Zagzebski, is to be in a state of cognitive contact with reality that arises from acts of intellectual virtue. Her definition has notable positive points. Among them are the ability to avoid Gettier-type problems and the capacity to explain the distinctive value we attribute to knowledge. However, it is also subject to criticism. In this dissertation, we analyze only four of them. The critique by Lackey (2006, 2008), which we believe to be successful, claims that the definition excludes instances of knowledge by testimony. Zagzebski's definition requires that the acquisition of true belief is best explained by the fact that the subject mirrors elements of virtuous behavior. However, in instances of testimonial knowledge, success in acquiring the truth is better explained by the qualities of the informant rather than the knower. The first chapter is dedicated to contemporary epistemological discussions about the nature of knowledge. In particular, we discuss the traditional definition of knowledge, Gettier's problems and the dispute between internalists and externalists over justification. The second chapter is dedicated to presenting Zagzebski's theory of virtues. More specifically, we construct the concept of virtue from arguments, drawing attention to its necessary properties. We then show how moral and epistemological concepts can be defined using elements of virtue. The third chapter deals with Zagzebski's definition of knowledge and is divided into three parts. In the first part, the definition of knowledge is advanced; in the second part, we highlight its merits in a language of theoretical virtues; in the third part, we present four criticisms of the definition and try to answer them.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O PROBLEMA GETTIER E ASPECTOS INTERNOS E EXTERNOS DO CONHECIMENTO	15
1.1 A DEFINIÇÃO TRADICIONAL E O PROBLEMA GETTIER.....	15
1.2 ASPECTOS INTERNOS E EXTERNOS DO CONHECIMENTO	24
2. A TEORIA DAS VIRTUDES MORAIS E INTELLECTUAIS	36
2.1 VIRTUDES MORAIS E INTELECTUAIS.....	36
2.2 A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO MORAL E EPISTÊMICA.....	49
3. A DEFINIÇÃO DE CONHECIMENTO	57
3.1 DEFININDO CONHECIMENTO.....	57
3.2 VIRTUDES TEÓRICAS DA DEFINIÇÃO	67
3.3 CRÍTICAS E OBJEÇÕES	77
3.3.1 Crítica 1: Circularidade.....	77
3.3.2 Resposta à Crítica 1 (Circularidade).....	79
3.3.3 Crítica 2: Falha na Condição C.....	79
3.3.4 Resposta à Crítica 2 (Falha na Condição C).....	81
3.3.5 Crítica 3: Conhecimento Não Requer Motivos Virtuosos	84
3.3.6 Resposta à Crítica 3 (Conhecimento Não Requer Motivos Virtuosos)	84
3.3.7 Crítica 4: Conhecimento por Testemunho	86
3.3.8 Resposta à Crítica 4 (Conhecimento por Testemunho).....	88
CONCLUSÃO.....	91
BIBLIOGRAFIA	93

INTRODUÇÃO

A epistemologia é a área responsável pelo estudo filosófico do conhecimento. Entre as principais perguntas que a epistemologia busca responder estão: *O que é o conhecimento? É possível conhecer? Quais são os limites do conhecimento? No que devemos acreditar? O que é a justificação?* Essas perguntas partilham o seguinte aspecto: são questões conceituais sobre a natureza do conhecimento ou intimamente relacionadas à natureza do conhecimento.

Diferente da história e da sociologia do conhecimento, a epistemologia não é uma investigação majoritariamente descritiva, isto é, que busca retratar fatos, sejam históricos ou sociológicos, a respeito do conhecimento. O estudo filosófico do conhecimento é fortemente normativo, ou seja, preocupa-se com questões voltadas as nossas obrigações e deveres relativas ao conhecimento. O historiador do conhecimento, por exemplo, interessa-se em registrar e analisar as práticas epistêmicas de um povo (seu método científico, hábitos de formação de crença, entre outros). Por outro lado, o interesse do epistemólogo volta-se não ao estudo de quais são as práticas **efetivamente** utilizadas, mas quais delas **devem** ser adotadas. O conceito de conhecimento colabora como um critério nesse empreendimento, baseando a escolha entre o que deve ou não ser preferido.

Tal caracterização coloca no centro da epistemologia o interesse pela natureza do conhecimento¹. Apesar de não ser uma visão compartilhada por todos os filósofos do presente, a tradição filosófica ocidental se conecta fortemente com ela². Em *Menon*, as personagens do diálogo platônico se questionam sobre a diferença entre acreditar verdadeiramente e conhecer. Aristóteles, nos *Segundos Analíticos*, reflete sobre a natureza

¹ Em sua introdução à epistemologia, Zagzebski (2009) lembra que outras perguntas que não *o que é conhecimento?* podem assumir o papel principal na investigação. Ela diz “a maior parte das questões centrais da epistemologia, portanto, pertencem ao conhecimento: O que é conhecimento? O conhecimento é possível? Como o adquirimos? Essas três questões estão interconectadas e não é obvio qual delas vem primeiro. Por exemplo, você pode pensar que não somos capazes de trabalhar o problema de se o conhecimento é possível antes de descobrirmos o que é o conhecimento, mas alguns filósofos têm sido acusados de impor condições para o conhecimento irrazoavelmente restritivas, levando, assim, a conclusão de que o conhecimento é inalcançável. Mas se o conhecimento, segundo certa explicação, mostra-se ser inalcançável, você pode concluir que há algo errado com a explicação.” (ZAGZEBSKI, 2009, p.2).

² Desde a segunda metade do século XX, principalmente o caráter normativo da epistemologia foi questionado e abandonado por alguns autores. Sobre esse assunto, confira Kornblith (2008) e Quine (1975).

do conhecimento científico (*episteme*), o que inclui reflexões sobre a explicação científica e a estrutura de justificação nas ciências. Descartes, nas *Meditações Metafísicas*, busca um fundamento para o conhecimento humano de modo a afastar as dúvidas céticas e esclarecer a confiabilidade das ciências. Além desses, vários exemplos históricos podem ser usados a fim de estabelecer essa conexão³.

A curiosidade direcionada à pergunta *o que é o conhecimento?* não está reservada aos acadêmicos e é encontrada de modo explícito ou implícito nas nossas relações políticas e sociais. Por vezes, os políticos se reúnem com médicos a fim de estabelecer quais tratamentos devem ou não receber financiamento público. Normalmente, a preferência por certos tratamentos ao invés de outros está fundamentada na ideia de que algumas práticas são conhecidamente eficazes, enquanto outras possuem a eficácia desconhecida. É uma questão, portanto, do que conhecemos ou não e de dar preferência àquilo que está conectado ao conhecimento.

Outro exemplo é o interesse público em questões epistemológicas voltadas a relação entre *fake news* e a democracia. A cada dia que passa, intensificam-se as discussões em espaços públicos, sejam escolas, telejornais ou redes sociais, sobre a possível dependência da democracia em um ambiente social em que indivíduos sejam capazes de distinguir notícias falsas das reais. Por detrás dessa preocupação há um interesse na qualidade das práticas epistêmicas dos cidadãos de uma democracia e a suspeita de que a saúde desse sistema político depende de indivíduos com hábitos que conduzem ao conhecimento de assuntos públicos.

Tradicionalmente, as investigações a respeito da natureza do conhecimento são separadas segundo o tipo de conhecimento investigado⁴. A espécie de conhecimento que ganhou mais atenção ao longo dos últimos anos é o conhecimento transmitido via sentenças, aquele que tem papel central nas ciências, pelo qual capturamos fatos via expressões linguísticas. Chamado de “conhecimento proposicional”, por vezes é contrastado com o conhecimento direto (de lugares/pessoas) e com o conhecimento habitual (saber fazer)⁵. Parece sensato dizer que a maneira que conhecemos lugares e

³ Sobre a história da epistemologia no ocidente, confira Hetherington (2012).

⁴ Para uma discussão introdutória sobre tipos de conhecimentos, confira Pritchard (2006: p.4).

⁵ Sobre a razão pela qual esse tipo de conhecimento é chamado de “proposicional”, confira as considerações sobre a natureza das proposições em Costa (2005).

peças não é exatamente a mesma do que conhecemos fatos. Sinal disso é que o conhecimento de uma pessoa parece diferir dos fatos que se sabe sobre ela. Semelhantemente, o saber realizar certa atividade, como saber andar de bicicleta, não é idêntico à coleção de fatos conhecidos sobre como realizar a atividade. Não é incomum, por exemplo, atletas relatarem que não sabem explicar certa performance ou tática esportiva, apesar de estarem perfeitamente habituados em realizá-la. Isso significa que eles possuem mais conhecimento habitual do que proposicional de tais atividades. Nesta investigação, basicamente nos limitamos a discutir o conhecimento proposicional.

Esta dissertação tem como tema o empreendimento filosófico de responder à pergunta *o que é conhecimento?* de modo direto, oferecendo uma definição. O nosso objetivo principal é apresentar a teoria epistemológica presente em *Virtues of the Mind* (1996), de Linda Zagzebski, e avaliar sua definição de conhecimento. Também levamos em conta, sobretudo no capítulo inicial, a contribuição de autores à epistemologia contemporânea que compõem o cenário no qual Zagzebski avança e discute suas ideias.

O capítulo 1 tem como objetivo promover uma contextualização do debate contemporâneo a respeito do conhecimento. Para tanto, discorre-se sobre a definição tradicional do conhecimento, o problema Gettier e a dialética de definições resultante desse embate. Além disso, trabalha-se a querela do internalismo contra externalismo sobre justificação, incluindo sua influência na mudança metodológica que as discussões sobre a natureza do conhecimento passaram durante a segunda metade da década de 80. De modo geral, destacam-se algumas contribuições epistemológicas realizadas antes do avanço da definição de Zagzebski e que colaboraram para a formulação da teoria.

O capítulo 2 visa apresentar a teoria das virtudes presente em *Virtues of The Mind* (1996). Principalmente, damos enfoque para o conceito de virtude e para o processo de construção de conceitos éticos e epistêmicos. A virtude é caracterizada como um traço de caráter valioso constituída por um aspecto motivacional e comportamental característico. Além disso, não se realiza uma cisão entre virtudes morais e intelectuais, tratando-as como idênticas em tipo. Os conceitos de ação moral, crença justificada e outros são construídos em referência aos elementos motivacionais e comportamentais das virtudes. O conceito de ato de virtude destaca-se dos demais por capturar um estado de alto valor normativo, em que um agente espelha com muita semelhança o virtuoso e é bem-sucedido em sua ação.

No capítulo 3, dissertamos sobre a definição de conhecimento presente em *Virtues of The Mind* (1996). Inicialmente, construímos de modo progressivo a definição de conhecimento como um estado de contato cognitivo com a realidade que surge de atos de virtude intelectual. Em seguida, ressaltamos algumas virtudes teóricas da definição, como adequação evidencial e aplicabilidade, em conexão com alguns problemas teóricos. Por fim, consideramos críticas à definição apresentada, visando indicar possíveis respostas.

Felizmente, a filosofia acadêmica no Brasil conta com pesquisadores que contribuem com muito interesse e qualidade para o enfrentamento de problemas filosóficos. Todavia, parte dos cursos de filosofia do país ainda não adotaram o conselho kantiano de não ensinar filosofia, mas sim filosofar. Acreditamos que, para filosofar, é essencial estar ciente, ao menos em um nível introdutório, sobre as principais posições e problemáticas discutidas no cenário filosófico. Há, porém, uma barreira idiomática. Algumas das mais sofisticadas teorias epistemológicas são apresentadas e discutidas em um idioma estrangeiro, contribuindo para seu desconhecimento pelo público de brasileiro. Na esperança de colaborar para um cenário de acesso à filosofia contemporânea em língua portuguesa, buscamos cultivar uma escrita acessível e evitamos a inserção de termos técnicos sem que eles sejam, antes, explicados. Também fizemos uso, em um esforço didático, de notas, tabelas e figuras gráficas. Assim, concomitantemente ao realizar uma análise acadêmica, tivemos a intenção de produzir um texto introdutório (em nível de graduação) à discussão contemporânea sobre a natureza do conhecimento.

“E no entanto, também eu falo como quem não sabe, e sim como quem conjectura. Mas que a opinião correta é algo de tipo diferente da ciência [*episteme*], certamente não me parece que conjecture; antes, se há uma coisa que eu afirmaria saber – e são poucas as que eu afirmaria <saber> - uma, de qualquer forma, esta justamente, eu colocaria entre as coisas que sei.”

Platão (Personagem Sócrates)

1. O PROBLEMA GETTIER E ASPECTOS INTERNOS E EXTERNOS DO CONHECIMENTO

1.1 A DEFINIÇÃO TRADICIONAL E O PROBLEMA GETTIER

O problema da natureza do conhecimento pode ser enfrentado de modo direto ou indireto. Ele é enfrentado de modo indireto na medida que se avança teorias sobre aspectos do conhecimento que possuem implicações para a sua natureza, como sua possibilidade, fundamentação e origem. Por outro lado, o problema é enfrentado de modo direto quando uma definição de conhecimento é avançada. Ao definir o conhecimento, buscamos, sobretudo, apresentar um enunciado de identidade (da forma $X=Y$) que capture todas as instâncias de conhecimento e somente elas. Ou seja, desejamos delimitar corretamente o conjunto de coisas que são conhecimento a partir de uma característica comum que as discrimina das demais⁶. Como veremos posteriormente, também há outras qualidades, para além da adequação evidencial, por intermédio das quais se avalia uma definição de conhecimento. Uma boa definição explica as instâncias que acomoda, bem como possui condições que são aplicáveis em um contexto prático, servindo de guia real para ação e, para citar mais uma virtude, é frutífera para o tratamento de outros problemas da epistemologia.

Um procedimento comum para a formação de uma definição de X é identificar um caso que quase atenda aos requisitos para ser chamado X e raciocinar sobre o que é necessário acrescentar na situação original para que de fato mereça ser chamado “X”. Podemos fazer isso, no âmbito da teoria do conhecimento, a partir dos cenários de palpites sortudos, como o seguinte. João não sabe nada sobre futebol. Tal é seu desinteresse que no seu tempo livre nem cogita assistir ou praticar o esporte. Porém, para irritar seu amigo atleticano, passa a torcer para o cruzeiro, acreditando que ganhará o atual campeonato. Acontece que, nesse cenário hipotético, o cruzeiro efetivamente torna-se campeão. A crença original de João, portanto, revela-se verdadeira.

⁶ Tomando a expressão a ser definida como “*definiens*” e a expressão pela qual o *definiens* é definido como “*definiendum*”, podemos expressar o mesmo ponto dizendo que buscamos um *definiendum* que é condição suficiente e necessária para o *definiens* ocorrer.

No caso apresentado, a situação de João assemelha-se com a situação em que um sujeito (S) sabe de algo (P). Se S sabe que P, então ao menos S crê em P, pois não há conhecimento daquilo que não é assentido, e P é verdadeiro, pois não há conhecimento de falsidades. Todavia, recusamos dizer que João sabia que o cruzeiro tornar-se-ia campeão. Afinal de contas, de que modo João poderia saber disso, já que estava completamente alheio e afastado de qualquer informação a respeito do time? O problema aqui parece advir do fato de que o acerto de João se deve a um altíssimo grau de sorte. Segundo nossas intuições, a sorte é algo que ameaça o conhecimento, pois devemos ser, em certa medida, responsáveis (e, talvez, merecedores) pelo que conhecemos. O que é necessário, portanto, acrescentar ao cenário de João para transformar sua crença verdadeira em conhecimento?

Permeia na bibliografia especializada a ideia de que a tradição filosófica ocidental por muito tempo concordou que o elemento responsável por transformar mera crença verdadeira em conhecimento é a justificação⁷. De modo geral, a justificação teria sido compreendida como a posse de boas razões em suporte da crença acreditada. Maria possuirá uma crença justificada de que o cigarro danifica os pulmões, por exemplo, caso esteja ciente de informações que suportem essa conclusão e caso utilize essas informações para sustentar a sua crença. Na situação apresentada anteriormente, João não sabe que o cruzeiro se tornaria campeão, pois sua crença carece de justificação, de boas razões que a suportem⁸.

S sabe que P se, e somente se, (1) P, (2) S crê em P e (3) S está justificado em crer em P
--

Tabela 1: definição tradicional do conhecimento

Há, entretanto, dois problemas importantes com essa caracterização genérica. O primeiro deles é uma crítica histórica, a qual defende que, ao longo da história da filosofia, essa não foi a única ou, até mesmo, principal perspectiva a respeito do conhecimento

⁷ Chisholm, por exemplo, diz que “a resposta tradicional ou clássica, e aquela proposta no diálogo de Platão *Teeteto*, é que conhecimento é crença verdadeira justificada” (CHISHOLM, 1989, p.90).

⁸ Sobre a perspectiva tradicional da justificação, conferir Plantinga (1993, p.2:29)

humano⁹. A segunda delas é uma crítica filosófica, que se preocupa com uma circularidade na definição. Caso conhecimento seja definido em termos de justificação e a justificação, por sua vez, em termos de boas razões, é importante questionarmos se a nossa compreensão do que são boas razões é independente da nossa noção de justificação. Em outras palavras, como explicar a posse de boas razões sem recorrer ao conceito de justificação?¹⁰

A preocupação histórica, mesmo que pertinente, não enfraquece o fato de que essa perspectiva foi extremamente influente no início do século XX. Se esse não fosse o caso, as críticas à perspectiva tradicional não teriam sido recebidas com tamanha surpresa e entusiasmo. Do outro lado, a preocupação filosófica, apesar de séria, pode ser contornada. O conceito de boas razões, por exemplo, pode ser analisado em termos de crenças auto evidentes (cujo assentimento é extremamente atraente) e de inferências lógicas válidas. Pode-se sugerir que uma crença conta com o suporte de boas razões ou quando é (i) auto-evidente ou quando é (ii) inferida validamente de uma crença auto evidente. Sem dúvida, esse é um modelo simplificado da justificação tradicional (a partir do qual problemas surgem), mas é suficiente para mostrar a possível não circularidade da teoria.

O grande ataque à definição tradicional acompanha a publicação de *Is justified true belief knowledge?* (1963) de Edmund Gettier¹¹. Nesse breve artigo, Gettier ataca a suficiência dos critérios da definição tradicional, apresentado dois casos em que S possui uma crença verdadeira e justificada, mas não conhece. O autor reconhece dois pressupostos para a formação dos casos. Esses pressupostos são: (i) é possível que uma crença justificada seja falsa e (ii) se S crê de modo justificado em P, e Q se segue de P, e S deduz Q de P, então S está justificado em crer em Q¹². A partir disso, o seguinte caso é apresentado.

⁹ Há diversos artigos que questionam a suposta hegemonia histórica da definição tradicional. Para citar um exemplo, Silva (2018) considera diferenças entre a perspectiva tradicional e a de Platão.

¹⁰ Sosa (1980) explora problemas que surgem de concepções da justificação analisada em termos de razões, principalmente preocupações relacionadas à circularidade e ao regresso ao infinito.

¹¹ Chisholm (1989: p.92-93) cita fontes mais antigas em que o problema de Gettier teria sido apresentado. Todavia, fato é que a formulação clássica e mais citada do problema é de autoria de Gettier.

¹² Os dois pressupostos são bastante intuitivos. Porém, somente o pressuposto (i) se mostrou realmente essencial para a formação de casos que desafiam a definição tradicional de conhecimento. Um caso semelhante ao de Gettier, mas que não faz referência à dedução pode ser construído a partir de casos em que o sujeito forma a sua crença baseando-se exclusivamente na percepção ou memória. Um caso como esse foi proposto por Russell anos antes do artigo de Gettier no capítulo 13 de *The Problems of Philosophy* (2001).

Smith possui boas razões para crer que seu amigo, Jones, possui um Ford. Dentre elas, está o fato de que Smith frequentemente vê Jones dirigindo um Ford. Certo momento, Smith realiza uma série de deduções chegando em proposições disjuntivas quase aleatórias. Essas são proposições como “Jones possui um Ford ou Brown está em Londres”, “Jones possui um Ford ou Brown está no Rio de Janeiro”, “Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona”. Apesar de ter considerado a possibilidade de Brown estar em Barcelona, Smith não tem a mínima ideia da real localização dele. Porém, por acaso, Brown está efetivamente em Barcelona. Além disso, a crença inicial de Smith (de que Jones possui um Ford) é falsa, pois o Ford que Jones andava era alugado. Supondo que Smith acredite em cada uma das sentenças inferidas, ele agora possui uma crença verdadeira e justificada, mas que não é conhecimento. Smith crê em “Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona”, sua crença é verdadeira, pois Brown está em Barcelona, e ele está justificado em crer, pois a deduziu competentemente da crença justificada “Jones possui um Ford”. Todavia, não diremos que Smith sabe que “Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona”, pois há muita sorte envolvida no seu acerto.

Os cenários de Gettier, bem como semelhantes, revelam que, em última análise, a definição examinada não atendeu o desafio proposto no início da nossa investigação definicional. Buscamos condições que expliquem o que falta em situações de palpite sortudo a fim de que o S adquira a verdade por responsabilidade própria e não por sorte (algo ao menos necessário para o conhecimento)¹³. Todavia, o contraexemplo revela que a definição é incapaz fornecer tal resposta, pois abarca casos em que o sucesso cognitivo de S é devido, em grande parte, à sorte¹⁴.

O êxito do argumento de Gettier deu início ao que Greco (2009) chama de “período Gettier da epistemologia”. Durante aproximadamente 20 anos após a publicação

¹³ Aqui, não estamos utilizando um sentido forte de responsabilidade, um que responsabilidade implica elogio ou repreendimento. Diferentemente, nos casos de conhecimento, o agente é responsável no sentido de que seu sucesso epistêmico é creditável a ele. Essa maneira de compreender os casos Gettier é bastante sensata, mas não está livre de críticas. Lackey (2006, 2008), como veremos adiante, argumenta que há casos em que o conhecimento não é creditável ao sujeito cognoscente. Apesar disso, a filósofa ainda concede que o sucesso epistêmico não é devido sorte, e sim a fatores epistemicamente relevantes, mas que não estão presentes somente no sujeito cognoscente. Talvez, podemos dizer, de modo geral, que conhecer requer que o sucesso epistêmico seja creditável a fatores epistemicamente relevantes, e não a sorte. Sobre a relação entre conhecimento e crédito, confira Greco (2003).

¹⁴ Não há um diagnóstico consensual sobre o que há de especial nos casos de Gettier e por que eles ameaçam as definições de conhecimento. Esse problema ficou conhecido como “o problema do problema Gettier”. Cf. Lycan (2006).

do famoso artigo, os epistemólogos se reuniram em torno da busca de uma nova concepção de justificação ou de um novo elemento que, adicionado às condições tracionais, constitui conhecimento, escapando de contraexemplos como os apresentados por Gettier. Esse período foi marcado pela metodologia intuicionista. Segundo essa ideia, as definições devem ser avaliadas exclusivamente a partir da conformidade ou inconformidade com nossas intuições sobre quais casos contam como conhecimento¹⁵. Por consequência, instituiu-se uma dialética entre a proposição de uma definição, o fracasso via contraexemplo tipo-Gettier, a formulação de uma nova definição levando em conta os contraexemplos, novos contraexemplos tipo-Gettier e assim por diante¹⁶.

Uma das primeiras reações ao artigo de Gettier é de autoria de Clark e está presente em *Knowledge and Grounds: A Comment on Mr. Gettier's Paper* (1963). Em seu texto, Clark realiza um diagnóstico do que acredita inibir o conhecimento nos casos que Gettier apresentou e propõe uma definição que leva isso em conta. Segundo o autor, nos casos de Gettier, S não sabe que P, pois, apesar de justificada e verdadeira, sua crença não está bem fundamentada. A partir desse diagnóstico, adiciona-se à definição tradicional um critério relativo à fundamentação da crença. A fundamentação, segundo Clark, diz respeito ao que efetivamente leva uma pessoa a crer em algo. Se a pergunta *por que João crê em “o céu é azul”*? recebe como resposta *porque sua mãe assim disse*, então o fundamento para a crença de João refere-se ao fato de sua mãe ter lhe contado. Clark utiliza esse conceito de modo descritivo, o que contrasta com seu uso de “justificação”, que carrega uma conotação reguladora, relativa ao que S deve ou não acreditar. A fundamentação de uma crença é boa quando seu fundamento, o fundamento de seu fundamento e assim por diante, são verdadeiros. Por outro lado, a fundamentação de uma crença é ruim quando a cadeia que a fundamenta contém falsidades. Retomando o caso Gettier, Smith não conhece, pois sua crença verdadeira e justificada “Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona” está fundamentada na crença falsa “Jones possui um Ford” o que significa, portanto, que está mal fundamentada.

¹⁵ O comprometimento à metodologia intuicionista e ao método de contraexemplo é claro na discussão de Ayer que precede sua definição de conhecimento em *The Problem of Knowledge* (1956).

¹⁶ Os casos tipo-Gettier ou mostram que, tal como o caso original de Gettier, as condições da definição avaliada são insuficientes, pois todas elas podem ser cumpridas sem que haja conhecimento ou mostram que as condições da definição avaliada são desnecessárias, pois algumas (ou todas) podem ser descumpridas e mesmo assim haver conhecimento.

S sabe que P se, e somente se, (1) P, (2) S crê em P, (3) S está justificado em crer em P, (4) a crença em P está bem fundamentada

Tabela 2: definição de conhecimento segundo Clark

A definição de conhecimento como crença verdadeira, justificada e bem fundamentada rapidamente encontrou objeções na forma de cenários tipo-Gettier. No caso do sorteio do carro, que ataca à suficiência das condições, Fernanda encontra Márcio na sexta-feira e é informada que sua amiga, Teresa, possui um Ford. Márcio conta essa novidade a Fernanda, pois dias antes, na segunda-feira, esteve com Teresa, que afirmou ter comprado um Ford. Sem que Márcio soubesse, imprevistos ocorreram entre segunda e sexta de modo que Teresa vendeu seu Ford, sem esperanças de comprar qualquer carro no futuro próximo. Toda essa situação se complica a partir do seguinte acontecimento: horas antes de Márcio encontrar Fernanda na sexta-feira, Teresa venceu um sorteio cujo prêmio era um carro Ford. Teresa ainda não sabe que ganhou um Ford, muito menos Márcio e Fernanda, mas a verdade é que ela possui um Ford. Consequentemente, no encontro de sexta-feira Fernanda adquiriu uma crença verdadeira, justificada e bem fundamentada. A crença de Fernanda é justificada, pois ela sabe que Márcio estava dias antes com Teresa e que ele é um informante confiável sobre esse assunto. Além disso, a crença é bem fundamentada, pois a cadeia de fundamentos que levou Fernanda a crer que Teresa tem um Ford não possui nenhuma crença falsa. Todavia, há um grau de sorte tão elevado no acerto de Fernanda ao crer verdadeiramente que Teresa possui um Ford que não atribuímos conhecimento a ela.

Outro artigo que integra o período Gettier da epistemologia e ilustra a sua dinâmica é *A Causal Theory of Knowing* (1967), de Goldman. Nesse texto, Goldman fornece o seu diagnóstico do que impede o conhecimento de S nos casos originais de Gettier. Somado a isso, avança uma nova definição de conhecimento que escapa, alegadamente, das fragilidades identificadas. Segundo sua perspectiva, nos casos de Gettier, S não sabe que P, pois a crença em P não está conectada causalmente com o fato P, que a torna verdadeira. Smith, por exemplo, não sabe que “Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona”, pois o fato que a torna verdadeira (Brown estar em Barcelona) não está causalmente conectado a sua adoção.

Motivado por essa análise, Goldman advoga a favor do acréscimo de um requerimento causal na definição de conhecimento. Sua ideia, entretanto, não é exigir que

a crença em P seja causa do fato que P. Diferentemente, o filósofo introduz o que chama de “processos causais produtores de conhecimento”, especificando tipos de cadeias causais capazes de transformar uma crença verdadeira em conhecimento. Talvez o mais simples processo causal produtor de conhecimento seja a percepção. Segundo sua teoria, a crença perceptiva de Maria “vejo um computador” está conectada causalmente de modo adequado com o fato de que há um computador na sua frente quando há efetivamente um computador na sua frente, a luz atinge o computador, os processos fisiológicos de Maria captam a luz, e assim por diante até o ponto em que Maria forma a crença “vejo um computador”. Aqui não há a necessidade de especificar detalhadamente como funciona esse processo ótico/fisiológico. A teoria de Goldman conta com a interessante característica de deixar vários dos aspectos descritivos do processo analisado a outras áreas, como a fisiologia e a filosofia da percepção.

S sabe que P (via percepção) se, e somente se, (1) P, (2) S crê em P, (3) P está causalmente conectado com a crença de S em P tal como descreve as teorias da percepção.

Tabela 3: Definição causal do conhecimento perceptivo

Além da percepção, a inferência também é um processo causal produtor de conhecimento. De modo geral, uma crença resultante de uma inferência está conectada adequadamente com o fato relevante quando o fato causa vestígios que são posteriormente acessados e considerados em um raciocínio, produzindo-a. Uma arqueóloga descobre que certo grupo indígena esteve presente na Região da Farinha Podre, pois (i) o grupo indígena realmente esteve presente na região, (ii) o grupo indígena deixou certos vestígios arqueológicos, (iii) a arqueóloga escava os vestígios deixados pelos indígenas, (iv) a arqueóloga infere, a partir dos dados referentes aos vestígios e seu conhecimento de pano de fundo, que “certo grupo indígena esteve presente na Região da Farinha Podre” e (v) sua crença resulta da inferência. Cada etapa da cadeia, de i a v, está conectada causalmente com a posterior. Quando todas as condições são cumpridas, consideramos que a conexão causal entre a crença da arqueóloga e o fato que a torna verdadeira é adequada.

Nos casos inferenciais, Goldman também inclui o critério da justificação e ainda requer que S seja capaz de reconstruir, do seu ponto de vista subjetivo, a cadeia causal

que conecta sua crença com o fato relevante. Todos esses pontos são levados em conta a fim de excluir casos em que uma crença inferencial em P está causalmente conectada com P, mas S não conhece. Em um desses casos, duas populações indígenas antigas, X e Y, possuíam hábitos culinários semelhantes¹⁷. Diferente de X, a existência da população Y é completamente desconhecida pelas ciências modernas. Uma arqueóloga, ao encontrar vestígios de utensílios culinários da população X, infere de modo justificado, com base nos seus conhecimentos da população Y, que a população que produziu aquele utensílio preparava refeições com mandioca. Acontece que, devido à semelhança de hábitos das duas populações, a população X efetivamente preparava refeições com mandioca, o que torna a crença da arqueóloga verdadeira. Esse caso apresenta uma crença via inferência que é verdadeira, justificada, conectada causalmente com o fato relevante, mas não é conhecimento. A definição final de Goldman exclui esse cenário, pois requer que o sujeito cognoscente seja capaz de reconstruir adequadamente a cadeia causal que liga a sua crença em P ao fato P. A arqueóloga, entretanto, não seria capaz de fazer isso, já que reconstruiria a cadeia causal como se a evidência fosse produzida pela população Y e não X, o que é falso.

<p>S sabe que P (via inferência) se, e somente se, (1) P, (2) S crê em P, (3) S está justificado em crer em P, (4) o fato P está causalmente conectado com a crença em P tal como descreve o esquema apresentado, (5) S reconstrói de modo correto a cadeia causal que conecta sua crença em P com o fato P.</p>
--

Tabela 4: definição causal do conhecimento inferencial

A definição de Goldman encontra o mesmo destino que a definição de Clark, ou seja, é desafiada por contraexemplos tipo-Gettier. Em um desses casos (conhecido como “caso dos celeiros falsos”), João viaja de carro pelo interior de seu estado. Ao passar por uma região montanhosa, nota uma concentração de objetos vermelhos espalhados pelo campo. Ao diminuir a velocidade, volta sua atenção para um deles e pensa “isto é um celeiro”. A crença de João atende a todos os critérios da definição de Goldman.

¹⁷ Esse caso explora a insuficiência de uma definição que contém somente os critérios de crença, verdade, justificação e conexão causal. Há outros casos semelhantes que exploram a insuficiência de uma definição que contém somente os critérios de crença, verdade, conexão causal e reconstrução causal. O primeiro tipo de situação visa mostrar a importância de exigir que S seja capaz de reconstruir a cadeia causal que liga sua crença ao fato que a torna verdadeira, enquanto o segundo tipo de situação visa revelar a necessidade de exigir que a crença seja justificada.

Efetivamente, o objeto a que ele se refere é um celeiro e João o percebe segundo um processo causal adequado. Porém, sem que se dê conta, João atravessa um *set* de filmagem em que há vários celeiros falsos e só um real. Devido a essa situação inusitada, o acerto de João se revela extremamente sortudo. Caso tivesse olhado alguns momentos antes ou depois, sua crença seria falsa. Por isso, somos intuitivamente atraídos para a ideia de que o sujeito desse cenário acredita verdadeiramente, mas, no fim das contas, não conhece.

As definições de Clark e Goldman e seus respectivos contraexemplos ilustram o movimento dialético característico do período Gettier. Ambos os autores se apoiaram em intuições a respeito de instâncias de conhecimento para fazer críticas às teorias definicionais rejeitadas e para construir suas próprias definições. O objetivo compartilhado é o de encontrar condições que selecionam adequadamente o conjunto das instâncias intuitivas de conhecimento, e nenhum outro critério metodológico é salientado a não ser o método de contraexemplo.

Essa dinâmica de debate começou a se alterar quando os epistemólogos passaram a avaliar definições de conhecimento por critérios além da adequação evidencial. O período pós-Gettier, que ganhou força na década de 80, reconhece a importância de definições capazes de explicar aspectos distintivos do conhecimento, como o seu valor, sua conexão com a ação e o modo que seu conceito é efetivamente utilizado (GRECO, 2009). Além disso, filósofos também chamaram a atenção para a desejabilidade de qualidades definicionais como a aplicabilidade (característica de definições que servem como guia para avaliações de circunstâncias reais no dia a dia de sujeitos epistêmicos) e a profundidade explanatória (capacidade das definições de acomodarem as instâncias de conhecimento de modo explicativo). A teoria epistemológica de Zagzebski (1996), analisada neste trabalho, integra esse período. Parte importante de suas qualidades está relacionada aos supracitados valores teóricos.

Algumas discussões serviram como precursores da dinâmica que se instauraria no período pós-Gettier. Talvez a mais relevante delas é a querela entre internalismo e externalismo, que tem como foco principal discordâncias sobre a natureza da justificação. Como a justificação é um dos elementos pelos quais o conhecimento é definido, a questão ganhou amplitude, promovendo reflexões sobre possíveis restrições conceituais que qualquer definição de conhecimento deveria atender.

A seguir, apresentamos brevemente o debate entre internalismo e externalismo, enfatizando as implicações relativas à atividade de definir o conhecimento. A discussão visa tanto colaborar para contextualização histórica e filosófica, que é tema deste capítulo, quanto para estabelecer posições e problemas que serão retomados durante a avaliação da definição de Zagzebski. Como veremos nos capítulos posteriores, sua definição busca compatibilizar aspectos internos e externos do conhecimento, que foram introduzidos no debate entre internalistas e externalistas.

1.2 ASPECTOS INTERNOS E EXTERNOS DO CONHECIMENTO

O termo “justificação” não é unívoco e muito já foi dito sobre as confusões que pode provocar¹⁸. Principalmente, é importante distinguir seu uso regulador e seu uso relativo ao conhecimento, que se referem, a princípio, a fenômenos epistêmicos diferentes¹⁹. Em falas como “você está injustificado em crer que vacina causa autismo. Isso é algo completamente incorreto e condenável!” o termo possui uma conotação reguladora, relativo à recomendação, ordenação ou condenação de uma atitude intelectual. Nesse sentido, perguntar sobre a justificação de uma crença é perguntar sobre o dever ou direito em sustentá-la. Em trechos como “a crença na inexistência de Deus seria algo completamente irracional e incoerente para a população geral do século XIX, mas eles estariam justificados em acreditar nisso, pois há fortes indícios a favor da inexistência de Deus” o uso de “justificação” é relativo ao conhecimento. Agora o termo se refere ao elemento, que somado à crença verdadeira, constitui conhecimento, sendo esse elemento relacionado ao cumprimento de deveres epistêmicos ou não. Nas linhas a seguir, ora “justificação” é usada no sentido regulador ora no sentido relativo ao

¹⁸ Há sentidos não epistêmicos de justificação. Pode-se, por exemplo, perguntar sobre a justificação moral de sustentar uma crença (se sustentá-la viola ou não compromissos morais) ou sobre sua justificação pragmática (se sustentá-la ou não colabora para os objetivos pessoais daquele que crê). Mesmo dentro do domínio epistêmico, há ainda outras confusões. Cf. Alston (1985).

¹⁹ É difícil encontrar termos adequados para separar o elemento regulador, relativo ao seguimento de compromissos intelectuais, do elemento que, adicionado a crença verdadeira, constitui conhecimento. Plantinga (1993) utiliza “deontológico” para o primeiro sentido e “aval” para o segundo. O problema é que a concepção reguladora pode estar presente em teorias epistemológicas que não são deontológicas, como em teorias de virtudes intelectuais em que o comportamento intelectual é regulado a partir de paralelos com o comportamento do virtuoso. O termo “aval” também não nos parece adequado. Além da sua introdução nos debates filosóficos ter sido arbitrária, a palavra em português parece comunicar muito mal o seu papel filosófico. Cf. Zagzebski (1996: p.31-37).

conhecimento, sendo distinguíveis pelo contexto. Nossa preocupação principal, entretanto, é com o elemento que, somado à crença verdadeira, constitui conhecimento. Acontece que, como veremos abaixo, o aspecto regulador da justificação não é facilmente eliminado da discussão relativa ao conhecimento.

Segundo o internalismo, aquilo que transforma uma mera crença verdadeira em conhecimento (isto é, a justificação) é acessível do ponto de vista subjetivo, ou seja, mediante o exame introspectivo de estados mentais, como crenças, sentimentos, ideias, entre outros. Algo semelhante pode ser dito em termos de avaliação epistêmica, afirmando que o internalismo defende que S possui uma crença justificada somente se é capaz, do seu ponto de vista subjetivo, de saber que atende aos critérios de justificação²⁰. Por outro lado, o externalismo afirma que ao menos um dos elementos que constituem a justificação não é acessível do ponto de vista interno e, conseqüentemente, seu cumprimento pode estar completamente alheio à ciência do indivíduo que acredita²¹.

A definição tradicional de conhecimento é internalista, pois a justificação é analisada em termos de boas razões, que são acessíveis do ponto de vista subjetivo do sujeito cognoscente. Segundo esse ponto de vista, S tem condições de avaliar se sua crença é justificada ou não ao considerar suas crenças, identificar quais crenças mais fundamentais as suportam e quais inferências foram usadas. Se interpretarmos o requisito causal da definição de Goldman como uma teoria da justificação, estamos diante de uma posição externalista, dado que uma crença pode cumprir o critério causal sem que S seja capaz de descobrir isso. Em um caso perceptivo, por exemplo, a definição de Goldman não exige que o indivíduo em questão possua boas razões para crer ou seja capaz de reconstruir a cadeia causal de sua crença: basta que a crença esteja causalmente conectada de modo adequado com o fato que a torna verdadeiro, estando S ciente disso ou não.

Em *External Theories of Empirical Knowledge* (1980), Bonjour ataca definições externalistas de conhecimento. Seu argumento tem um caráter intuitivo e depende de duas etapas principais: (i) revelar intuições relacionadas ao conceito de justificação e (ii)

²⁰ O internalismo pode ser formulado sem fazer referência ao conceito de conhecimento. Uma opção é afirmar que a teoria é internalista quando caso o sujeito cognoscente satisfaça as condições de justificação e reflita se as satisfaz ou não, ele acredita que as satisfaz. Cf. Chisholm (1989).

²¹ O internalismo exige que a justificação seja inteiramente interna, enquanto o externalismo exige somente que a justificação possua algum elemento externo. Algumas formas de externalismo, entretanto, exigem que a justificação não possua qualquer elemento interno. Esse tipo de externalismo é chamado de “externalismo puro”.

apresentar casos em que os critérios de definições externalistas são cumpridos, mas as intuições não são satisfeitas. Por meio desse processo, o autor visa estabelecer a posição internalista como a mais atraente à primeira vista, jogando o ônus da prova para o lado externalista²².

Segundo Bonjour, o conceito de justificação possui dois aspectos (ou intuições) fundamentais. O primeiro deles diz respeito à sua conexão entre a crença e a verdade: um ato cognitivo está justificado na mesma medida em que visa a verdade, o que, nas palavras do autor, “significa, no mínimo, que se aceite somente crenças a respeito das quais haja boas razões para pensar que são verdadeiras” (BONJOUR, 1980, p.54). Essa intuição parece receber uma formulação diferente em outras partes do texto, por vezes exigindo uma conexão mais forte com a verdade, a qual exige que crenças justificadas tendam, de fato, a serem verdadeiras²³. O segundo aspecto fundamental da justificação epistêmica é regulador: a justificação tem a ver com o que devemos ou podemos fazer do ponto de vista intelectual.

Ambas as intuições possuem plausibilidade filosófica, bem como reconhecimento da tradição epistemológica ocidental. Boa parte do interesse filosófico voltado a teorias da justificação tem a ver com o desejo de encontrar uma rota para a verdade, algo que nos auxilie a acumular mais acertos do que erros. O conceito também cumpre a função de avaliar positivamente a proximidade de indivíduos com o conhecimento, o que compreende a conexão com a verdade. Consequentemente, é de se esperar que uma teoria da justificação capture a intuição de que a justificação “leva” ou “direciona” à verdade. Em segundo lugar, a intuição reguladora é plausível, pois relutamos a atribuir

²² O argumento de Bonjour (1980) também visa estabelecer que as definições externalistas são inadequadas para o enfrentamento do problema do regresso. Como esse problema epistemológico não é pertinente para as discussões dessa dissertação, optamos por não o mencionar.

²³ Ao examinar a alegada justificação de crenças básicas segundo o fundacionismo externalista, Bonjour retoma ambas as intuições fundamentais para o conceito de justificação e afirma que, ao menos que sejam cumpridas, é questionável defender que a crença básica está efetivamente justificada. Na passagem, a primeira condição, relativa à conexão entre justificação e verdade, ganha uma formulação comprometida com a real propensão de crenças justificadas à verdade. No texto: “e agora, se assumirmos, de forma bastante plausível, que a pessoa para quem uma crença é básica deve possuir, ela mesmo, a justificação para aquela crença a fim de que sua aceitação seja epistemicamente racional ou responsável e, portanto, aparentemente, ela deve acreditar com justificativa tanto (a) que a crença tem a característica em questão [que a crença é justificada] quanto (b) que as crenças que têm essa característica provavelmente serão verdadeiras, então teremos o resultado de que essa crença não é básica, afinal, já que sua justificativa depende da justificativa dessas outras crenças”. (BONJOUR, 1980, p.85)

conhecimento em casos que sujeitos agem de forma condenável do ponto de vista intelectual (como veremos a seguir).

Sobre a consideração histórica, apesar de não ser tema desta dissertação, vale notar que alguns dos maiores epistemólogos da tradição ocidental esboçariam pouco entusiasmo pela sugestão de que uma crença pode ser justificada mesmo que seja contra nossos compromissos intelectuais ou mesmo que nada tenha a ver com a verdade. Descartes, por exemplo, parece reconhecer na quarta meditação de *Meditações sobre Filosofia Primeira* (2004) uma regra para o assentimento de ideias, nominalmente, que se abstenha de realizar julgamentos quando a verdade não é aparente. O autor, pode-se argumentar, trata essa norma tanto como seu compromisso intelectual, algo que tem o dever de cumprir, quanto como uma regra que o conecta com a verdade²⁴.

De acordo com Bonjour (1980), as teorias externalistas sobre o conhecimento são incapazes de conciliar, em suas teorias da justificação, ambos os aspectos apresentados. Se, por um lado, as teorias externalistas elencam elementos externos ao sujeito que garantem uma conexão desejável entre sua crença e a verdade (acomodando a primeira intuição), por outro lado, esses elementos nada informam sobre a adequação ou não do sujeito aos seus compromissos intelectuais (excluindo a segunda). A dificuldade das teorias externalistas de acomodar o aspecto regulador da justificação pode ser apreciada em casos em que aspectos externalistas são cumpridos, mas a intuição a respeito respeitabilidade intelectual da atitude do sujeito é violada.

Consideremos o caso de Mário, que acorda um dia acreditando que o presidente do Brasil está em Washington, mesmo sendo informado pelos jornais que ele está em Brasília. Apesar das evidências disponíveis indicarem o contrário, devido à urgência de assuntos secretos, o presidente efetivamente se encontra em Washington. Mário possui uma faculdade da clarividência (mas não sabe disso), que foi adequadamente acionada naquela manhã e capturou, em um processo típico do bom funcionamento da faculdade, o fato em questão, produzindo uma crença verdadeira.

No caso anterior, a crença de Mário exibe uma conexão externa desejável com a verdade. Bonjour (1980) acredita que essa conexão atende aos critérios que teorias

²⁴ “Mesmo que não possa abster-me do erro pelo primeiro modo – o qual depende da percepção evidente de todas as coisas sobre as quais me cabe deliberar -, posso todavia apelar para o segundo modo – o qual depende apenas de que me lembre do dever de abster-me de julgar toda vez que a verdade da coisa não esteja clara” (DESCARTES, 2004, p. 127-129).

puramente externalistas estabelecem para o conhecimento. Tomando como modelo a definição causal, podemos salientar o fato de que a crença está causalmente conectada de modo adequado com o fato que a torna verdadeira, o que, segundo a perspectiva, significa que é uma instância de conhecimento. Todavia, em casos como esse, somos relutantes a atribuir conhecimento ao sujeito em questão, mesmo que sua crença cumpra critérios externalistas, pois, do ponto de vista de Mário, tudo indica que a crença “o presidente do Brasil está em Washington” é falsa. Esse caso visa mostrar que o cumprimento das condições externas não é suficiente para eliminar casos em que um sujeito age de forma irracional, contrária a postura intelectual que deveria tomar.

De acordo com Bonjour, a plausibilidade inicial do externalismo advém do fato de que se certa conexão externa realmente obtém, então a crença examinada não é um resultado de sorte. Em certo sentido, a crença de Mário não é um acidente, pois foi produzida por um processo causal adequado que remonta ao exercício de uma faculdade cognitiva. Todavia, o externalismo falharia na medida que a conexão externa não avalia a atitude de Mário (de dar assentimento ou não à proposição em questão) do seu ponto de vista subjetivo. A justificação depende de certa qualidade que a crença exibe da perspectiva da pessoa que acredita e não da perspectiva de um observador externo, indisponível ao sujeito cognoscente. No caso avaliado, segundo perspectiva de Mário, a ideia de que o presidente está em Washinton é completamente implausível e acertar na verdade via sua adoção significaria um acerto sortudo. É por isso que relutamos em atribuir justificação e, conseqüentemente, conhecimento nesse caso.

Duas conseqüências importantes se seguem do argumento de Bounjour (1980). A primeira delas é o reconhecimento de dois grupos de intuições relativas ao elemento que, somada à crença verdadeira, constitui o conhecimento. Por um lado, deixamos de considerar conhecimento casos em que a justificação nada contribui para a aquisição da verdade. Por outro lado, considerações sobre o descumprimento de compromissos epistêmicos da perspectiva subjetiva nos fazem hesitar, do ponto de vista intuitivo, de classificar certas instâncias como conhecimento. Essa análise do conceito de justificação (e, indiretamente, de conhecimento) é certamente uma importante contribuição para a discussão epistemológica. Com isso, mostra-se que a rejeição de qualquer desses aspectos constrói uma definição com dificuldades de conciliar intuições sobre justificação e conhecimento.

A segunda consequência importante reside no ataque de definições puramente externalistas. Os casos anteriores parecem demonstrar que uma perspectiva externalista pura do conhecimento é insensível sobre a razoabilidade ou irrazoabilidade que determinado comportamento intelectual possui da perspectiva subjetiva para o agente. A obtenção de uma relação externa, objetiva, que conecta a crença do sujeito com o fato acreditado de modo não acidental nada nos informa sobre a acidentalidade ou não que a crença tem do ponto de vista interno, subjetivo. Esse argumento não estabelece a inviabilidade do externalismo. Caso bem-sucedido, a conclusão alcançada é de força intuitiva, revelando que uma definição puramente externalista não acomoda intuições reguladoras relacionadas à justificação e ao conhecimento.

Dado que definições puramente externalistas do conhecimento parecem incapazes de capturar os aspectos reguladores da justificação, uma concepção puramente internalista forneceria uma opção viável? Não, segundo Goldman. Em *The Internalist Conception of Justification* (1980), Goldman isola e analisa separadamente o elemento regulador dos debates a respeito da justificação. Ele busca refletir sobre o conceito de justificação que é utilizado para avaliar uma atitude intelectual em termos da sua concordância ou discordância com nossos compromissos epistêmicos. O autor considera se uma teoria do que devemos e podemos acreditar do ponto de vista subjetivo poderia ser construída somente com base em condições puramente acessíveis do ponto de vista subjetivo do sujeito cognoscente. Sua conclusão é negativa.

Devido a seu caráter, a concepção reguladora da justificação está intimamente relacionada a recomendações que norteiam a escolha de crenças adequadas do ponto de vista racional. Essas recomendações são analisadas por Goldman como elemento de um sistema de regras de *input* e *output* em que, dado certo conjunto de condições, um comando doxástico é apresentado. O sistema completo é chamado de “princípio de decisão doxástica” (PDD) e visa servir como análise do conceito de justificação reguladora. As condições consideradas como *input* variam segundo o PDD, podendo ser crenças, relações lógicas entre proposições, conexões causais, qualidades do sujeito, entre outros. As recomendações consistem na prescrição de uma atitude proposicional, como “acredite em P”, “suspenda o juízo em P” e “acredite em não-P”. S acredita de modo justificado em P se o PDD recomenda *acredite em P* dado as condições que S se encontra e S acredita em P. A imagem a seguir apresenta um modelo simplificado em que S está justificado em crer em P segundo a definição causal de conhecimento perceptivo.

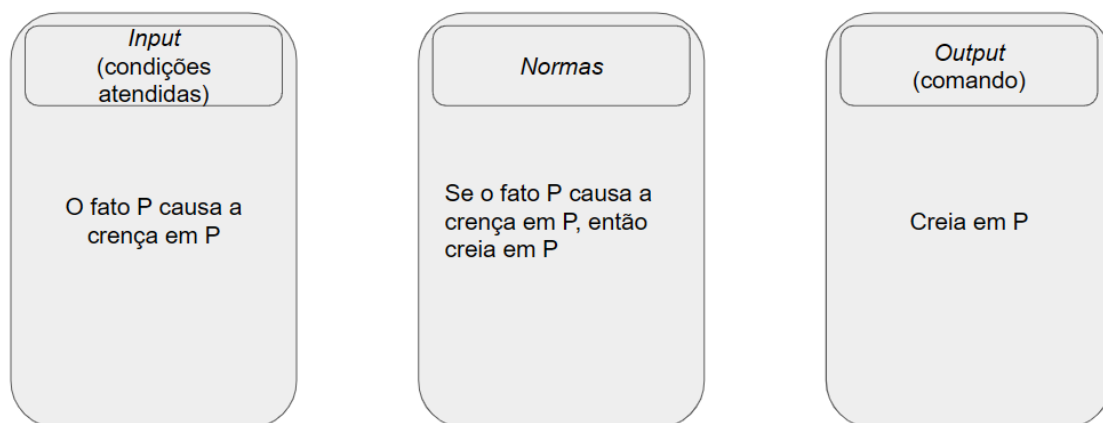


Figura 1: princípio de decisão doxástica (PDD)

A análise completa do sistema apresentado deve incluir um elemento teleológico, que indique a finalidade que o PDD cumpre. É imprescindível notar que os epistemólogos não estão interessados em qualquer PDD. Quando elogiamos alguém por sua conduta intelectual responsável, por seu grande estoque de crenças justificadas, não queremos simplesmente indicar que seu comportamento está de acordo com um conjunto de regras, mas sim que está de acordo com o conjunto de regras adequadas que efetivamente governam nossos compromissos intelectuais. Portanto, ao refletir sobre a justificação, desejamos localizar o PDD correto, aquele que expressa adequadamente nossos compromissos por colaborar com a realização da nossa meta epistêmica. Mas qual seria tal meta? Segundo Goldman, um candidato razoável é a busca por certa proporção de crenças verdadeiras sob crenças falsas, um balanço que maximiza o acerto e minimiza o erro. Estar justificado, portanto, é crer naquilo que o PDD adequado, que proporciona o balanço desejado entre crenças falsas e verdadeiras, recomenda crer.

Essa análise do aspecto regulador da justificação é geral o suficiente para abarcar tanto perspectivas internalistas quanto externalistas. Uma teoria da justificação reguladora é externalista quando seu PDD aceita como *inputs* condições inacessíveis do ponto de vista subjetivo, como a conexão causal entre a crença em P e o fato P. Além disso, também as regras do PDD, que processam os *inputs* gerando *outputs*, não são completamente avaliáveis do ponto de vista subjetivo. Por outro lado, uma teoria da justificação é internalista quando seu PDD aceita como *inputs* somente condições

acessíveis do ponto de vista interno, como suas crenças e percepções. As regras do PDD também são inteiramente acessíveis do ponto de vista interno.

A partir dessas considerações, Goldman investiga a viabilidade de um PDD correto puramente internalista. O ponto principal do seu raciocínio é colocar em tensão as condições que o PDD precisa atender para ser internalista e as condições que o PDD precisa atender para ser um PDD correto, voltado ao cumprimento de nossa meta epistêmica. A partir da análise de possíveis PDDs internalistas, o filósofo conclui que uma teoria puramente internalista é incapaz de fornecer princípios para o norteamento da nossa conduta intelectual. A fim de resumir o argumento, consideraremos aqui três candidatos a PDD internalista: (a) o PDD correto é aquele que S acredita ser correto, (b) o PDD correto é aquele que S acredita de modo justificado ser correto, por fim, (c) o PDD correto é aquele que S acredita ser correto, além de suas faculdades funcionarem adequadamente na produção dessa crença.

A teoria internalista (a) diz que o conjunto de normas reguladoras da atitude intelectual de S é o conjunto de normas que S acredita ser o adequado. Essa perspectiva normativa não é uma candidata viável ao PDD correto, pois S pode crer que certo conjunto de normas contribui para aquisição de crenças verdadeiras quando, na verdade, o resultado é exatamente o contrário. Portanto, do fato de que S crê que certas normas são adequadas não se segue que as normas são adequadas.

Segundo (b), o conjunto de princípios que regula a distribuição de crenças de S são os princípios que S acredita de modo justificado serem os adequados. Essa teoria difere da anterior por requerer que S não só elenque certos princípios do ponto de vista subjetivo, mas que esse processo intelectual esteja justificado. Todavia, essa manobra leva a sérios problemas. Como vimos anteriormente, o debate versa sobre o conceito regulador de justificação. Estamos em busca justamente de um conjunto de regras que nos indique o que estamos justificados ou não em que acreditar. Se o conjunto de normas que decide se S está ou não justificado em acreditar em P é expresso em termos de justificação, não teríamos qualquer critério independente da justificação para decidir se S está ou não justificado em acreditar em P. Afirmar que S está justificado em crer em P significaria, simplesmente, afirmar que S acredita em P e S está justificado em acreditar em P, o que nada esclarece, no final de contas, qual é o conjunto de regras que torna a crença de S justificada.

O mesmo ponto pode ser expresso frisando a estrutura da análise conceitual. O conceito de interesse da análise inicial é o conceito regulador de justificação. Esse conceito é analisado a partir da ideia de PDD, um sistema de regras que, dadas certas condições, recomenda certas atitudes doxásticas. Se adotamos a perspectiva (b), por sua vez, o PDD seria analisado em termos de crença e justificação. A justificação reaparece, portanto, em um momento posterior da análise. Isso revela uma tentativa de explicar o que a justificação é em termos de justificação, o que não é nada viável.

Segundo a teoria (c), o PDD correto é aquele que S acredita ser correto e sua crença é produto de operações de faculdades cognitivas em bom funcionamento. Em outras palavras, o PDD comanda que S distribua seu assentimento a proposições segundo as normas epistêmicas que S acredita serem as corretas quando suas capacidades cognitivas funcionam de modo bem-sucedido, capacidades como a memória, percepção, capacidade de extrair consequências lógicas de premissas, entre outras. Essa perspectiva não é circular, pois analisa a justificação em termos de crenças e do bom funcionamento de faculdades, elementos independentes da justificação. Além disso, ela é uma teoria aparentemente viável, pois apresenta uma regra geral aplicável (pode-se, por exemplo, avaliar casos reais segundo os critérios apresentados) e que parece contribuir para o objetivo epistêmico de adquirir crenças verdadeiras ao mesmo tempo que se evita crenças falsas.

O problema dessa posição é que não é puramente internalista. Como vimos anteriormente, um dos critérios para uma teoria da justificação internalista é a de que os *inputs* devem ser acessíveis do ponto de vista interno. Todavia, a teoria (c) determina a atitude proposicional que S deve adotar com base não só nas suas crenças, mas também no funcionamento de suas faculdades. Ademais, o atual estado de funcionamento das faculdades depende de uma perspectiva objetiva, externa ao sujeito. Por exemplo, S pode ter bastante confiança, do ponto de vista subjetivo, que sua percepção está funcionando bem quando, na verdade, funciona mal. Portanto, o critério relativo às faculdades é externalista, revelando que a teoria apresentada é externalista e não internalista pura.

O argumento de Goldman (1980) explora no conceito regulador da justificação uma conexão entre as intuições que Bonjour (1980) identificou no conceito mais amplo da justificação como elemento que, adicionada à crença verdadeira, constitui conhecimento. Ao refletir sobre nossos compromissos intelectuais, sobre quais crenças devemos ou não devemos adotar e, portanto, no que estamos ou não justificados em

acreditar, buscamos uma perspectiva reguladora conectada a nossa meta epistêmica geral. Não basta seguir regras, é preciso seguir as regras corretas, que nos encaminhem para o objetivo almejado. Pode ser difícil especificar detalhadamente qual é essa meta, mas muito dificilmente ela não está conectada com a promoção de crenças verdadeiras. Por isso, a justificação reguladora só pode ser o tipo de coisa que promove esse fim. Todavia, o internalismo insiste que os *inputs* e o conjunto de normas que regulam as atitudes intelectuais devem ser acessíveis do ponto de vista interno. Porém, a aquisição da verdade frequentemente depende de fatores externos e, conseqüentemente, a realização de condições internas não garantem sua promoção. Por mais que um conjunto de normas pareça correto, que acreditemos ser correto ou que nos arrebate como indubitável, isso não implica que é correto. Raciocínios internalistas que buscam estabelecer algo como essa conclusão recaem em círculos viciosos, como a teoria (b), ou dependem de elementos externalistas, como a teoria (c).

A partir do debate entre Bonjour (1980) e Goldman (1980) desejamos ressaltar dois aspectos relativos à atividade de definir o conhecimento. Em primeiro lugar, ao definir conhecimento como crença verdadeira e algo mais, esse algo sendo chamado de “justificação”, promove-se uma mistura de elementos internos e externos. O conceito de crença é tradicionalmente considerado internalista na medida em que, alegadamente, crenças são acessíveis do ponto de vista subjetivo (se S acredita em P, S é capaz de reconhecer que acredita em P). Por outro lado, o conceito de verdade é tradicionalmente concebido como externalista, pois a verdade depende de uma correspondência extramental, entre uma crença e um fato que pode estar inacessível à S. O conceito de justificação ocupa um lugar desconfortável quando comparado ao de crença e verdade. Ele reúne, tal como revela o argumento de Bonjour, intuições internalistas, relativas à conduta intelectual adequada, e externalistas, relativas à conexão com a verdade.

Em segundo lugar, a discussão anterior revela que tanto teorias externalistas puras quanto teorias internalistas puras possuem dificuldades de acomodar o conjunto de intuições que circundam o conceito de justificação. As definições de conhecimento puramente externalistas parecem permitir casos em que sujeitos acreditam de modo irracional, violando seus compromissos intelectuais. As teorias puramente internalistas parecem ser incapazes elencar perspectivas reguladoras da justificação que colaborem, de modo efetivo, para nossa meta epistêmica, o que as invalida. Dada essa situação, revela-se a atratividade de perspectivas que combinem os dois grupos de intuições. Muito

provavelmente, elas serão teorias mistas, que apresentem condições tanto externalistas quanto internalistas para a justificação e, conseqüentemente, o conhecimento.

- Duvidais de que devemos conhecer a verdade?

- De maneira alguma, disse Trígécio.

Os outros deram sinal de que concordaram com ele.

- Mas se, continuei, mesmo sem a posse da verdade podemos ser felizes, ainda julgais necessário conhecer a verdade?

2. A TEORIA DAS VIRTUDES MORAIS E INTELECTUAIS

Linda Zagzebski é uma filósofa americana e professora pesquisadora George Lynn Cross da universidade de Oklahoma (*University of Oklahoma*). Suas contribuições filosóficas transitam entre o campo da epistemologia, ética, filosofia da religião, metafísica, entre outros. Em *Virtues of The Mind* (1996), a autora avança uma teoria unificada de virtudes, em que virtudes morais e intelectuais são idênticas em tipo. A teoria abarca fenômenos epistêmicos, como a sabedoria, o entendimento, os deveres epistêmicos, a justificação e, do ponto de vista moral, os deveres morais, a ação boa, virtude moral, entre outros. A definição de conhecimento de Zagzebski é uma parte desse grande empreendimento: o conhecimento é um dentre outros fenômenos epistemológicos explicados a partir do mesmo núcleo teórico. No período de publicação do livro, sua proposta foi altamente original, combinando o recente ressurgimento da ética das virtudes com o debate epistemológico contemporâneo sobre a natureza do conhecimento e justificação.

O objetivo deste capítulo é apresentar a teoria das virtudes presente em *Virtues of The Mind* (1996), principalmente suas estruturas mais fundamentais. Em primeiro lugar, voltaremos nossa atenção ao ponto de partida da teoria: o conceito de virtude. Em segundo lugar, dissertaremos a respeito dos conceitos definidos a partir do conceito de virtude. De acordo com a perspectiva examinada, o conceito de virtude reúne elementos a partir dos quais conceitos éticos e epistêmicos podem ser compreendidos. Esse arcabouço conceitual nos habilitaria a classificar adequadamente os fenômenos morais e epistêmicos que nos rodeiam e, o mais importante, avaliá-los.

2.1 VIRTUDES MORAIS E INTELECTUAIS

Segundo Zagzebski, sua teoria das virtudes é uma teoria pura²⁵. Ou seja, é uma teoria que atribui ao conceito de virtude ou a um de seus componentes tanto prioridade conceitual quanto ontológica²⁶. Do ponto de vista conceitual, isso significa que os

²⁵ Cf. Zagzebski (1996: p.79).

²⁶ Zagzebski (1996: p.80-81) inclui teorias eudaimonistas como teorias das virtudes puras, pois, apesar da virtude ser definida e dependente ontologicamente da eudaimonia, os outros conceitos normativos importantes para a teoria são definidos em termos de virtude e ontologicamente dependentes a ela.

conceitos normativos subsequentes na teoria (como o conceito de ação correta e o de justificação) são definidos em termos de virtude e não o contrário. Do ponto de vista ontológico, isso significa que os fenômenos ou propriedades normativas (como a bondade) emergem de virtudes ou de elementos de virtudes. Grande parte das teorias éticas e epistemológicas tem algo a dizer a respeito das virtudes, porém não são consideradas teorias puras, pois as virtudes ou suas qualidades centrais dependem tanto ontologicamente quanto conceitualmente de outros conceitos normativos (um utilitarista, por exemplo, pode defender que a virtude é boa de modo derivativo, somente na medida que produz ações que geram prazer e diminuem dor). A teoria examinada, portanto, tem como ponto de partida o conceito “virtude”.

Além disso, de acordo com a autora, qualquer tratamento teórico do termo “virtude” deve respeitar a ideia de que uma virtude é um (i) traço de caráter (ii) excelente (iii) que possui exemplares paradigmáticos²⁷. Chamamos de “traço de caráter” qualidades pessoais constitutivas da identidade pessoal de seus possuidores. Isso significa que associamos as virtudes de uma pessoa com quem ela verdadeiramente é. Essa ideia explica a prática de descrever pessoas a partir de suas virtudes. O aspecto de excelência da virtude advém da relação da virtude com o bem. Excelências são características que tornam algo melhor em algum sentido. Dentre o conjunto das excelências humanas, além da virtude, encontram-se propriedades como habilidades práticas e qualidades estéticas. Por fim, uma teoria das virtudes precisa incluir certos traços na sua lista de virtudes, pois o uso do conceito “virtude”, tanto em teorias filosóficas, quanto na prática linguística cotidiana, está conectado a traços paradigmáticos, como a sabedoria, coragem e justiça. Uma teoria das virtudes pode até negar que uma ou outra virtude que aparece pontualmente em certas listas de virtudes são virtudes, mas não pode negar que os traços que estão sempre presentes em listas de virtudes diferentes são efetivamente virtudes.

Partindo inicialmente dessa concepção mínima, Zagzebski avança argumentos com o objetivo de expandir nosso entendimento do que são virtudes. Cada conjunto de argumentos busca revelar uma nova propriedade necessária a todas as virtudes. Primeiramente, argumenta que toda virtude é necessariamente boa em três sentidos diferentes: (a) torna o agente melhor, (b) torna o mundo melhor e (c) é benéfica para o agente²⁸. A aquisição de uma virtude necessariamente (a) torna o agente melhor na

²⁷ Cf. Zagzebski (1996: p.84-89).

²⁸ Cf. Zagzebski (1996: p.89-101).

medida que sempre aproxima o seu caráter ao caráter do virtuoso. O acréscimo de uma virtude pode até não levar ao aumento de ações boas, mas significa que há menos trabalho moral para ser feito a fim de transformar aquele caráter em um caráter virtuoso. A posse de virtude necessariamente (b) torna o mundo melhor na medida em que sempre o aproxima do mundo mais desejável do ponto de vista moral. A aquisição de virtudes, mesmo que não leve a um acréscimo de ações boas e bons estados de coisas no mundo ao nosso redor, significa que há menos trabalho moral para ser feito a fim de transformar o nosso mundo em um mundo populado por pessoas virtuosas, que é um mundo com ações e estados de coisas bons. Por fim, a virtude (c) é sempre boa para o agente na medida que sua posse permite a fruição dos bens internos das práticas realizadas pelos agentes. Isso significa dizer que a posse de virtudes sempre auxilia os seus possuidores na realização dos fins que acreditam ser valiosos.

Seres humanos nascem com capacidades cognitivas que possibilitam e conduzem seu comportamento moral e epistêmico. A memória e a imaginação são exemplos de tais capacidades cognitivas. As virtudes seriam capacidades como essas? Segundo a autora, as virtudes necessariamente não são capacidades naturais²⁹. Diferentes argumentos combinam-se para justificar essa posição. Dentre eles, ressaltamos a ideia de que somos responsáveis em alguma medida pelas nossas virtudes (e vícios) e pelos atos feitos a partir delas. Ademais, aquilo que é completamente involuntário está fora do campo moral de atribuição de responsabilidade e elogio. Já que a posse de capacidades naturais é algo completamente involuntário, logo virtudes não são capacidades naturais.

Habilidades são excelências adquiridas pelo aprendizado e repetição. Mais exatamente, são capacidades adquiridas de agir de certa forma e trazer à tona certo fim em certas circunstâncias. Alguns exemplos de habilidades são a habilidade de andar de bicicleta, a habilidade de assobiar e a habilidade de falar em público. Segundo a teoria avaliada, as virtudes necessariamente não são habilidades³⁰. Virtudes e habilidades podem ser separadas segundo sua relação com o valor moral ou epistêmico. O exercício de uma habilidade não está necessariamente conectado com qualquer coisa valiosa. O exercício da habilidade de mirar de modo preciso, por exemplo, é valioso somente se colabora para algo bom, como o prazer de praticar tiro esportivo ou para a proteção de algo valioso, mas não tem valor em si mesmo. Logo, há circunstâncias em que exercitar a habilidade

²⁹ Cf. Zagzebski (1996: p.102-106).

³⁰ Cf. Zagzebski (1996: p.106-115).

de mirar de modo preciso não é bom. Por outro lado, o exercício da virtude é sempre valioso, pois virtudes são intrinsecamente valiosas.

Assim como habilidades, virtudes são excelências adquiridas. O seu processo de aquisição é normalmente descrito como um processo de habituação. Um agente está inserido em um contexto em que pessoas ao seu redor exibem uma virtude V. Esse agente nota o comportamento característico da virtude V (mesmo que de modo imperfeito) e imita-o. Ao longo do tempo, o agente desenvolve disposições para se comportar do modo característico da virtude V. Segundo Zagzebski, esse processo de aquisição das virtudes não é algo accidental. Ou seja, virtudes são necessariamente adquiridas pelo processo de habituação³¹.

A fim de defender essa posição, é importante ressaltar que em uma teoria das virtudes a ação correta é definida em relação ao comportamento do virtuoso. A ação correta, como veremos mais abaixo, é aquela que o virtuoso poderia fazer. Como o comportamento do virtuoso não se reduz ao cumprimento de regras universais, a ação correta não pode ser definida em termos do cumprimento de regras universais³². Essa reflexão conceitual tem seu paralelo epistemológico. O conhecimento característico do virtuoso que o guia a realizar as ações corretas pode envolver regras, mas é irreduzível a elas. Uma pessoa não exibe virtude a não ser que tome decisões como o virtuoso, o que envolve um conhecimento moral irreduzível a regras. Esse conhecimento moral é adquirido a partir do enfrentamento de várias instâncias particulares e cada ação particular é julgada de modo individual.

A partir dessas considerações, Zagzebski argumenta que é impossível que uma virtude seja adquirida de modo instantâneo, em um piscar de olhos. Não se é virtuoso sem ser capaz de agir de modo característico do virtuoso, o que inclui raciocinar a partir de um conhecimento moral irreduzível a regras. Se o conhecimento moral fosse redutível a regras, um agente poderia ser transformado de modo que essas regras fossem automaticamente impressas em sua mente, prontas para serem operadas pelo raciocínio prático. Porém, o conhecimento moral é irreduzível a regras, e isso significa que ele só pode ser adquirido, do ponto de vista das capacidades humanas, por *insights* obtidos por

³¹ Cf. Zagzebski (1996: p.116-125).

³² Chama-se de “particularismo” a tese segundo a qual não há um conjunto de regras morais capazes de informar agentes sobre o que eles devem ou podem fazer. A moralidade, conseqüentemente, não seria redutível a regras gerais e estaria baseada em raciocínios que levam em conta as situações particulares da ação. Zagzebski não argumenta em favor do particularismo, mas o adota. Sua confiança nessa tese advém da ampla adesão que ela recebeu por parte dos teóricos de virtudes. Cf. Zagzebski (1996: p.18).

intermédio do enfrentamento de várias circunstâncias particulares. As virtudes, portanto, são excelências necessariamente adquiridas pelo processo de habituação.

As virtudes não são emoções³³. Por “emoções” queremos nos referir amplamente a coisas como “amor”, “sede”, “desejo”, “tristeza”, entre outros. Essa distinção é justificada a partir de diferentes argumentos, mas chamaremos a atenção aqui ao raciocínio que separa virtudes e emoções a partir de suas respectivas relações com a voluntariedade. A emoção não é voluntária, ao passo que a virtude é voluntária. A fim de justificar essa diferença, Zagzebski utiliza-se de um teste de voluntariedade que é normalmente expresso em termos de atos: um ato, A, performando em um tempo, t, é voluntário somente se o agente poderia ter se abster de realizar A em t. O teste pode ser aplicado sem adaptação às emoções, pois as emoções, assim como os atos, ocorrem em momentos específicos no tempo e possuem duração. A aplicação do teste mostra que emoções não são voluntárias, pois o sujeito da emoção não poderia evitar sentir a emoção no momento que a emoção surgiu (como é o caso de uma pessoa que sente raiva no trânsito). As virtudes, diferentemente, não são avaliáveis naturalmente pelo teste, já que não ocorrem em um momento particular do tempo. A voluntariedade das virtudes é derivativa, como a voluntariedade de um hábito. A virtude é voluntária, pois os atos que a constituem são voluntários. A coragem, por exemplo, é voluntária na medida que a realização das várias ações corajosas necessárias para tornar alguém corajoso são voluntárias.

Por meio de argumentos como os acima apresentados, a concepção mínima de virtude é ampliada. Até então, somamos à nossa concepção inicial que a virtude (necessariamente) (i) é boa, (ii) não é capacidade inata, (iii) não é habilidade, (iv) é adquirida por um processo de habituação e (v) não é emoção. Outros atributos cumprem um papel na composição do conceito de virtude de Zagzebski, que constitui o núcleo central da teoria ética e epistemológica desenvolvida em *Virtues of The Mind* (1996). As propriedades anteriormente apresentadas impõem novas restrições e compromissos para a explicação da natureza da virtude. No que se segue, daremos continuidade a essa discussão apresentando a estrutura das virtudes. Ou seja, progrediremos de uma exposição dos traços necessários da virtude para sua estrutura interna, revelando positivamente o que é uma virtude.

³³ Cf. Zagzebski (1996: p.126-131).

A estrutura das virtudes é bipartite: possui um elemento motivacional, relacionado às emoções, e um elemento confiabilista, relacionado à confiabilidade na realização de fins. Começamos pelo aspecto motivacional³⁴. Por “motivo” Zagzebski se refere a uma emoção que move e direciona o agente a um fim. Motivos, portanto, sempre visam a um fim, que pode ser interno (como a tranquilidade do agente) ou externo (como a posse de um copo d’água), mas não se reduzem a eles. Quando sabemos o motivo por trás de um ato, não só compreendemos o que certo agente mirava, mas a forma e por que ele mirava aquele fim. Podemos considerar, por exemplo, a tão comum busca pelo diploma de medicina. O mesmo fim, o diploma de medicina, pode ser buscado e promovido por emoções diferentes. O estudante movido pela vaidade inclina-se de certa forma à aquisição do diploma. O seu interesse na medicina está conectado à busca de satisfazer aquilo que a sua vaidade visa. Esse indivíduo mira a medicina, pois mira algo que o coloque em destaque, que o faça sentir importante e respeitado. Alguns aspectos do trabalho de um médico, como a empatia e o cuidado com o paciente, assumem um papel secundário entre seus interesses. Diferente é o caso daquele que é movido pela caridade, que busca a formação médica devido a sua conexão com a realização dos fins da caridade. Esse estudante interessa-se pelo potencial da medicina de aliviar a dor de quem sofre, bem como por acreditar que fará a diferença positiva na vida de várias pessoas. Nos dois casos examinados, ambos os sujeitos se movem em direção ao mesmo fim, o diploma de medicina, mas a partir de emoções diferentes, o que configura uma diferença entre os motivos.

As virtudes estão conectadas aos motivos na medida em que ações virtuosas são sempre movidas por certas emoções (as emoções características das virtudes) em direção a certos fins (os fins característicos das virtudes)³⁵. Por exemplo, uma ação corajosa é iniciada e guiada pelo motivo característico da virtude da coragem, nominalmente, a

³⁴ Cf. Zagzebski (1996: p.131-134).

³⁵ Afirmarões como essa podem dar a impressão de que a teoria é circular. A circularidade estaria em definir uma virtude V em referência de uma emoção E e, por sua vez, definir essa emoção como a emoção que o virtuoso V exige. A virtude V, portanto, reapareceria em um nível mais básico das definições. Todavia, essa objeção, que foi historicamente dirigida às teorias das virtudes, possui respostas convincentes. Pode-se estabelecer o fundamento da análise apontando empiricamente para um conjunto de emoções. A partir dessas emoções, cada motivo virtuoso é definido. Por fim, a virtude é definida (em parte) a partir do motivo virtuoso. Algo semelhante pode ser feito tomando como fundamento certos indivíduos e não certas emoções. Preocupações sobre suposta arbitrariedade na seleção do conjunto dos elementos que fundamentam teorias normativas não são particulares a teoria das virtudes. Por exemplo, pode-se questionar sobre quão arbitrário se dá a seleção das leis morais de uma teoria deontológica. Sobre esse assunto, confira Husthouse (2000).

emoção de enfrentamento do perigo em vista do fim característico da coragem, isto é, a proteção de algo valioso. Todavia, como vimos acima, as virtudes não podem ser motivos, pois motivos são emoções particulares, as quais são involuntárias e instanciadas em determinado momento, enquanto virtudes são voluntárias e traços de caráter que perduram ao longo do tempo.

A fim de escapar desse problema, Zagzebski utiliza o termo “motivação” para capturar um aspecto disposicional das respostas emocionais humanas. Segundo a autora, uma motivação é uma tendência persistente de ser movido por motivos, ou seja, por emoções que iniciam e guiam comportamentos em direção a determinados fins. Essa alternativa resolve as dificuldades anteriores, pois motivações são traços que perduram ao longo do tempo e voluntárias. As motivações são voluntárias na medida em que são adquiridas por um processo de repetição e treinamento, como ocorre no caso de um sujeito irascível que por meio de seus esforços, educa-se ao desenvolver o hábito de não reagir com raiva nos momentos inoportunos. Parece, portanto, que o conceito de “motivação” captura aspectos centrais do conceito de virtude.

Zagzebski nota, todavia, que a presença do elemento motivacional é insuficiente para a constituição de virtude³⁶. A insuficiência desse elemento pode ser apreciada a partir de casos em que um sujeito exibe uma motivação característica da virtude, mas não é virtuoso. Podemos considerar, por exemplo, uma pessoa extremamente desastrada que é motivada a enfrentar o perigo a fim de proteger algo valioso, mas falha constantemente em alcançar esse fim por causa de suas inabilidades sociais e físicas. Essa pessoa, apesar de exibir o elemento motivacional da virtude da coragem, não pode ser considerada corajosa. O termo “virtude” denota um tipo de sucesso moral ou epistêmico que extrapola o que popularmente se chama de “boa intenção” e inclui a promoção efetiva do fim almejado.

A insuficiência do elemento motivacional pode ser suplementada quando combinada com o elemento confiabilista. Nos casos em que o elemento motivacional está presente, mas não a virtude, o sujeito falha em realizar, de modo constante, os fins estabelecidos pela motivação. Isso indica que por “virtude” queremos capturar o sucesso do ponto de vista das emoções, bem como do ponto de vista daquilo que a emoção visa, isto é, de trazer à tona certo fim a partir de certo comportamento. O conceito de virtude requer, portanto, que a disposição do virtuoso não seja somente motivacional, mas

³⁶ Zagzebski (1996: 136-137).

também na realização do que é estabelecido pela motivação. Segundo essa perspectiva, o virtuoso é aquele que possui uma motivação característica de uma virtude e é confiável em realizar os fins visados por ela. Zagzebski acredita que esses dois elementos, o motivacional e o confiabilista, descrevem corretamente a estrutura da virtude. Consequentemente, sua definição de virtude segue essa estrutura, como se pode ver a seguir.

“Uma virtude, então, pode ser definida como uma profunda e permanente excelência adquirida, envolvendo a motivação característica de produzir certos fins desejados e o sucesso confiável na realização desses fins” (ZAGZEBSKI, 1996 p.137).

A tradição filosófica divide virtudes morais e intelectuais em tipos diferentes e reserva algo como a definição acima às virtudes morais. Segundo essa perspectiva, as virtudes morais têm a ver com o melhor estado no trato das emoções enquanto as virtudes intelectuais têm a ver com o melhor estado de processos cognitivos raciocinativos. De acordo com Zagzebski, os autores que tomaram tal partido, como Aristóteles e Tomás de Aquino, assim o fizeram porque defenderam a partição da alma em partes desiderativas e calculativas³⁷. Se os processos emocionais são de tipo diferente dos processos de pensamento, então o melhor estado dos processos emocionais é de tipo diferente do melhor estado dos processos de pensamento. Assim sendo, as virtudes morais, relativas à excelência da parte desiderativa, e intelectuais, relativas à parte calculativa, seriam coisas diferentes, isto é, propriedades diferentes de aspectos diferentes da natureza humana.

Zagzebski não realiza tal distinção. A autora reserva parte da obra para argumentar que a separação entre virtudes intelectuais e morais é filosoficamente pouca atrativa. Em primeiro lugar, segundo a autora, é questionável se os processos emotivos e cognitivos podem ser separados tal como se pensou. Em segundo lugar, mesmo que bem-sucedida, a distinção é incapaz de separar corretamente o espectro da maneira desejada. Por um lado, algumas virtudes intelectuais têm muito mais a ver com o trato com emoções do que algumas virtudes morais (como a curiosidade em comparação com a justiça). Por outro lado, as virtudes morais dependem de certo sucesso cognitivo, e não só emocional, relacionado à percepção e ao conhecimento relevante para o exercício da virtude.

³⁷ Os autores clássicos utilizaram outras razões a fim de justificar a divisão entre virtudes. A partição da alma, entretanto, parece o motivo principal. Para uma discussão mais pormenorizada das razões utilizadas para separar virtudes morais e intelectuais, confira Zagzebski (1996: p.140-158).

Por esses e outros motivos, a autora opta por sustentar que virtudes intelectuais são um subgrupo de virtudes morais. A definição anterior, portanto, captura tanto virtudes morais quanto intelectuais. A diferença entre esses grupos é somente em relação à motivação. Como vimos anteriormente, cada virtude é definida em termos de certa motivação característica, consequentemente, em termos de uma emoção direcionada a um fim. As virtudes morais diferem das intelectuais na medida que as emoções e fins característicos das virtudes morais são formas de uma mesma motivação fundamental, a qual Zagzebski fala muito pouco. Do outro lado, as virtudes intelectuais diferem das morais na medida em que suas emoções e fins característicos são formas da motivação para o contato cognitivo com a realidade. Logo, virtudes morais e intelectuais possuem a mesma estrutura, diferenciando-se somente em relação à motivação fundamental das quais se derivam³⁸.

As virtudes morais e intelectuais, portanto, são traços de caráter valiosos, compostos por uma emoção direcionada à realização de um fim e a capacidade de realizá-lo de modo confiável. Podemos notar essa identidade estrutural entre virtudes morais e intelectuais ao compararmos definições informais de duas delas, como a justiça e a qualidade de ser cabeça aberta. Uma pessoa justa é aquela que deseja ver outras pessoas sendo tratadas de modo igualitário. Além disso, ela constantemente realiza esse fim em ações que efetivamente promovem um estado igualitário entre pessoas. Seu comportamento é guiado por essa emoção, no sentido de que ela promove o fim visado não a qualquer custo, mas a partir de atos que também se conformam com a emoção em questão. Uma pessoa é cabeça aberta quando se deleita em descobrir novas verdades que pareçam ser improváveis. Ela se interessa, sobretudo, em encontrar posições verdadeiras que desafiem seu conjunto de crenças atual. Ademais, essa motivação é forte o suficiente ao ponto de se transformar em uma disposição confiável para agir em busca de novas verdades improváveis³⁹.

O vocabulário sobre virtudes intelectuais não está tão presente nas práticas linguísticas ordinárias quando comparado com o vocabulário sobre virtudes morais. Por

³⁸ “Dado que todas as virtudes intelectuais possuem a mesma motivação fundamental e dado que todas as outras virtudes morais possuem uma motivação fundamental diferente, isso significa que a distinção entre virtudes intelectuais e morais pode ser feita com base no componente motivacional da virtude. Eu defendo que essa é a única diferença teoricamente relevante entre virtudes intelectuais e virtudes morais e, portanto, há boas razões para continuar chamando essas virtudes de “intelectuais”, embora eu tenha argumentado que elas são mais bem tratadas como um subconjunto das virtudes morais.” (ZAGZEBSKI, 1996, p.166).

³⁹ Zagzebski (1996: p.131).

isso, somos capazes de pensar mais rapidamente em exemplos de virtudes morais, identificando sua emoção e comportamento característico. Entretanto, isso não é um impeditivo para a perspectiva de que virtudes intelectuais são tipos de virtudes morais. Além do mais, algumas virtudes intelectuais estão, sim, presentes no vocabulário comum, como a humildade intelectual, sendo seu comportamento típico publicamente reconhecido. Devido à menor familiaridade com as virtudes intelectuais, apresentamos de modo esquemático e informal cinco virtudes e suas descrições.

Humildade intelectual	As pessoas humildes intelectualmente sabem avaliar adequadamente a pertinência epistêmica de compartilhar suas crenças em dado contexto. Geralmente, evitam discussões que servem apenas para autopromoção. Também são capazes de reconhecer a influência de outras pessoas em suas ideias.
Capacidade de possuir <i>insights</i>	As pessoas que possuem <i>insights</i> (por vezes chamadas de “intuitivas”) exibem certa fecundidade em obter ideias criativas e plausíveis não baseadas em inferências rigorosas ao serem apresentadas a uma teoria ou pessoa.
Perseverança intelectual	Uma perseverante intelectual tem apreço por suas opiniões de modo que não as abandona facilmente ao enfrentar objeções.
Capacidade de reconhecer autoridades confiáveis	Uma pessoa capaz de reconhecer autoridades confiáveis interessa-se genuinamente pelo valor de verdade de relatos. Consequentemente, é sensível a traços que indicam a confiabilidade no testemunho (seja ele o tom de voz, a situação em questão ou o caráter do informante). Além disso, é capaz de não alterar sua percepção sobre a confiabilidade de um agente por fatores como proximidade, preconceito e interesse.
Sensibilidade a detalhes	Uma pessoa sensível a detalhes é capaz de reconhecer quais evidências são relevantes para a avaliação de uma crença.

Tabela 5: descrição de algumas virtudes intelectuais

A virtude da sabedoria prática (*phronesis*) ocupa um lugar de destaque em boa parte das teorias das virtudes. Tradicionalmente, esse traço foi concebido como membro do grupo de virtudes intelectuais interpretadas como faculdades que visam a verdade. Em especial, foi identificada pela tradição aristotélico-tomista como a excelência da parte racional da alma relativa ao raciocínio e decisão de questões práticas. Zagzebski se aproxima da tradição ao reconhecer a existência de sábios práticos, indivíduos notáveis pela retidão de julgamento e avaliação em questões práticas de diversos campos. Por vezes, esses indivíduos são lembrados por serem capazes de tomar decisões difíceis, pouco óbvias, de uma forma surpreendentemente sensata.

Todavia, a autora se distancia da perspectiva clássica em pontos importantes⁴⁰. Em primeiro lugar, acredita que a sabedoria prática tem a mesma natureza e estrutura que qualquer virtude moral, ou seja, possui um aspecto motivacional (o que inclui uma emoção característica) e um aspecto confiabilista (o que inclui um comportamento característico). Em segundo lugar, a *phronesis* é apresentada como uma virtude de segunda ordem, ou seja, uma virtude que atua sobre outras virtudes.

Uma boa forma de entender o que é a sabedoria prática consiste em apresentar o papel que cumpre na resolução de problemas para a teoria das virtudes. Por isso, assim faremos nos parágrafos a seguir. Antes, porém, caracterizamos de modo preliminar essa virtude, principalmente ao que concerne o seu caráter de virtude de segunda ordem. Uma virtude de primeira ordem diz respeito a fatores da vida intelectual ou moral de um indivíduo que não suas virtudes. A coragem, por exemplo, atua sobre situações em que algo valioso está em perigo levando em conta um conjunto específico de fatores, como qual é o risco, o grau do risco, quem é afetado, como intervir, entre outros. Por outro lado, uma virtude de segunda ordem diz respeito às virtudes elas mesmas. A sabedoria prática diz respeito às virtudes de um ponto de vista individual e coletivo. Do ponto de vista individual, a sabedoria prática é responsável por garantir o exercício de certas virtudes ao estabelecer o curso de ação característico da virtude de primeira ordem. Do ponto de vista coletivo, a sabedoria prática promove a unificação do comportamento normativo do indivíduo, considerando concomitantemente os fatores salientes de todas as virtudes, garantindo a harmonia entre elas e estabelecendo o curso de ação característico do virtuoso como um todo.

⁴⁰ Sobre seu conceito de sabedoria prática, confira Zagzebski (1996: p.219-231).

Vejamos em mais detalhes como a sabedoria prática opera a partir do papel que cumpre na resolução de três problemas teóricos. O primeiro problema diz respeito ao fato de que algumas virtudes são meios entre extremos⁴¹. O corajoso, por exemplo, ocupa uma posição intermediária entre o covarde e o temerário. Todavia, um indivíduo que exibe a emoção (e motivação) característica da coragem pode se sentir perdido para decidir, pelo menos em casos mais complexos, qual comportamento deve ser adotado. Por isso, essa virtude depende de uma disposição intelectual para avaliar diversos fatores relevantes na circunstância e determinar onde reside a posição intermediária, isto é, qual exatamente é a atitude corajosa. Essa disposição é a virtude da sabedoria prática.

O segundo problema liga-se aos casos em que as virtudes parecem colidir uma com a outra. Em uma mesma circunstância, o comportamento característico do corajoso pode parecer diferir do comportamento característico do humilde⁴². O que fazer em tais circunstâncias? Isso significaria que o mesmo indivíduo deve fazer X e, ao mesmo, tempo, Y, mesmo que sejam ações incompatíveis? A fim de salvar a teoria das virtudes de consequências desastrosas, uma boa alternativa é reconhecer uma disposição intelectual que age em um nível superior às virtudes da coragem e humildade determinando não o que deve ser feito segundo a coragem ou segundo a humildade em si, mas sim o que deve ser feito da perspectiva do virtuoso no geral. Essa perspectiva unificada do comportamento normativo de um agente é a do sábio prático. Ele é capaz de perceber que a coragem e a humildade não são traços independentes entre si, e sim aspectos do caráter virtuoso. O sábio prático, portanto, harmoniza as recomendações das diversas virtudes em uma perspectiva que considera todos os fatores salientes em uma circunstância (em contraste com as outras virtudes, que selecionam um conjunto específico de fatores salientes), determinando qual curso de ação deve ser perseguido.

O último desafio leva em conta que, mesmo em casos que não há conflito entre virtudes, as instruções da virtude pertinente a certa situação podem ser insuficientes para determinar exatamente qual linha de ação o sujeito deve tomar⁴³. Esse é um problema de subdeterminação da ação que deve ser tomada pelas recomendações da virtude. Se a virtude é incapaz de estabelecer o que se deve fazer, como agiremos segundo a virtude? Esquiva-se essa dificuldade postulando a mesma disposição intelectual, que contribui

⁴¹ Cf. Zagzebski (1996: p.220-221).

⁴² Cf. Zagzebski (1996: p. 221-224).

⁴³ Cf. Zagzebski (1996: p. 224-227).

para o cumprimento do fim de cada virtude individual ao especificar a linha de ação ou pensamento a ser seguida. Essa característica é a virtude intelectual da sabedoria prática, responsável por garantir que cada virtude selecione adequadamente uma recomendação final⁴⁴.

Vale notar que a perspectiva de Zagzebski, diferente da aristotélico-tomista, atribui à sabedoria prática um escopo de atuação amplo, englobando virtudes morais e intelectuais. Consequentemente, a *phronesis* não só promove raciocínios sobre questões morais, mas também intelectuais, colaborando para o estabelecimento do que e como acreditar. Por exemplo, a formação de uma crença frequentemente depende de certa sensibilidade ao seu conteúdo e contexto. Por vezes se aceita uma proposição somente se estiver fortemente suportada por evidências. Em outros casos, indícios mais fracos são suficientes. A fim de distinguir essas duas circunstâncias, indivíduos usam de sua sabedoria prática, considerando vários aspectos presentes na situação, relativos a diferentes virtudes intelectuais e morais.

Encerremos este exame do conceito de virtude com alguns apontamentos da conexão entre virtude e outros fenômenos importantes. Devido ao aspecto motivacional, virtudes morais e intelectuais levam o virtuoso à busca daquilo que é relevante para a realização do fim da virtude. Consequentemente, virtudes morais motivam agentes a buscarem habilidades, regras e conhecimentos que auxiliam a realização dos fins morais, como o enfrentamento do perigo em vista da proteção de algo valioso, a distribuição justa de bens, a diminuição de sofrimento humano, entre outros. Analogamente, virtudes intelectuais levam agentes a adquirirem habilidades e conhecimentos que auxiliem na realização de fins epistêmicos, como o aumento de crenças verdadeiras, a aquisição de conhecimento, a melhora na qualidade do conhecimento, entre outros. Do ponto de vista epistêmico, vale a pena destacar que as motivações intelectuais levam o agente a um cuidado especial na utilização de métodos para a aquisição de crenças, tornando-lhe ativamente interessado na confiabilidade deles.

⁴⁴ A introdução da virtude da sabedoria prática pode ser vista como uma manobra artificial, *ad hoc*, para se esquivar de problemas que a teoria das virtudes presumivelmente é incapaz de enfrentar. Contra isso, pode-se argumentar que a teoria das virtudes está fundamentada no caráter de indivíduos virtuosos. Esses indivíduos, do ponto de vista empírico, efetivamente exibem uma disposição que concilia diversos fatores da vida moral e epistêmica, atuando como a *phronesis*. Portanto, a virtude da sabedoria prática, distante de ser artificial, está em total conformidade com a proposta da teoria das virtudes, pois é um elemento reconhecível no caráter de indivíduos virtuosos.

Devido ao aspecto confiabilista, agentes virtuosos são efetivamente confiáveis na realização do fim de suas motivações virtuosas. Portanto, os virtuosos não só são motivados a se conectarem a ferramentas morais e epistêmicas, mas frequentemente as possuem. O caráter virtuoso, conseqüentemente, está intimamente ligado à posse de habilidades, métodos, regras e conhecimentos (entre outras ferramentas) relevantes para a realização das motivações virtuosas.

2.2 A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO MORAL E EPISTÊMICA

A partir do conceito de virtude, Zagzebski define conceitos deônticos da ética e da epistemologia. Seu objetivo é apresentar um arcabouço teórico capaz de classificar e avaliar fenômenos morais e intelectuais. O conceito de virtude reúne considerações sobre motivo, comportamento e fim almejado pelo agente virtuoso. Esses elementos podem ser utilizados para responder a questões sobre o que agentes podem ou não fazer/acreditar, quais são seus direitos e deveres.

Os conceitos para avaliar ações e crenças no que diz respeito ao seu seguimento ou descumprimento de regras são definidos em referência ao comportamento do virtuoso. Os conceitos principais neste empreendimento são “ação errada”, “ação correta”, “dever moral”, “crença justificada”, “crença injustificada” e “dever moral”⁴⁵. Todos eles são definidos em referência a considerações contrafactuais sobre o comportamento característico do virtuoso, ou seja, considerações a respeito do comportamento do agente virtuoso em cenários semelhantes, mas não idênticos, aos atuais.

Tratando especificamente sobre ações, podemos reconhecer o conjunto de ações que o agente virtuoso não faria, o conjunto de ações que o agente virtuoso poderia fazer e o conjunto de ações que o agente virtuoso faria. O virtuoso não faria uma ação se, e somente se, nas circunstâncias contrafactuais semelhantes à em questão, o virtuoso não a faz e, se a fizesse, isso iria contra o seu caráter. O virtuoso poderia fazer uma ação se, e somente se, nas circunstâncias contrafactuais semelhantes à em questão, o virtuoso tanto a faz quanto não a faz e, quando age assim, não age contra o seu caráter. Por fim, o

⁴⁵ Cf. Zagzebski (1996: p.233-235).

virtuoso faria uma ação se, e somente se, nas circunstâncias contrafactuais semelhantes à em questão, o virtuoso a faz e, quando age assim, age segundo seu traço de caráter⁴⁶.

Tomemos como exemplo as situações em que uma pessoa honesta recebe um valor a mais do que o devido no troco. É característico da pessoa honesta devolver o valor a mais nesses casos, ou seja, é isso o que uma pessoa honesta faria. Algumas ações podem, ou não, ser realizadas pela pessoa honesta nessa circunstância sem que sua honestidade seja comprometida. Por exemplo, a pessoa honesta pode devolver o dinheiro de forma bem-humorada, brincando com o funcionário, ou ainda de forma sutil, sem que ninguém perceba seu gesto. Essas são ações que o virtuoso poderia fazer. Por fim, há o conjunto de ações que se fossem realizadas, comprometeriam a honestidade da pessoa em questão e que, portanto, são aquilo que o virtuoso não faria. Segundo o caso examinado, podemos mencionar a ação de envergonhar o funcionário ou de perceber e manter o valor excedente.

A partir dos três conjuntos apresentados, Zagzebski define os conceitos “ação certa”, “ação errada” e “dever moral”. Uma ação é certa se, e somente se, é algo que o virtuoso poderia fazer. Uma ação é errada se, e somente se, é algo que o virtuoso não faria. Uma ação é um dever moral se, e somente se, é algo que o virtuoso faria.

Conceito	Definição ⁴⁷
Ação certa	Uma ação é certa se, e somente se, uma pessoa com a virtude moral V (a virtude relevante para a situação em questão) e com o conhecimento da situação particular poderia fazer.
Ação errada	Uma ação é errada se, e somente se, uma pessoa com a virtude moral V (a virtude relevante para a situação em questão) e com o conhecimento da situação particular não faria.
Dever moral	Uma ação é certa se, e somente se, uma pessoa com a virtude moral V (a virtude relevante para a situação em questão) e com o conhecimento da situação particular faria.

⁴⁶ Zagzebski (1996) não realiza uma análise dos conceitos relativos ao comportamento que o virtuoso não poderia fazer, poderia fazer e faria. Ela opta por lidar com os conceitos em um nível intuitivo, sem entrar em detalhes. Todavia, acreditamos que algo como a análise apresentada seria adequada. Cf. Zagzebski (1996: p.233).

⁴⁷ As definições apresentadas divergem das definições de Zagzebski (1996: p.235). A definição original, ao invés de fazer referência ao comportamento do virtuoso, fala sobre o comportamento da pessoa virtuosamente motivada. A nossa opção se justifica na medida que a referência ao agente virtuosamente motivado pode não coincidir com o agente efetivamente virtuoso, o que deixaria de capturar a classe de ações miradas. Em Zagzebski (1996: p.239), as definições são reformuladas em termos do comportamento do sábio moral. Essa é uma opção mais próxima da nossa e conta com a vantagem adicional de eliminar a menção a uma virtude específica. Dessa forma, o conceito evita o surgimento de problemas relativos ao conflito de virtudes e a subdeterminação. A atratividade e papel da *phronesis* para a teoria de Zagzebski foi apresentada no subtópico anterior.

Tabela 6: definição de conceitos morais

Conceitos para a avaliação de crenças são construídos de modo semelhante. É possível distinguir a classe de crenças que o virtuoso acreditaria, poderia acreditar e acreditaria. Tomemos como exemplo as situações em que uma pessoa intelectualmente perseverante tem seu trabalho acadêmico duramente criticado. É característico da perseverança intelectual não abandonar um projeto intelectual frente ao primeiro grande desafio. A pessoa intelectualmente perseverante não se sentiria completamente desmotivada a continuar (corrigir ou melhorar) seu trabalho acadêmico e, conseqüentemente, acreditaria em algo como “não devo desistir”. Várias crenças são compatíveis com a perseverança intelectual nessa situação. A pessoa perseverante, por exemplo, poderia crer em “será benéfico para mim ser auxiliada pelos meus colegas de sala” ou ainda “o professor provavelmente ajudar-me-á no seu tempo de atendimento”. Esse indivíduo não acreditaria, entretanto, em proposições como “não tenho nenhum futuro acadêmico” e “devo desistir da minha faculdade”. Essas crenças não seriam acreditadas pelo virtuoso intelectual, pois são incompatíveis com o comportamento do perseverante intelectual.

À luz dessas considerações, Zagzebski define os conceitos de “crença justificada”, “crença injustificada” e “dever epistemológico”. Uma crença é justificada se, e somente se, o virtuoso poderia acreditar nela. Uma crença é injustificada se, e somente se, o virtuoso não acreditaria nela. Por fim, sustentar uma crença é um dever moral se, e somente se, o virtuoso acreditaria nela.

Conceito	Definição ⁴⁸
Crença justificada	Uma crença está justificada se, e somente se, uma pessoa com a virtude intelectual V (a virtude relevante para a situação em questão) e com o conhecimento da situação particular poderia acreditar nela.
Crença injustificada	Uma crença está injustificada se, e somente se, uma pessoa com a virtude intelectual V (a virtude relevante para a situação em questão) e com o conhecimento da situação particular não acreditaria nela.
Dever epistêmico	É dever epistêmico crer em algo se, e somente se, uma pessoa com a virtude intelectual V (a virtude relevante para a situação em questão) e com o conhecimento da situação particular acreditaria nisso.

Tabela 7: definição de conceitos epistêmicos

⁴⁸ Semelhante ao quadro anterior, as definições diferem ligeiramente das originais, presentes em Zagzebski (1996: p.241). Para considerações sobre a sabedoria prática e seu papel na definição desses conceitos, confira Zagzebski (1996: p.246).

Zagzebski avança mais uma camada avaliativa ao chamar atenção para o fato de que, além do comportamento, também os estados psicológicos importam no valor normativo de um ato. Um mesmo ato, como o de ajudar um idoso a atravessar a rua, pode ter seu valor normativo alterado caso o agente tenha assim se comportado a partir de uma motivação egoísta ou uma motivação compassiva⁴⁹. Esse nível de avaliação moral, conectado às motivações dos agentes, é responsável pela atribuição de elogio. Uma pessoa merece elogio, tanto do ponto de vista moral quanto epistemológico, somente quando o agente exhibe certa combinação de motivação e comportamento. Mais exatamente, um agente é elogiável por seu comportamento ou por sua crença se, e somente se, age (ou acredita) como o virtuoso agiria (ou acreditaria) nas mesmas circunstâncias e é motivado por um motivo virtuoso.

Conceito	Definição
Ação louvável	Uma pessoa é louvável por sua ação se, e somente se, ela age como o virtuoso moral V agiria (ou seja, sua ação é um dever moral) e age motivada pelos motivos característicos de V
Crença louvável	Uma pessoa é louvável por sua crença se, e somente se, ela crê no que o virtuoso intelectual V acreditaria (ou seja, sua crença é um dever epistêmico) acredita motivada pelos motivos característicos de V.

Tabela 8: definição de estados louváveis

Além do motivo e do comportamento, o fim é um elemento determinante para o valor normativo do ato avaliado. Agir como o virtuoso agiria, bem como ser virtuoso, não significa estar imune a má sorte. Um agente pode agir tal como o compassivo agiria motivado pela emoção característica da compaixão, mas ainda assim não realizar o fim visado pela virtude. Esse é o caso de alguns agentes que doam dinheiro para instituições desconhecidamente corruptas. Até onde todos sabem, a instituição em questão é confiável e eficaz no combate à pobreza. Todavia, um grupo de funcionários articula um esquema de corrupção desviando grande parte do dinheiro arrecadado, incluindo a doação de pessoas que agem segundo a motivação e comportamento característico da compaixão. O fim mirado pelos comportamentos motivados pela compaixão é o bem-estar alheio. Sendo assim, o ato dos doadores compassivos falha em alcançar o fim almejado. Dado que a

⁴⁹ Cf. Zagzebski (1996: p.236-237).

realização do fim das virtudes é valiosa, existe algo importante em falta, o agente é, em algum sentido, malsucedido em seu objetivo moral.

Levando esses pontos em consideração, Zagzebski utiliza o termo “ato de virtude” para se referir aos atos de alto valor normativo⁵⁰. Segundo a autora, esse conceito não é artificialmente construído e se conecta às instâncias reais em que pessoas avaliam diferentemente (por vezes usando palavras diferentes) os atos louváveis, em que o fim é alcançado, daqueles em que o fim não é alcançado. Em um ato de virtude, motivo, comportamento e fim exibem as características admiráveis. Ou seja, o agente age de modo característico da virtude V motivado segundo V e o fim visado por V é alcançado. Além dessas condições, há uma quarta condição que requer uma conexão entre motivação, comportamento e fim. De acordo com Zagzebski, a admirabilidade e valor dos atos de virtudes estão condicionados ao fato de que a realização dos fins característicos da virtude é explicada a partir das outras características normativamente valorosas identificadas na situação (isto é, motivação e comportamento)⁵¹.

A autora realiza mais de uma tentativa de capturar o conceito de ato de virtude. Acreditamos que a versão mais completa da definição é encontrada na passagem:

Um ato é um ato de virtude se, e somente se, surge do componente motivacional de A, é algo que uma pessoa com a virtude A provavelmente faria nas circunstâncias, leva a um estado de coisas que exibem as qualidades que são o fim da virtude A, e a melhor explicação para o fato de que o estado de coisas possui essas qualidades é que o ato possui essas características. (ZAGZABSKI, 1996, p. 250-251, nota de rodapé)

De modo complementar, apresentamos também uma versão simplificada:

Conceito	Definição
Ato de Virtude	Um ato é um ato de virtude V se, e somente se, o agente exhibe o motivo característico de V, age como o virtuoso V agiria, realiza o fim de V e a realização do fim é mais bem explicado pelos elementos aretéticos do ato (ou seja, motivo e comportamento).

Tabela 9: definição de ato de virtude

A condição relativa à conexão dos aspectos aretéticos do ato de virtude (chamemo-la de “Condição C”) é importante para eliminar casos de dupla sorte, nos quais

⁵⁰ Cf. Zagzebski (1996: p.246-253).

⁵¹ Cf. Zagzebski (1996: p.248).

o fim visado pela virtude é alcançado por acaso. Consideremos o caso (explorado por Zagzebski) de um Juiz que age de modo virtuoso tanto do ponto de vista do motivo quanto do comportamento, mas condena a pessoa certa por pura sorte. Por agir tal como o justo e sensível a detalhes agiria, o juiz realiza procedimentos que normalmente conduziriam à verdade e à realização do fim moral. Nesse caso, porém, encontra-se em um cenário em que as evidências disponíveis, por má sorte, apontam quase que conclusivamente para uma pessoa inocente. O juiz volta-se para aquele que acredita ser o culpado e o condena. Por uma incrível boa sorte, os guardas confundem aquele que o juiz se dirigiu com outra pessoa, seu irmão gêmeo, que efetivamente cometeu o crime, e o prendem. Ao analisar o ato, percebe-se que há o motivo, comportamento e fim desejáveis. Todavia, não se pode dizer que é um ato de virtude, pois o fim é alcançado por sorte, o que faz com que o ato perca valor. Os fins visados pelos motivos virtuosos, como a aquisição de crença verdadeira, a propagação da verdade e a diminuição do sofrimento alheio, são especialmente valiosos quando são realizações de estados valiosos. Como os casos Gettier mostram, tropeçar em algo valioso não é nada louvável e gera situações menos admiráveis do que quando aquilo de valor é alcançado por motivos (moralmente ou epistemicamente) relevantes.

As considerações anteriores mostram como diversos conceitos da ética e da epistemologia podem ser construídos a partir do conceito de virtude. Ao voltar nossa atenção para cada definição, podemos notar que as definições foram construídas com base na referência a uma virtude moral ou intelectual particular (o que na definição aparece como “virtude V”). Consequentemente, a boa ação, em circunstâncias relativas à coragem, é aquela que o corajoso poderia fazer. Enquanto isso, em circunstâncias relativas à honestidade, a boa ação é aquela que o honesto poderia fazer. Esse tipo de definição levanta dúvidas sobre a unidade e compatibilidade das virtudes⁵². Por exemplo, o que dizer em uma situação em que a ação que o corajoso faria não é a mesma que a ação que o honesto faria? Qual seria o nosso dever moral em tal situação?

Todavia, essas dificuldades podem ser esquivadas definindo os conceitos apresentados a partir de uma virtude que engloba o comportamento normativo do virtuoso como um todo. Isso pode ser feito substituindo, nas definições, a referência a uma virtude moral ou intelectual particular pela referência à virtude da sabedoria prática. A sabedoria

⁵² Alguns desses problemas foram tratados anteriormente, quando apresentamos a virtude da sabedoria prática.

prática, tal como foi apresentada anteriormente, é a virtude de segunda ordem responsável por considerar diversos fatores relevantes para decisões práticas e morais, influenciando no estabelecimento de qual curso de ação é o mais compatível com o caráter do virtuoso de modo geral. A ação boa, por exemplo, pode ser definida como a ação que o sábio prático poderia fazer e a crença justificada, definida como a crença que o sábio prático poderia acreditar. Zagzebski apresenta e adota essa estratégia, redefinindo os conceitos em termos da *phronesis*⁵³.

Esperamos que as considerações anteriores sejam suficientes como uma apresentação geral da teoria das virtudes presente na segunda parte de *Virtues of The Mind* (1996). O tópico seguinte será reservado para a apresentação da definição de conhecimento presente na terceira parte de *Virtues of The Mind*. Tal como os outros fenômenos normativos apresentados anteriormente, o conhecimento também é definido em relação à virtude. A definição de conhecimento de Zagzebski dá continuidade ao desenvolvimento conceitual realizado e adiciona mais uma camada à capacidade da teoria de explicar fenômenos epistemológicos.

⁵³ “Já vimos que, na minha concepção de *phronesis*, uma de suas funções é mediar entre virtudes morais ou intelectuais individuais quando elas produzem um conflito *prima facie*. Enquanto houver mais de uma virtude (ou regra ou dever), parece possível que o mesmo ato possa ser tanto certo (permissível) quanto errado (não permissível). Por exemplo, um ato pode satisfazer a definição de um ato correto quando julgado pelos padrões da compaixão, mas ser um ato errado quando julgado pelos padrões da lealdade ou integridade. O sábio prático é capaz de pesar as demandas de todas as virtudes relevantes em uma determinada situação e decidir sobre o curso de ação mais virtuoso, considerando todos os aspectos. A maneira como as virtudes são mediadas na virtude da *phronesis* leva a um conjunto mais simples de definições dos conceitos de avaliação de atos quando todas as circunstâncias relevantes para a avaliação são levadas em conta” Zagzebski (1996, p.239).

“Quando se estuda um filósofo em particular, a postura correta a ser adotada não é nem de referência, nem de desprezo. Deve-se iniciar com uma espécie de simpatia hipotética, até que seja possível descobrir como é acreditar em suas teorias; somente então é que renascerá a atitude crítica, uma atitude que deve se assemelhar, na medida do possível, ao estado de espírito de alguém que abandona as opiniões até então defendidas. O desprezo prejudica a primeira parte desse processo; a reverência, a segunda. Duas coisas devemos ter em mente: que aquele cujas opiniões e teorias são dignas de estudo supostamente foi homem de certa inteligência; e que é improvável que alguém tenha chegado à verdade definitiva e integral em algum assunto.”

Bertrand Russell

3. A DEFINIÇÃO DE CONHECIMENTO

Assim como “ação correta”, “justificação” e “dever epistêmico”, o conceito de conhecimento é construído a partir dos elementos estruturais do conceito de virtude. Em última instância, a teoria de Zagzebski conecta os conceitos normativos utilizados na avaliação de ações e estados cognitivos de modo que cada conceito é definido em termos de um conceito anterior, produzindo um edifício conceitual cujo fundamento é a virtude. Este capítulo tem como objetivo principal apresentar a definição de conhecimento de Zagzebski, o que, inevitavelmente, demanda construí-lo a partir dos conceitos normativos anteriormente desenvolvidos. Em seguida, realizaremos uma avaliação crítica dessa teoria filosófica, ressaltando seus pontos positivos e negativos.

A definição de conhecimento examinada está inserida no contexto do período pós-Gettier da epistemologia. Isso significa que Zagzebski buscou uma definição que não só se adequasse bem às instâncias intuitivas de conhecimento, mas que também possuísse outras qualidades teóricas. Na apresentação que se segue, damos especial atenção para as alegadas virtudes teóricas da profundidade explanatória e aplicabilidade, além de analisar a suposta capacidade explanatória de lidar com dificuldades relacionados ao problema do valor e à compatibilização dos elementos internos e externos do conhecimento.

Do ponto de vista das objeções, apresentaremos quatro ataques à definição de Zagzebski. Além disso, buscamos responder a cada crítica de melhor forma que encontramos, mesmo que isso signifique considerar afastamentos da perspectiva original. De modo geral, examinamos preocupações relativas à circularidade, à condição C, à necessidade dos critérios definicionais e à maneira como a definição se adequa às instâncias de conhecimento por testemunho.

3.1 DEFININDO CONHECIMENTO

Antes de apresentar a proposta de Zagzebski, apresentamos alguns tópicos relevantes para a atividade de definir o conhecimento⁵⁴. Em primeiro lugar, o conhecimento é um estado (e não um ato) de contato cognitivo com a realidade. Essa afirmação reúne dois pontos importantes: nas instâncias de conhecimento, comportamentos intelectuais levam os agentes a um certo **estado** cognitivo. Ou seja, conhecer não é um tipo de comportamento intelectual, que está circunscrito a um momento específico, mas sim algo que permanece após uma série de comportamentos terem sido realizados. É por isso que atribuímos conhecimento a uma pessoa dormindo mesmo que não esteja, naquele momento, realizando nenhum comportamento intelectual relevante. Além disso, o estado promovido é um estado de contato cognitivo com a realidade. Nesse sentido, conhecer significa estar em uma relação desejável com o mundo, uma relação em que se captura a realidade, ou parte dela, a partir de um estado cognitivo.

Em segundo lugar, o conhecimento é um estado valioso. Não por acaso, hesitamos chamar de conhecimento circunstâncias em que a verdade é alcançada de modo banal, que não parecem desejáveis ou merecedoras de elogio. Nesse sentido, o conhecimento está no conjunto de coisas como a felicidade, a boa ação, a amizade, entre outras. Sobretudo, conhecer é mais valioso do que acreditar verdadeiramente, algo notável pela diferença no modo como elogiamos alguém que acerta por palpite sortudo comparado com alguém que sabe efetivamente. De modo geral, é possível notar que, enquanto comunidade, valorizamos o conhecimento, já que criamos eventos como o prêmio Nobel para publicamente agradecer e celebrar novos saberes.

Em terceiro lugar, conhecer depende de uma dinâmica entre a responsabilidade do sujeito cognoscente e a sorte epistêmica. Por um lado, não atribuímos conhecimento nos casos em que um agente não é responsável pela aquisição de sua crença verdadeira, como mostra os casos tipo-Gettier. Consequentemente, excluimos do grupo de conhecimentos instâncias em que um sujeito alcança a verdade por pura sorte, sem que o sucesso seja atribuível a ele. Por outro lado, é razoável admitir que, mesmo em situações em que um sujeito efetivamente conhece, depende-se da sorte em certa medida. Por exemplo, caso um bom estudante realize adequadamente uma pesquisa sobre as luas de saturno, descobrindo que são 145 no total, diremos que ele conhece esse fato. Isso não significa, todavia, que o sucesso do estudante independe de fatores como a confiabilidade de suas

⁵⁴ Cf. Zagzebski (1996: p. 267-268).

fontes, que não estão completamente sob seu controle. Mesmo que um sujeito faça tudo o que está a seu alcance, a aquisição da verdadeira não é garantida. Depende-se, portanto, de sorte na realização de algumas condições que promovem o encontro com a verdade. Considerando ambos os aspectos, podemos dizer que o conhecimento exige responsabilidade pela aquisição da verdade, mesmo que parte das condições necessárias para este fim estejam aquém do seu controle.

O conhecimento é um estado de contato cognitivo com a realidade, que é valioso, engloba responsabilidade e a sorte que lhe é compatível. De que forma tais características podem ser incorporadas em uma definição de conhecimento? Tradicionalmente, alguns desses elementos são acomodados pelas teorias da justificação que figuram nas definições de conhecimento. Consideremos, por exemplo, a perspectiva clássica de que o conhecimento é crença verdadeira e justificada, analisando a justificação como a posse de boas razões. Segundo esse ponto de vista, o valor, a responsabilidade e a sorte compatível com o conhecimento são explicadas a partir do conceito de justificação. Pode-se argumentar, por exemplo, que o conhecimento é valioso na medida que o esforço intelectual de conectar razões a crenças é valioso. Além disso, em relação à responsabilidade na aquisição da verdade, a teoria clássica se comprometeria com alguma explicação sobre como a posse de boas razões é capaz de nos aproximar da verdade e nos torna responsáveis pela sua aquisição.

Todavia, a estratégia de definir conhecimento como crença verdadeira e justificada vem perdendo força no cenário epistemológico atual. Zagzebski, por exemplo, acredita que a abordagem é essencialmente vulnerável aos casos tipos-Gettier. Em *The Inescapability of Gettier Problems* (2022), a filósofa realiza uma análise do papel que a justificação assume nas discussões do período Gettier da epistemologia. Lembremos que estamos falando aqui sobre a noção descritiva de justificação, ou seja, do elemento que, somada a crença verdadeira, constitui conhecimento. Segundo a autora, havia uma concordância em (i) acomodar a intuição de que a justificação conduz à verdade, mas não a implica e (ii) definir o conhecimento de modo que a justificação seja o elemento normativo da definição. Essa parecia ser uma escolha bastante razoável, haja vista que esse tipo de concepção de justificação permite casos de crenças falsas e justificadas (o que não seria o caso se a justificação implicasse a verdade da crença), além de capturar a ideia intuitiva de que o conhecimento é formado por um aspecto normativamente neutro

(uma crença verdadeira) somado a uma propriedade que carrega seu aspecto normativo (a justificação), relativo à sua qualidade.

Além disso, nesse artigo a filósofa avança um diagnóstico dos casos tipo-Gettier. Segundo seu entendimento, os contraexemplos são formados pela combinação de um elemento de boa sorte com um elemento de má sorte em casos de crença verdadeira e justificada. A má sorte colabora para que a justificação do sujeito em questão não o conecte do modo desejado com a verdade. Ademais, a boa sorte colabora para que a crença justificada do sujeito se revele verdadeira, apesar de sua justificação não o conectar com a verdade. Outra forma de apresentar essa ideia é dizer que os casos Gettier são casos de crença falsa e justificada transformados, pela sorte, em casos de crença verdadeira e justificada em que a justificação não promove a verdade.

Retomemos o caso de Gettier apresentado no primeiro capítulo. A crença avaliada é “Smith possui um Ford ou Brown está em Barcelona”. Vamos supor, inicialmente, que essa é uma crença falsa: nem Smith possui um Ford e nem Brown está em Barcelona. De qualquer forma, a crença de Jones é justificada. No exemplo considerado, Jones vê Smith andando em um carro Ford e, podemos acrescentar, Smith efetivamente possuía um carro até poucos dias atrás, algo conhecido por Jones. Por ser uma crença justificada, em circunstâncias favoráveis, sua crença seria verdadeira. Em um cenário Gettier, todavia, há um elemento de má sorte que desconecta a justificação com a verdade. Apesar de Jones tê-lo visto dirigindo um Ford, Smith não possui mais um Ford e aquele carro era alugado. Jones, portanto, é vítima de má sorte epistêmica: sua justificação para crer (o que normalmente é um guia confiável para a verdade) falhou por causa de alguma anormalidade da situação.

O segundo passo para transformar esse cenário em um contraexemplo tipo-Gettier é adicionar um elemento de boa sorte que fará com que a crença de Jones seja verdadeira por um motivo alheio a sua justificação. No caso examinado, esse acréscimo advém da verdade da proposição “Brown está em Barcelona”. Jones não possui qualquer informação sobre a localização do seu amigo Brown. Porém, por uma espécie de brincadeira, estava confiante de que a proposição “Smith possui um Ford ou Brown está em Barcelona” é verdadeira, pois acreditava que Smith possuía um Ford. Nesse caso, a proposição examinada é justificada, mas o motivo pela qual ela é justificada tem a ver exclusivamente com as boas razões que Jones possui para crer na proposição “Smith possui um Ford”. Porém, podemos incluir aqui um elemento de boa sorte. Consideremos

que Brown efetivamente está em Barcelona. Assim sendo, a crença “Smith possui um Ford ou Brown está em Barcelona” torna-se verdadeira. Neste momento, é importante notar que a verdade da crença sustentada por Brown está completamente alheia ao elemento de justificação presente no cenário. Assim se forma um caso de crença verdadeira e justificada que não é conhecimento.

A partir da análise do conceito de justificação tradicional e dos contraexemplos tipo-Gettier, o seguinte problema é formulado. Os casos Gettier surgem da transformação de uma crença falsa e justificada em uma crença verdadeira e justificada cuja justificação não promove a conexão com a verdade. Se a definição de conhecimento não garante que a verdade seja alcançada por meio do seu elemento normativo, então sempre será possível transformar casos em que o elemento normativo está presente e não promove a posse da verdade em um caso em que o mesmo ocorre, mas em que há um elemento de sorte (independente do elemento normativo) que torna a crença do sujeito verdadeira. Portanto, definir conhecimento como crença verdadeira justificada é permitir uma lacuna entre a justificação e a verdade em que casos tipo-Gettier sempre podem ser formulados.

Se a justificação parece infértil para definir conhecimento, que outro conceito poderia assumir tal papel?⁵⁵ Segundo Zagzebski, o conceito de ato de virtude intelectual reúne várias das qualidades que buscamos à primeira vista em uma definição de conhecimento. Tal como foi definido, um ato de virtude é aquele em que o agente apresenta um motivo característico da virtude V, comporta-se de modo característico da virtude V, alcança o fim (ou os fins) visados pela virtude V por causa dos aspectos normativos do ato em questão (ou seja, por causa do motivo e do comportamento virtuoso). Em um ato de virtude intelectual, o motivo tem como fim último o contato cognitivo com a realidade e move o agente a realizar comportamentos confiáveis para a realização desse fim, comportamentos característicos de uma virtude intelectual V. Além disso, é claro, em um ato de virtude, o comportamento característico de V não só é confiável, mas também efetivamente resulta em contato cognitivo com a realidade.

Devido a suas características, o conceito de ato de virtude intelectual acomoda as intuições supracitadas relacionadas ao conhecimento. Em primeiro lugar, o conceito denota um contato cognitivo com a realidade. Além disso, esse contato é valioso, pois é

⁵⁵ Sobre a diferença entre o conceito de justificação e o conceito de conhecimento, confira Zagzebski (1996: p.268-269).

a realização de aspectos valiosos do agente, nominalmente, motivos virtuosos. Também, em um ato de virtude, assim como em uma instância de conhecimento, o sujeito é responsável pela realização do fim visado, mesmo que seu sucesso dependa em parte de fatores que fogem do seu controle. Uma pessoa que age como o virtuoso agiria pode fracassar em alcançar a verdade, pois a promoção do fim está sujeita a adversidades que escapam os esforços do agente. Finalmente, “ato de virtude intelectual” é um termo que relata sucesso na obtenção do fim visado. Na verdade, mais do isso, o termo garante que o contato cognitivo com a realidade foi alcançado por causa das características normativas do ato. Dessa forma, elimina-se a lacuna entre o elemento normativo e a verdade na qual casos Gettier poderiam ser construídos.

Entretanto, o conhecimento é um estado e não um ato. Logo, conhecimento não pode ser idêntico a um ato de virtude. Esse aparente problema pode ser facilmente contornado ao notar que atos podem originar estados cognitivos. O ato de imaginar P pode, por exemplo, levar ao estado de acreditar que P é possível. Sendo assim, pode-se definir conhecimento como um estado de contato com a realidade que se origina de um ato de virtude intelectual. Essa é a proposta de Zagzebski, expressa no trecho:

Eu agora proponho que nós definamos conhecimento como se segue: Def 1: Conhecimento é um estado de contato cognitivo com a realidade que surge de atos de virtude intelectual (ZAGZEBSKI 1996, p.270).

Nota-se que a definição não faz menção a proposições. Essa é uma escolha premeditada da autora, que assim define conhecimento para deixar em aberto questões a respeito da natureza da verdade⁵⁶. Suponhamos, por exemplo, que nem todo contato cognitivo com a realidade se dá de modo proposicional. Assim sendo, uma definição que só captura conhecimentos proposicionais certamente sai prejudicada. De qualquer forma, a definição de Zagzebski pode ser facilmente adaptada para o conhecimento proposicional. Pode-se definir conhecimento proposicional como um estado de crença em determinada proposição (P) que se origina de um ato de virtude intelectual. A partir dessas

⁵⁶ “Talvez a primeira definição seja preferível dado que não se compromete com tais questões como o objeto do conhecimento, a natureza da verdade e a existência de proposições, que não são exploradas nessa obra. Ela também permite uma interpretação mais abrangente de conhecimento, visto que o conhecimento pode incluir contato cognitivo com estruturas da realidade que não sejam proposicionais” (ZAGZEBSKI 1996, p. 271).

considerações, podemos analisar a expressão “sabe que P” (relativa ao conhecimento proposicional) segundo a teoria de Zagzebski nas condições:

S sabe que P se, e somente se:	(1) S age motivado de modo característico da virtude intelectual V;
	(2) S age como o virtuoso V agiria;
	(3) S atinge o fim visado pela virtude V (S crê verdadeiramente em P);
	(4) A melhor explicação para (3), o alcance do fim visado pela virtude V (a crença verdadeira de S em P), é a realização das condições (1) e (2);
	(5) A realização das condições (1), (2), (3) e (4) origina em S um estado cognitivo de contato com a realidade.

Tabela 10: definição de conhecimento segundo Zagzebski

Vejamos, agora, de que modo a definição de Zagzebski lida com as instâncias de conhecimento. Em algumas instâncias de conhecimento, o estado de contato cognitivo de contato com a realidade é conquistado mediante grande agência do conhecedor. Normalmente, o conhecimento adquirido nesses casos diferencia-se dos demais em termos de qualidade. Grandes cientistas, por exemplo, realizam descobertas por causa de esforços metódicos que envolvem o cuidado e controle do comportamento intelectual, o cultivo de habilidades intelectuais, a adoção de metodologias, entre outros. Por vezes, as verdades descobertas podem ser razoavelmente bem compreendidas por cientistas iniciantes, mas o conhecimento do descobridor parece se diferenciar em termos de

qualidade. Apesar de possuírem a mesma quantidade de crenças verdadeiras, o cientista experiente parece distinguir-se do iniciante por demonstrar um domínio explicativo superior ou a capacidade de dar enfoque para os pontos importantes. Zagzebski chama essas instâncias de conhecimento de “conhecimento de alta qualidade” (*high-grade knowledge*).

Por outro lado, algumas instâncias de conhecimento parecem ser como processos mecânicos, em que o agente nada se esforça e quase não tem ciência do seu estado intelectual. De modo geral, conhecimentos perceptivos são desse tipo. Pensemos, por exemplo, em um agente que caminha pela rua principal da sua cidade. Certamente, ele vê outras pessoas andando, carros, lojas, escuta buzinas e conversas. Usualmente, dizemos que essa pessoa sabe que há carros e pessoas ao seu redor, mesmo que esse conhecimento seja extremamente pouco reflexivo e fácil de ser adquirido. Esses conhecimentos são simples e não exemplificam o que há de mais distinto e valioso no conhecimento humano. Zagzebski chama essas instâncias de conhecimento de “conhecimento de baixa qualidade” (*low-grade knowledge*). Uma definição do conhecimento deve se esforçar ao máximo para acomodar tanto conhecimentos de alta qualidade quanto conhecimentos de baixa qualidade.

A definição de Zagzebski acomoda de modo bastante natural os conhecimentos de alta qualidade, porque, em primeiro lugar, possibilita tipos de conhecimentos com especificidades diferentes⁵⁷. Isso acontece, pois, ao definir conhecimento em termos de contato cognitivo com a realidade, a autora abre espaço para conhecimentos que não têm como objeto as proposições. Pode-se propor, por exemplo, que o fenômeno epistêmico do entendimento se caracteriza pelo conhecimento de estruturas da realidade como um todo, e não de proposições que a descrevem de modo local. Nesse sentido, entendimento seria um estado de conhecimento. Esse conceito é completamente compatível com a teoria apresentada, podendo ser usado para explicar as particularidades de conhecimentos de nível superior, como os exibidos por bons cientistas experientes.

Além disso, a teoria acomoda instâncias de conhecimento de nível superior, pois é capaz de explicar a possibilidade e origem de estados de conhecimento mais complexos. Tomemos, novamente, o conceito de entendimento como exemplo. Isso ocorre, pois, de modo geral, as virtudes intelectuais motivam agentes a se preocuparem com a qualidade

⁵⁷ Cf. Zagzebski (1996: p.273-277).

do conhecimento (não só quantidade), bem como com os aspectos relativos a esses estados cognitivos bastante sofisticados. No caso do entendimento, por exemplo, pode-se dizer que algumas virtudes intelectuais, como a virtude intelectual do *insight*, motivam o agente a sintetizar informações, extraindo os pontos relevantes daquilo estudado, o que colabora para a realização de estados de entendimento.

A definição também inclui as instâncias de conhecimento de nível inferior, porém com um pouco mais de dificuldade⁵⁸. À primeira vista, é compreensível pensar que a definição exclui essas instâncias, pois os agentes dos casos de conhecimentos perceptivos (por exemplo) comportam-se de maneiras que não associamos às virtudes intelectuais. Além disso, parece que crianças têm conhecimentos perceptivos, mas elas não são maduras o suficiente para terem adquirido virtudes. Como, então, acomodar as instâncias de conhecimento de nível inferior?

Esses pontos, entretanto, não ameaçam a definição apresentada. Relativo às crianças, é importante ressaltar que a realização de um ato de virtude intelectual não exige que o agente seja virtuoso. Tudo o que a definição requer é que haja um motivo, comportamento e fim característico da virtude intelectual V (e que esses fatores estejam conectados da forma adequada). Por isso, a teoria não inviabiliza o conhecimento de crianças, desde que sejam capazes de serem movidas por motivos virtuosos.

A teoria de Zagzebski também não restringe o comportamento característico das virtudes aos comportamentos difíceis, que saltam os olhos e produzem admiração em quem vê. Em outras palavras, é verdade que quando pensamos em atos de virtude, normalmente pensamos em atos complexos e extremamente admiráveis, como um ato de coragem de um bombeiro que enfrenta o fogo para salvar civis em perigo, mas às vezes agir como o virtuoso agiria não significa agir extraordinariamente. Ao sermos perguntados sobre a localização de um lugar, não hesitamos em agir como a pessoa honesta e compartilhamos as informações que sabemos. Esse comportamento, por exemplo, é característico da honestidade, é aquilo que a pessoa honesta faria, mas não é nada extraordinário. Da mesma forma, o conhecimento perceptivo normalmente decorre de motivos ordinários direcionados à aquisição de crenças verdadeiras que requerem do

⁵⁸ Cf. Zagzebski (1996: p.277-283).

agente um comportamento fácil de ser realizado e sem muita agência. A respeito desse assunto, Zagzebski diz:

Como uma pessoa de virtude intelectual age no que diz respeito a formação de crenças baseadas na experiência sensível ou na memória? Presumivelmente, ela às vezes é cética de seus próprios sentidos e às vezes dúvida da sua própria memória, como ocorre no caso em que [a memória] é fraca e ela possui boa evidência contrária. Ela provavelmente não duvida de crenças introspectivas como de que ela está com dor, apesar de podermos ter a expectativa de que ela considerara, de tempos em tempos, se e por que essa introspecção é confiável. Mas nós assumiríamos que, na maioria das vezes, ela não duvida ou mesmo considera reflexivamente suas crenças perceptuais e da memória. Ela não age assim, porque sustenta uma presunção de verdade em tais casos até que ela seja apresentada por razões para pensar o contrário. Tal atitude é, ela mesma, intelectualmente virtuosa; agir de outro modo é exibir uma forma de paranoia intelectual. (ZAGZEBSKI, 1996, p.279-280).

Ao refletir sobre o comportamento hipotético, contrafactual, do virtuoso nas instâncias de conhecimento de baixa qualidade, Zagzebski esbarra em uma questão importante. Quando comparamos comportamentos reais (que desejamos avaliar) com os comportamentos contrafactuais de indivíduos virtuosos, como os que caem sob a classe de ações que o virtuoso faria, quão semelhante os comportamentos analisados precisam ser para concluirmos que o comportamento real é como o do virtuoso? Por exemplo, consideremos que João acredita no que seu amigo diz sobre medicina. Nesse caso, seu amigo é efetivamente um médico e sabe o que diz. Todavia, João não é sensível aos fatos que tornam seu amigo uma boa testemunha, de modo que se ele não fosse médico, mesmo assim acreditaria na sua palavra. João age como o virtuoso agiria? Bom, depende de quais elementos comparamos entre a situação de João e a situação hipotética do virtuoso. Poderíamos dizer que ele age como o virtuoso agiria, pois o virtuoso também acreditaria na palavra de seu amigo médico. Todavia, poderíamos dizer que o João não age como o virtuoso agiria, pois o virtuoso deixaria de acreditar naquela pessoa caso não fosse médico, enquanto João manteria sua confiança.

Essa problemática é especialmente relevante nas instâncias de conhecimento de crianças. Consideremos o caso em que uma criança pergunta o valor de um sorvete para o sorveteiro, que lhe informa o preço correto. Devemos dizer que a criança sabe o valor do sorvete? Na mesma circunstância, o virtuoso, tal como a criança, acreditaria na palavra do vendedor. Portanto, considerando a ação isolada, diremos que a criança agiu tal como o virtuoso. Todavia, caso o vendedor estivesse mentindo, provavelmente o virtuoso, mas

não a criança, seria capaz de identificar a inverdade e, por isso, não acreditaria na sua palavra. Nesse sentido, a maneira como a criança age se distancia do modo como o virtuoso age. Caso optemos pelo segundo modo de avaliar a situação, parece que nos inclinaremos a negar o conhecimento de crianças em uma boa parte das circunstâncias em que elas acreditam verdadeiramente.

De modo geral, a dúvida apresentada gira entorno do que uma avaliação que compara o comportamento do agente com o comportamento do virtuoso deve levar em consideração. Mais especificamente, somos confrontados com a opção de comparar somente o comportamento particular que o agente realiza com o comportamento particular que o virtuoso realizaria ou, do outro lado, comparar o comportamento que o agente realiza e o que realizaria em situações semelhantes da avaliada com o comportamento que o virtuoso realizaria na situação avaliada e nas situações próximas. A final de contas, de que forma o comportamento do agente deve espelhar o comportamento do virtuoso: somente na maneira que o agente agiu ou também na maneira que o agente agiria caso alterarmos ligeiramente sua situação?

A fim de salvar as instâncias de conhecimento de crianças, parece-nos que a opção mais atrativa é de avaliar a situação levando em conta somente a concordância ou não do comportamento que o agente efetivamente realiza com o comportamento que o virtuoso realizaria. As considerações de Zagzebski sobre esse assunto não são completamente claras. A filósofa parece enxergar vantagens na outra alternativa⁵⁹. De qualquer forma, damos continuidade ao capítulo relegando esse debate a outros trabalhos.

3.2 VIRTUDES TEÓRICAS DA DEFINIÇÃO

⁵⁹ “Considere a crença “Este é um pedaço de papel branco”, que presumiremos ser formada sob condições perceptuais normais e ser verdadeira. Para contar como conhecimento, essa crença deve surgir de uma forma que imite a maneira como surge em uma pessoa com virtude intelectual. Aquele que acredita deve ter uma motivação intelectualmente virtuosa que consiste na disposição de desejar a verdade, e a forma como a crença é formada deve ser a forma como seria formada por uma pessoa intelectualmente virtuosa nessas circunstâncias. Portanto, aquele que crê não é preconceituoso, não tem interesse pessoal, não está preso em *wishful thinking* (um grande amor por papel branco?), etc. Além disso, a atitude geral daquele que crê deve ser aquela que o levaria a considerar as evidências de forma reflexiva, caso as evidências fossem contrárias ao seu impulso natural de achar que está vendo papel branco. Essa abordagem amplia o conceito de um ato de virtude intelectual e, conseqüentemente, amplia o conceito de conhecimento. Presumo que isso seja uma vantagem.” (ZAGZEBSKI, 1996, p.281)

Este subtópico é dedicado à apresentação e justificação dos aspectos positivos da definição de conhecimento de Zagzebski. Ressaltaremos um conjunto de virtudes teóricas exibidas pela definição⁶⁰. Mais precisamente, as virtudes teóricas da adequação evidencial, profundidade explanatória, coerência interna e aplicabilidade. Essas qualidades são em parte consequência do modo desejável que a definição enfrenta alguns problemas epistemológicos. Dentre eles, destacamos o problema da artificialidade das definições de conhecimento, o problema da inescapabilidade do problema Gettier, o problema da compatibilização de elementos internos e externos do conhecimento e o problema do valor do conhecimento. O primeiro passo para uma apreciação crítica da definição consistirá em apresentar os desafios e as respostas correspondentes oferecidas por Zagzebski.

As definições surgem do interesse de saber o que algo é. Uma definição de conhecimento é artificial ou *ad hoc* quando o enunciado da definição é formulado para escapar de um problema específico, pouco ou nada nos informando positivamente sobre o que o conhecimento é. Outra forma de capturar essa ideia é dizer que a definição é artificial quando suas condições selecionam o conjunto de elementos a serem definidos por uma característica arbitrária ou irrelevante para o nosso entendimento do fenômeno em questão⁶¹.

Por exemplo, definir conhecimento como crença verdadeira que escapa os problemas Gettier é artificial. O primeiro problema com essa definição é que ela é negativa ao invés de ser positiva. Ou seja, o elemento da definição que separa meras crenças verdadeiras de instâncias de conhecimento nos informa o que conhecimento não é, ao invés do que ele é. Em segundo lugar, que as instâncias de conhecimento não são casos Gettier é algo conhecido antes mesmo de avançar a definição. Ao definir o conhecimento, queremos justamente uma explicação do que há de especial no conhecimento que o diferencia dos contraexemplos tipo-Gettier. Definir conhecimento em referência aos seus contraexemplos é como definir uma espécie recém-descoberta de

⁶⁰ Confira a explicação em McMullin (2014) e Keas (2018) sobre o que são virtudes teóricas e como categorizá-las.

⁶¹ Na obra *Tópicos*, Aristóteles realiza uma discussão sobre os próprios, isto é, enunciados que parecem definições, mas não enunciam o que a coisa definida é. O que chamamos de “definições arbitrárias” se aproxima do que o filósofo chama de “próprio” no seguinte sentido: ambos são enunciados que não servem como explicações para o que se pretende definir e, portanto, não servem como definições propriamente ditas. Sobre esse assunto, confira a tradução e comentário de Angioni (2006: p.188-189).

borboleta afirmando que não é nenhuma das espécies até então conhecidas. Ou seja, não é nada esclarecedor. Outro exemplo seria definir conhecimento como crença verdadeira não sortuda. Nesse caso, a artificialidade advém do fato de que, ao definir o conhecimento, buscamos justamente explicar o que há no estado cognitivo de conhecimento que elimina a sorte. Novamente, a definição está mais focada em esquivar de um problema do que em revelar algo positivo sobre o fenômeno definido.

Previamente apresentamos a teoria das virtudes de Zagzebski destacando as conexões conceituais estabelecidas entre conceitos éticos e epistemológicos. Vimos que os conceitos para avaliação de estados cognitivos, como o conceito de conhecimento e crença justificada, têm suas definições conectadas em uma cadeia conceitual que remonta ao conceito de virtude. Acreditamos que essa característica faz com que a definição de Zagzebski acomode as instâncias de conhecimento de modo explicativo e não *ad hoc*.

A razão para isso é a seguinte. Em primeiro lugar, os elementos do caráter virtuoso, a partir dos quais define-se conhecimento, estão presentes na experiência epistêmica e moral de indivíduos. Consequentemente, a definição relaciona de modo não trivial qualidades que podem ser efetivamente identificadas por agentes com o fenômeno que desejamos explicar. Portanto, a definição explica algo complexo a partir de partes mais simples e familiares. Em segundo lugar, a definição não é uma resposta a uma pergunta isolada. A definição apresentada faz parte de uma teoria normativa mais geral que nos habilita a classificar e avaliar ações e estados cognitivos. Ela beneficia a teoria de fundo aumentando seu alcance explanatório, mas também a teoria de fundo beneficia a definição, pois torna o conhecimento um fenômeno conectado a uma série de outros, como a justificção, o dever moral, o comportamento virtuoso, entre outros. Devido aos dois fatores apresentados, concluímos que a definição de Zagzebski acomoda as instâncias de conhecimento de modo explicativo, contornando o problema da artificialidade.

Vejamos agora de que modo a definição enfrenta o problema da inescapabilidade dos problemas Gettier. Como discutido previamente, Zagzebski, em *The Inescapability of Gettier's Problem* (2022), defendeu que os contraexemplos tipo-Gettier são inescapáveis para as definições de conhecimento do período Gettier da epistemologia. Até então, definia-se conhecimento em termos de justificção. Mesmo que as teorias da justificção variassem, havia uma concordância em (i) tomar a justificção como o elemento normativo da definição e (ii) acomodar a ideia de que a justificção aproxima o

sujeito da posse da verdade, mas não a garante. Todavia, ao adotar tal estratégia, as definições permitiam que casos de crença falsa e justificada se transformassem em contraexemplos tipo-Gettier. Dado que a justificação não garante que a verdade seja alcançada pelos fatores normativos relevantes para o conhecimento, casos de crença justificada em que a verdade é alcançada não devido à justificação, mas sim à sorte, são possíveis. A autora mostrou como esses casos podem ser construídos pela combinação de má sorte epistêmica, que evita que a justificação promova o contato com a verdade, e boa sorte epistêmica, que promove a conexão com a verdade por motivos normativamente irrelevantes.

Diante dessa situação, é razoável sugerir uma revisão do elemento da justificação que aparece nas definições de conhecimento. Para evitar a lacuna entre a justificação e a verdade, poderíamos sugerir que a justificação implique a posse da verdade, ao invés de tender em direção a ela⁶². Essa alternativa, entretanto, elimina um conceito desejável na epistemologia: a ideia de que há estados cognitivos relativamente bem-sucedidos, que possuem as qualidades desejáveis em um estado de conhecimento, com exceção da verdade. Esses seriam os casos de crenças falsas justificadas. Se a justificação implica verdade, é impossível que haja crenças falsas e justificadas. Desejamos, portanto, um tipo de revisão na estratégia para definir o conhecimento que elimine a lacuna entre o elemento normativo da justificação e a verdade e que, ao mesmo tempo, permita ainda nuances na avaliação do sucesso epistêmico do sujeito.

Zagzebski define o conhecimento como uma crença verdadeira resultante de atos de virtude intelectual. As condições da sua definição à parte da condição da verdade estabelecem uma conexão inviolável com a verdade. O elemento normativo nessa definição é o conceito de ato de virtude intelectual, que inclui a instanciação de motivação, comportamento e fim característicos de uma virtude intelectual, sendo o alcance do fim mais bem explicado pela realização dos outros elementos virtuosos da situação. Como o fim último de qualquer virtude intelectual é sempre o contato cognitivo com a realidade, a definição de Zagzebski encapsula necessariamente a ideia de que a verdade é alcançada nos casos em que o elemento normativo está presente. Além disso, como a realização do fim é sempre mais bem explicada pela motivação e comportamento característicos da virtude, a definição encapsula a ideia de que em todas as instâncias de

⁶² Essa posição ficou conhecida como infalibismo sobre a justificação.

ato de virtude intelectual os elementos aretéticos promovem a aquisição da verdade. Consequentemente, a definição garante que em todos os casos em que o elemento normativo ocorre a verdade é alcançada pelos elementos normativos relevantes para o conhecimento, e não pela sorte.

Ademais, a definição permite uma avaliação com nuances do estado cognitivo de agentes. A partir dos elementos que compõem o conceito de ato de virtude intelectual, como o aspecto motivacional e comportamental do virtuoso intelectual, podemos avaliar o grau de sucesso que um sujeito atingiu em determinada situação. Comportamentos intelectuais desejáveis do ponto de vista motivacional e comportamental podem originar crenças que, por azar, são falsas. Esses são casos semelhantes ao que as definições do período Gettier tratam como instâncias de crenças falsas e justificadas.

No primeiro capítulo, apresentamos a querela entre internalistas e externalistas sobre justificação. Em resumo, a disputa gira em torno da natureza do elemento que, adicionado à crença verdade, constitui conhecimento (ou seja, a justificação). Seria a justificação um conceito puramente interno ou puramente externo? Os internalistas parecem ter razão ao sugerir que as teorias da justificação puramente externalistas são incapazes de acomodar intuições relacionadas com a racionalidade subjetiva de agentes. Por isso, suas definições permitem casos contraintuitivos em que um agente age de forma completamente irracional do seu ponto de vista e mesmo assim, segundo a teoria externalista, estaria em um estado de conhecimento. Por outro lado, os externalistas parecem ter razão ao sugerir que as teorias da justificação puramente internalistas são incapazes de explicar de que forma a justificação (ou, em termos mais gerais, o elemento normativo da definição) conduz à verdade. Todavia, ao definir o conhecimento, buscamos um elemento normativo que colabora objetivamente para a realização da nossa meta epistêmica, que inclui a aquisição de crenças verdadeiras. Ambas as consequências são indesejáveis e jogam luz para a atratividade de uma definição que concilie as ideias de que (i) conhecer tem a ver com agir segundo uma perspectiva que é razoável do ponto de vista interno (subjetivo) e (ii) o elemento normativo da definição deve aproximar o sujeito da aquisição da verdade de um ponto de vista externo (objetivo).

A definição de Zagzebski é mista, no sentido de que o elemento normativo da definição combina tanto condições internamente acessíveis (e, portanto, internalistas) quanto internamente inacessíveis (e, portanto, externalistas). Em um ato de virtude *V*, tanto o motivo quanto o comportamento característico de *V* estão presentes. O motivo,

que foi anteriormente identificado como uma emoção direcionada a um fim, é algo acessível do ponto de vista interno. Por exemplo, aquele que é movido pela coragem é capaz de, por intermédio de um exercício reflexivo, notar a presença da emoção característica da coragem em sua ação. Por outro lado, o comportamento virtuoso frequentemente não é identificável do ponto de vista interno. Alguém que age como o corajoso agiria pode, mesmo após refletir sobre suas ações, ficar em dúvida sobre a concordância entre o que fez e o que o virtuoso faria (principalmente em situações complexas). Portanto, o elemento comportamental presente no conceito de ato de virtude é externo⁶³.

A definição, devido seu caráter misto, é capaz de compatibilizar os aspectos internos e externos do conhecimento. Em primeiro lugar, a teoria acomoda a ideia de que conhecer demanda o alinhamento da perspectiva subjetiva do agente com seu sucesso na aquisição da verdade, porque em um ato de virtude os agentes estão motivados de modo característico do virtuoso. Isso significa que, nessas circunstâncias, o sujeito move-se em direção à verdade e esse movimento faz parte de sua perspectiva subjetiva⁶⁴. Em segundo lugar, a teoria acomoda a ideia de que o elemento normativo da definição contribui efetivamente para a aquisição da verdade, na medida em que em um ato de virtude intelectual o agente age como o virtuoso agiria, o que significa agir de modo confiável na aquisição da verdade.

Passemos, agora, à exposição do problema epistemológico chamado de “problema do valor”⁶⁵. Pode-se identificar na nossa vivência cotidiana a prática de valorizar mais o conhecimento em comparação à crença verdadeira. Ninguém, por exemplo, parabeniza o ganhador da Megasena por acreditar verdadeiramente nos números sorteados. Por outro

⁶³ “Segundo a minha explicação, uma virtude tem um componente motivacional, que é a disposição de ter um determinado motivo, e essa motivação é internamente acessível no sentido fraco de que motivos e desejos são internamente acessíveis. O outro componente é o sucesso em atingir os fins do componente motivacional. Em um universo benigno, esse componente também é amplamente acessível à consciência, mas nada na definição exige que seja assim, e eu o tenho tratado como um componente externo” (ZAGZEBSKI, 1996, p.331-332).

⁶⁴ Isso significa que a definição de Zagzebski excluiria instâncias como o caso da clarividência apresentado no capítulo 1? A fim de responder essa pergunta, precisaríamos realizar uma análise mais detalhada. Todavia, de modo geral, é possível afirmar que muito provavelmente a teoria excluiria o caso da clarividência, pois o agente é incapaz de, mediante reflexão, reconhecer qualquer direcionamento emocional que o leva a sustentar a crença produzida pela faculdade da clarividência. Se a faculdade da clarividência, além de produzir a crença, produzisse também uma emoção, deveríamos também avaliar se a ela é ou não característica do virtuoso.

⁶⁵ Cf. Zagzebski (1996: 300-304).

lado, elogiamos estudantes aprovados em vestibulares muito difíceis, como o do ITA, pois acreditamos que não foram aprovados por sorte, e sim por saberem o conteúdo avaliado na prova. Filósofos também acreditam que o conhecimento é melhor do que crença verdadeira. Todavia, essa diferença valorativa é difícil de ser explicada. O problema do valor pode ser colocado em forma da seguinte pergunta: “o que torna conhecimento mais valioso do que mera crença verdadeira?”.

Acreditar verdadeiramente e conhecer são estados valiosos, pois são estados de posse de algo valioso: a verdade. A verdade é valiosa por inúmeras razões, como por nos capacitar a realizar nossas intenções de modo eficiente. Por exemplo, a posse da verdade referente a qual é o caminho certo para Brasília, tanto na forma de crer verdadeiramente quanto na forma de saber, torna-nos muito mais aptos a chegar em Brasília do que crenças falsas. Apesar disso, o valor do conhecimento não pode ser esgotado pelo valor da verdade (caso contrário, conhecimento e crença verdadeira seriam igualmente valiosos). Além disso, se conhecimento é crença verdadeira e algo a mais, então essa condição extra (responsável por “transformar” crença verdadeira em conhecimento) precisa conter o valor adicional que o conhecimento tem em comparação à mera crença verdadeira. Portanto, a moral do problema do valor é a de que as condições da definição em adição à crença verdadeira devem capturar o que há de distintamente valioso no conhecimento.

Intuitivamente, não é difícil notar o potencial da teoria de Zagzebski para explicar o valor do conhecimento. Se, no campo da ética, motivações virtuosas são capazes de acrescentar valor a uma ação boa melhor, então, no campo da epistemologia, motivações virtuosas parecem ser capazes de acrescentar valor à posse da verdade. Mais importante, entretanto, é justificar essa ideia, algo que exhibe certa dificuldade.

Ao longo de sua carreira, Zagzebski avançou diferentes argumentos no intuito de enfrentar o problema do valor do conhecimento⁶⁶. Acreditamos que a sua argumentação em *Virtues of the Mind* (1996) pode ser sintetizada em três breves premissas. Em primeiro lugar, o aspecto motivacional das virtudes intelectuais é intrinsecamente valioso⁶⁷. Em segundo lugar, a realização de algo valioso é valiosa. Por fim, o estado de conhecimento é um estado de realização do aspecto motivacional das virtudes intelectuais. A partir

⁶⁶ Em uma coleção recente de seus principais artigos sobre epistemologia, *Epistemic Values* (2003a), estão reunidos diferentes tratamentos do problema do valor (ZAGZEBSKI, 2003b, 2003c, 2003d, 2003e).

⁶⁷ Por “motivação intrinsecamente valiosa” entendemos uma motivação que é valiosa independentemente da realização dos seus fins.

dessas três premissas, conclui-se que, além do valor característico da verdade, o conhecimento tem um valor adicional advindo da sua conexão com o motivo de alguma virtude intelectual. Também é importante notar que a conexão que adiciona valor ao conhecimento é capturada pela definição de conhecimento de Zagzebski a partir do conceito de ato de virtude intelectual.

A terceira premissa do argumento se apoia de forma bastante clara nos desenvolvimentos teóricos realizados anteriormente. A segunda premissa é questionável, mas é intuitiva. A primeira premissa, diferente das demais, não está suportada pela teoria de pano de fundo e nem é intuitiva. Por isso, Zagzebski avança argumentos adicionais com o objetivo de justificá-la.

De modo geral, a autora defende que a motivação fundamental por trás das motivações características das virtudes intelectuais, isto é, a motivação para o conhecimento é intrinsecamente valiosa, pois (i) é universal e (ii) questioná-la consiste em uma insensatez⁶⁸. Em favor de (i), Zagzebski apresenta algumas passagens textuais em que filósofos reconhecem que todas as pessoas exibem, em alguma medida, a motivação para o conhecimento. Em favor de (ii), a filósofa analisa a prática de louvar ou culpar comportamentos epistêmicos. Segundo ela, é possível identificar que culpabilizamos comportamentos quando eles exibem uma falha na motivação para o conhecimento. Por exemplo, uma pessoa que acredita verdadeiramente, mas por via de um palpite aleatório, é repreendida com base, fundamentalmente, no seu descaso com a verdade ou, em outras palavras, na sua falta de motivação direcionada à verdade. A ausência desse aspecto motivacional torna seu comportamento intelectual pouco confiável e promove a constituições de maus hábitos epistêmicos. Conforme esse ponto de vista, a prática de condenar pessoas por falta de motivação para o conhecimento indica que sempre pressupomos esse aspecto motivacional nos comportamentos intelectuais desejáveis. Portanto, é sempre insensato questionar por que estar motivado para conhecer.

O argumento apresentado parece ser insuficiente para suportar a conclusão desejada. Em primeiro lugar, a universalidade não parece ser indicativa de valor. Por exemplo, é universal aos seres humanos certa organização óssea. Todavia, isso não é indício de que haja algo especialmente valioso nela. Em segundo lugar, o diagnóstico realizado a partir da análise da atribuição de louvor e culpa é subdeterminado. Em outras

⁶⁸ Cf. Zagzebski (1996: p.202-211).

palavras, a nossa prática de atribuição de louvor e culpa pode ser interpretada como direcionada a acompanhar a motivação para o conhecimento, mas também como direcionada a acompanhar outras características epistêmicas importantes, como a posse de métodos confiáveis na aquisição de verdade. De qualquer modo, essa breve avaliação é insuficiente para tirar quaisquer conclusões definitivas. Além disso, como falamos anteriormente, essa não é a única defesa de Zagzebski em prol da ideia de que o valor adicional do conhecimento deriva de motivações virtuosas. Como este trabalho não é particularmente direcionado ao problema do valor, restringir-nos a apresentar o problema e indicar a atratividade da teoria de Zagzebski neste aspecto.

Os problemas acima (e suas respectivas respostas) conectam-se com as virtudes teóricas exibidas pela definição. Primeiramente, o problema da inescapabilidade dos problemas Gettier é relevante para a atribuição da adequação evidencial à definição. Aplicada ao contexto de definições na filosofia, uma definição demonstra a virtude da adequação evidencial quando abrange todas, e apenas, as instâncias do fenômeno que se deseja definir. A definição de Zagzebski exibe essa virtude, pois, além de acomodar instâncias de conhecimento de nível superior e inferior, evita incluir instâncias de crença justificada verdadeiras por sorte. Essa qualidade depende em parte, como vimos anteriormente, do modo em que a definição elimina a lacuna entre verdade e o conceito normativo presente na definição a partir do qual um caso Gettier é formado.

Tanto o problema da artificialidade quanto o problema do valor e a querela entre internalismo e externalismo são importantes na atribuição de profundidade explanatória à definição avaliada. O primeiro problema mostrou que a definição acomoda as instâncias de conhecimento de modo explicativo. O segundo e o terceiro, que a definição é capaz de explicar algumas características centrais do conhecimento, o seu valor e a dinâmica de seus elementos internos e externos. A virtude da profundidade explanatória é um atributo teórico relativo ao modo como a teoria lida com as evidências. As teorias que exibem profundidade explanatória não só acomodam as evidências, mas as acomodam de um modo explicativo. Nas ciências naturais, por vezes essa profundidade evidencial é reconhecida na habilidade da teoria de produzir generalizações no estilo de leis científicas. Todavia, no caso de teorias filosóficas, parece sensato reconhecer essa qualidade (ou em algo como ela) nas definições que respondem de modo informativo o que o fenômeno investigado é, bem como suas características e suas conexões. Assim

sendo, a partir do que foi dito anteriormente, podemos atribuir à definição de Zagzebski a virtude da profundidade explanatória.

O problema da artificialidade também cumpre papel na atribuição de coerência interna à definição. A coerência interna pode ser caracterizada como a propriedade de teorias que não possuem explicações *ad hoc* ou cujas proposições não são improváveis à luz delas mesmas. As teorias exibem coerência interna quando suas partes não parecem ter sido artificialmente construídas para enfrentar um ou outro problema teórico em particular. Como vimos anteriormente, a definição de Zagzebski, na medida em que é informativa sobre o fenômeno definido e faz parte de um contexto conceitual interligado, em que cada conceito normativo se conecta com o outro, formando um todo coerente. Portanto, estamos em posição para afirmar que a teoria exhibe coerência interna.

Por fim, a definição exhibe a virtude teórica da aplicabilidade, caracterizada como a qualidade das teorias que servem como um guia confiável para a ação. Do ponto de vista da epistemologia, atribuímos aplicabilidade a uma teoria se ela é um guia confiável para nossa vivência epistemológica. Consequentemente, uma definição do conhecimento exhibe a virtude da aplicabilidade quando, a partir de seu entendimento, estamos preparados para reconhecer instâncias de conhecimento, compreender os processos que levam a um caráter propício à aquisição de conhecimento, distinguir os comportamentos que contribuem para o ganho de conhecimento daqueles que o dificultam, reconhecer elementos relevantes para uma educação intelectual, entre outros. Acreditamos que a definição de Zagzebski, junto a suas conexões estabelecidas com a teoria de fundo, atende esse critério, pois o conhecimento é (i) analisado em condições familiares e passíveis de serem avaliadas durante a prática epistêmica e (ii) a teoria fornece um arcabouço conceitual detalhado que permite classificar e avaliar uma gama de aspectos relacionados ao conhecimento, como a motivação e o comportamento intelectual, as habilidades que se conectam a interesses intelectuais, o caráter desejável do ponto de vista epistêmico, entre outros⁶⁹.

⁶⁹ Considerações mais gerais sobre a natureza dos conceitos aretéticos contribuem para a atribuição da virtude da aplicabilidade para a definição de Zagzebski. Durante o renascimento da ética das virtudes, defendeu-se que os conceitos do vocabulário aretético, que engloba palavras como “corajoso”, “honesto”, “perseverante”, diferem dos conceitos de um vocabulário consequencialista ou deontologista, que inclui termos como “dever”, “certo”, “errado”, na medida que possuem um conteúdo descritivo que facilita sua aplicação em situações do dia a dia. Consequentemente, a terminologia aretética, como a presente na teoria de Zagzebski, é mais aplicável na prática moral e epistêmica do que a terminologia deontológica e

Por tudo o que foi dito, concluímos que parte significativa da atratividade da teoria de Zagzebski resulta do modo como lida com o problema da artificialidade das definições de conhecimento, o problema da inescapabilidade do problema Gettier, a querela entre internalismo e externalismo e o problema do valor do conhecimento. A partir das considerações acima, a definição mostra-se informativa, invulnerável aos problemas Gettier, além de promissora no empreendimento de conciliar os aspectos internos e externos do conhecimento e em capturar o valor distintivo do conhecimento. Essas qualidades conectam-se com as virtudes teóricas exibidas pela definição. Na medida que acomoda as instâncias do conhecimento e faz isso de um modo explicativo, a teoria exhibe as virtudes de adequação evidencial e profundidade explanatória. Por formar um todo coeso, sem partes artificialmente adicionadas para lidar com problemas específicos, a definição exhibe a virtude da coerência interna. Por fim, a definição é aplicável, pois define conhecimento a partir de conceitos familiares que iluminam a avaliação das circunstâncias epistêmicas cotidianas.

3.3 CRÍTICAS E OBJEÇÕES

Este tópico é dedicado à apresentação e discussão de críticas ou objeções à definição de Zagzebski. Ao todo, quatro críticas serão apresentadas, as quais podem ser resumidas da seguinte forma: (i) a definição é circular, (ii) a condição C é incapaz de capturar uma conexão explicativa genuína, (iii) a definição exclui casos de conhecimento como o da cientista viciosa, (iv) a definição exclui as instâncias de conhecimento por testemunho. A seguir, para não tomar mais linhas que o necessário, as objeções serão organizadas por subtópicos e apresentadas de modo sintético e objetivo.

3.3.1 Crítica 1: Circularidade

consequencialista, utilizadas por teorias epistemológicas que definem conhecimento em termos de deveres, direitos, regras, entre outros. Sobre esse assunto, confira Zagzebski (1996: p.17-21).

Uma definição é circular quando o conceito definido (ou um dos conceitos a partir do qual é analisado) reaparece em um nível mais profundo da definição. Segundo esta objeção, a definição de conhecimento de Zagzebski é circular, pois o conhecimento é parcialmente analisado a partir do comportamento característico do virtuoso intelectual que é, por sua vez, parcialmente analisado em termos de conhecimento.

De acordo com a teoria examinada, o conhecimento é um estado cognitivo de contato com a realidade resultante de atos de virtude intelectual. O conhecimento depende, portanto, da realização de atos de virtudes intelectuais. Por sua vez, um ato de virtude intelectual só ocorre quando um agente age do modo característico de uma virtude intelectual V. Entretanto, vimos anteriormente que o comportamento característico do virtuoso está necessariamente conectado com a posse de conhecimentos que permitem a tomada de decisão correta naquela circunstância particular. Em outras palavras, o grupo de comportamentos que caem sob a classe “agir como o virtuoso agiria” é de comportamentos em que o agente age com base em conhecimentos relevantes para sua decisão (tanto conhecimento das circunstâncias particulares quanto mais gerais). A partir desse apontamento, podemos nos questionar sobre uma possível circularidade na definição. Conhecimento foi definido em termos de ato de virtude intelectual, por sua vez, o ato de virtude, em termos do comportamento do virtuoso e, finalmente, comportamento virtuoso inclui conceitualmente a posse de certos conhecimentos. Isso é sinal de que estamos definindo conhecimento em termos de conhecimento?⁷⁰

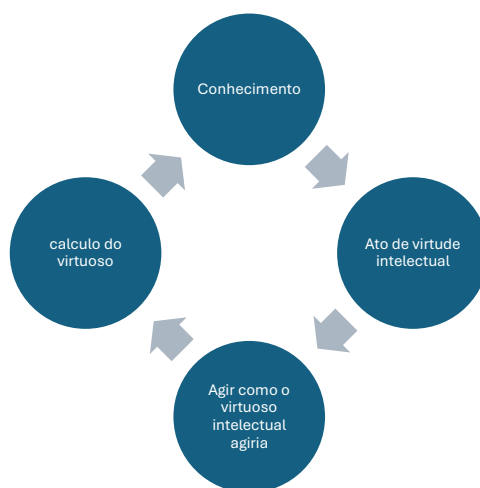


Figura 2: alegada circularidade na definição de conhecimento

⁷⁰ Esse problema é brevemente considerado em Zagzebski (2020: p.36), mas não é enfrentado.

3.3.2 Resposta à Crítica 1 (Circularidade)

Acreditamos que esta crítica não é promissora, já que não há uma conexão conceitual entre “agir como o virtuoso agiria” e “cálculo do virtuoso”. É verdade que, do ponto de vista causal e psicológico, certa ponderação de conhecimentos antecede a ação do virtuoso. Porém, a ação do virtuoso intelectual não está conceitualmente ligada ao modo que o virtuoso raciocina, pois o conceito “agir como o virtuoso intelectual agiria” é definido em termos da atitude proposicional em situações contrafactuais que o virtuoso adotaria e sua conexão com o caráter.

Essa resposta pode ser mais bem apreciada ao retomarmos o conceito “agir como o virtuoso agiria”. De modo geral, uma pessoa, ao crer em P, age como o virtuoso agiria se, e somente se, o virtuoso adotaria, naquela situação, o mesmo comportamento intelectual (ou seja, crer em P), agindo, assim, segundo o seu caráter. Como se pode notar, a definição foca isoladamente nos aspectos da atitude proposicional e da conexão com o caráter, sem mencionar os processos calculativos que os precedem. Portanto, verifica-se não haver a circularidade conceitual considerada.

3.3.3 Crítica 2: Falha na Condição C

Em relação aos atos de virtudes intelectuais, a conexão entre, de um lado, motivo e comportamento virtuoso e, do outro, a realização do fim da virtude foi capturada anteriormente pelo que chamamos de “condição C”. Podemos expressar a condição C de modo informal dizendo que, em um ato de virtude intelectual, o alcance dos fins de uma virtude intelectual se dá *por causa* do motivo e do comportamento característico da virtude. Anteriormente vimos que a definição de ato de virtude avançada por Zagzebski expressa essa condição em termos explanatórios, mais exatamente, a realização dos fins almejados pela virtude V é mais bem explicada a partir do fato de estar presente naquele ato o componente motivacional e comportamental característico da virtude V.

A condição C cumpre um papel extremamente importante na definição avaliada. Ela é responsável por blindar a definição dos contraexemplos tipo-Gettier. Vimos anteriormente que os casos Gettier surgem, porque o elemento normativo da definição de conhecimento não garante que a verdade seja alcançada por ele. Quando isso ocorre, pode-se transformar casos de crença falsa justificada, em que o elemento normativo não leva o sujeito a acreditar verdadeiramente, em casos de crença justificada verdadeira por sorte, em que o elemento normativo permanece o mesmo, mas um elemento de sorte adicionado, independente do elemento normativo, torna a crença verdadeira. O acréscimo da condição C elimina a possibilidade dessa manobra, na medida garante que a verdade é promovida (ou mais bem explicada) pelo elemento normativo.

Levin (2004) argumentou que a condição C está fadada ao fracasso, pois nenhuma noção de explicação é capaz de capturar a suposta conexão entre motivos e fim pretendida. Segundo o autor, ao explicar a aquisição de uma crença verdadeira podemos ter dois objetivos diferentes: querer explicar por que aquilo é acreditado (explicação da presença da crença) ou querer explicar o que torna aquela crença verdadeira (explicação da verdade da crença). Além disso, argumenta que a ideia característica da condição C, isto é, a ideia de que a aquisição de verdade é explicada a partir de motivos virtuosos, é logicamente inconsistente com ambos os tipos de explicação. Vejamos como isso pode ser defendido.

Motivos, hábitos e, de forma mais geral, fatores internos ao agente são capazes de explicar por que alguém acredita naquilo que acredita (explicação da presença). Por exemplo, Ronaldo crê que alienígenas existem, pois acredita que a CIA é mentirosa, além de sonhar com alienígenas e desejar bastante que existam. Atos e estados mentais como esses explicam a crença de Ronaldo na medida que promovem sua formação e sustentação. Esse tipo de explicação, entretanto, é completamente neutra em relação à verdade da crença explicada. Podemos muito bem explicar por que Ronaldo crê no que crê sem que o conteúdo da sua crença seja verdadeiro. Por essa razão a explicação da presença mostra-se inadequada para os interesses de Zagzebski. A autora deseja capturar na condição C algum sentido de explicação que nos permita verdadeiramente dizer “a aquisição da verdade se deu *por causa* dos motivos virtuosos”. A buscada conexão explicativa, portanto, não pode ser do tipo explicação da presença, pois não é neutra em relação à verdade da crença.

A outra opção disponível é explicar a aquisição de uma crença verdadeira explicando o que a torna verdadeira. Segundo esse sentido de explicação, não é possível explicar a crença de Ronaldo, dado que ela é falsa. Podemos, todavia, explicar por que biólogos acreditam que humanos possuem um ancestral comum com os macacos mencionando fatos evolutivos. Segundo Levin (2004) é algo como esse sentido de explicação que Zagzebski almeja capturar: uma explicação em que o *explanans* (aquilo a partir do qual se explica) tem algum papel explicativo na verdade da crença. Todavia, explicar uma crença nesse sentido é explicá-la em termos que não têm a ver com estados mentais do sujeito, suas crenças, motivos, desejos, entre outros⁷¹. Explicar como a crença perceptiva de Roberto “estou em frente de um computador” nada tem a ver com seus motivos, mas sim com o fato de que o objeto na sua frente é um computador. Nas palavras de Levin, “deslocar o *explanandum* para a verdade, entretanto, tira o *explanans* da mente daquele que acredita” (LEVIN, 2004, p.403).

O argumento de Levin (2004) tem a forma de um dilema. Há somente duas maneiras de explicar uma crença. Ou explicamos os fatores que levam o sujeito a formar e sustentar a crença (explicação da presença) ou explicamos por que a crença é verdadeira (explicação da verdade). Se optarmos por explicar sua presença, podemos até mencionar motivos e outros fatores internos, mas a explicação será, inevitavelmente, neutra em relação à verdade da crença. Por outro lado, se optarmos por explicar sua verdade, enunciaremos evidências ou fatos relativos à verdade do que é acreditado, mas não mencionaremos motivos ou outros fatores internos. Portanto, é impossível avançar uma explicação que explique o sucesso epistêmico do sujeito de acreditar verdadeiramente e, ao mesmo tempo, seja baseada em motivos ou outros fatores internos. Dado que é justamente essa combinação buscada pela condição C, não há nenhuma noção de explicação capaz de capturar a suposta conexão entre motivos e fim pretendida pela condição C.

3.3.4 Resposta à Crítica 2 (Falha na Condição C)

⁷¹ Há alguns casos excepcionais. Quando a crença de S é sobre um de seus estados mentais, então a explicação da verdade da crença dar-se-á em termos de estados mentais. Por exemplo, o que explica a verdade da crença de S “estou pensando agora” é o fato de estar pensando agora.

O argumento de Levin (2004) possui significativa força. Todavia, seu relativo sucesso advém de problemáticas filosóficas mais profundas que não são desafios exclusivos à teoria de Zagzebski (1996). Parte importante de seu raciocínio reside em sugerir que a qualquer análise não causal da relação “porque” presente na condição C deve se conformar ou ao tipo de explicação da presença ou ao tipo de explicação de causa. O problema é que a análise da relação “porque” é toda uma questão filosófica por si só. Não só isso, mas é reconhecidamente uma difícil questão, que motivou filósofos a proporem inúmeras e diversificadas análises. Por isso, é um pouco insensato esperar da teoria normativa de Zagzebski um uso da relação “porque” conceitualmente esclarecido. Além disso, seria ingenuidade apresentar aqui, em poucas linhas, uma análise satisfatória da relação “porque”, principalmente em alguns de seus casos difíceis, como nos casos em que uma emoção explica a realização de um fim.

Por outro lado, não devemos nos esquivar completamente da objeção. Apresentamos, portanto, duas considerações relevantes. A primeira delas é que, se Levin (2004) está certo, emoções não são adequadas para explicar o sucesso epistêmico de sujeitos ao adquirir crenças verdadeiras. Todavia, isso parece ser desanálogo com o fato de que efetivamente explicamos o sucesso na realização de fins a partir de emoções.

Em um contexto esportivo, é comum ver atletas explicando o sucesso de seu chute ou arremesso mencionando estados mentais como foco e determinação. Em um contexto ético, estamos acostumados a explicar o sucesso na realização de um bem moral, como a promoção de um estado de coisas equalitário, a partir de desejos do agente que miram o fim em questão. Se é possível dizer, de modo coerente e informativo, “S fez a cesta, porque estava focado” e “S promoveu igualdade, por causa dos seus desejos”, por que não poderíamos dizer algo como “S acredita verdadeiramente, devido seus desejos e comportamentos virtuosos”? Há algo no sucesso epistêmico que justifica a desanalogia entre o papel das emoções em suas explicações e o papel das emoções em explicações de sucesso esportivo e moral? *Prima facie*, não vemos razão para pensar assim.

Além disso, gostaríamos de chamar atenção para o fato de que o argumento de Levin (2004) não considera interpretações causais moderadas da relação “porque” que figura na condição C. Uma interpretação causal sugeriria que as emoções explicam a aquisição da crença verdadeira no mesmo sentido de que o impacto da bola A explica o movimento da bola B em uma partida de bilhar. Ou seja, um motivo explicaria a aquisição da verdade na medida que a causaria. A explicação da presença é causal no sentido de que

busca apontar para as causas psicológicas que conduziram à formação da crença. Todavia, a explicação não visa apontar as causas da aquisição da verdade, e sim da formação da crença (seja ela verdadeira ou não).

Possivelmente, o ataque de Levin (2004) não se atenta a interpretações causais da condição C, pois Zagzebski (1996) as rejeita explicitamente. Segundo a autora, seria simplista demais dizer que o motivo e comportamento virtuoso causam a aquisição da verdade, porque inúmeros fatores cumprem um papel causal na aquisição da crença verdadeira⁷². Todavia, a autora parece ignorar o fato de que teorias causais não precisam se comprometer com a ideia de que um ou dois fatores são causas exclusivas de um determinado evento. Uma interpretação causal moderada pode conciliar a ideia de que motivo e comportamento virtuoso são causa da aquisição da verdade com a ideia de que a realização do fim é o produto de uma dinâmica causal complexa.

Podemos encontrar inspiração na teoria causal de Goldman, apresentada no capítulo 1. Goldman, acreditou ser possível identificar tipos de cadeias causais capazes de transformar uma crença verdadeira em conhecimento. Cada cadeia causal especifica uma maneira epistemicamente desejável em que crenças se ligam com o fato que as tornam verdadeiras. Isso não significa, todavia, que o fato é uma causa direta e simples da crença verdadeira. No modelo de conhecimento por inferência, por exemplo, inúmeros fatores atuam como causa da crença verdadeira, desde evidências empíricas a inferências psicológicas.

Analogamente, em uma interpretação causal da condição C, poderíamos especificar processos causais complexos, que incluem fatores psicológicos e comportamentais, responsáveis pelo sucesso cognitivo do sujeito cognoscente. Poderíamos considerar diferentes esquemas para diferentes tipos de conhecimento, como o introspectivo, perceptivo, inferencial, testemunhal, entre outros. A ideia consistiria em sugerir que motivos e comportamentos virtuosos promovem o contato cognitivo com a verdade na medida que fazem parte de certas cadeias causais que conectam o sujeito cognoscente com o fato acreditado de modo desejável. Nesse sentido, a condição C seria

⁷² “Mesmo no caso ideal, há algum elemento de sorte ou cooperação do mundo externo com seus motivos e intenções justos. Portanto, é muito fácil dizer que chamamos um ato de justiça somente se esse ato gerar um estado de coisas justo devido às características do ato e do agente que tornam o ato correto. A verdade é que o ato opera em conjunto com outros fatores para alcançar o fim desejado”. (ZAGZEBSKI, 1996, p.250)

atendida quando uma das conexões causais especificadas ocorressem. Por exemplo, poderíamos propor que o conhecimento perceptivo depende da seguinte conexão causal: o fato *P* deve ser capturado por *S*, esse processo psicológico deve causar em *S* um motivo característico de uma virtude intelectual *V*, o motivo deve causar uma atitude característica de *V*, que é a crença em *P*. Esse simplificado esquema apresenta um modelo no qual motivos e comportamentos promovem, via relações causais, a aquisição da verdade.

3.3.5 Crítica 3: Conhecimento Não Requer Motivos Virtuosos

Segundo esta crítica, a definição falha, pois exclui casos em que um agente não possui motivos característicos de virtudes intelectuais, mas conhece⁷³. Essa crítica é um ataque à necessidade das condições da definição. Em outras palavras, defende que a definição é forte demais e elenca como condição necessária para conhecimento algo que não está sempre presente nas instâncias de conhecimento. A objeção é mais bem formulada a partir de casos, como o que se segue.

Karla é uma grande cientista. Frequentemente seus artigos e descobertas são tomados como o paradigma do bom trabalho científico da sua área. Seus colegas não sabem, mas no fundo Karla faz tudo por fama. Toda sua carreira intelectual foi construída com o objetivo de ser famosa e ela escolheu esse caminho, porque acreditava ser o mais curto e fácil em direção à fama. Karla não exhibe os motivos característicos das virtudes intelectuais. Apesar disso, seu desejo pela fama a faz trabalhar seriamente e, conseqüentemente, comporta-se intelectualmente de modo bastante confiável, o que a leva a acreditar em várias crenças verdadeiras e, por vezes, descobrir verdades científicas. Qualquer definição do conhecimento deve acomodar os casos como este. A definição de Zagzebski, entretanto, parece excluí-los, pois Karla não está motivada da mesma forma que o virtuoso estaria.

3.3.6 Resposta à Crítica 3 (Conhecimento Não Requer Motivos Virtuosos)

⁷³ Essa crítica é considerada e enfrentada em Zagzebski (1996: p.311-319).

Contra essa objeção, Zagzebski argumenta que é falso que Karla, assim como qualquer pessoa em uma situação semelhante, não esteja motivada em alguma medida por motivos característicos de uma virtude intelectual.

Todos esses crentes [believers] estão motivados a obter a verdade, mas não porque atribuem valor intrínseco à verdade. Eles também são motivados a ter a mente aberta, ser cuidadosos, atentos, etc., portanto, eles têm alguns motivos específicos intelectualmente virtuosos. O problema deles é que também têm outro motivo, um ulterior, que é deplorável - inveja, orgulho ou desejo de fama. Mas a definição de conhecimento acima é suficientemente flexível para que as crenças que surgem de motivos viciosos não precisem ser impedidas de serem casos de conhecimento, desde que também surjam do desejo pela verdade e de outros motivos virtuosos. O problema aqui é que temos casos de motivos mistos (ZAGZEBSKI 1996 p.316).

Na passagem, o aparente problema é combatido analisando as situações como casos de motivos misturados. Entretanto, parece-nos improvável dizer que há uma mistura de motivos no sentido de que em cada ato de contato cognitivo com a realidade o motivo direcionado à fama e o motivo direcionado à verdade agem conjuntamente, contribuindo de modo paralelo, para a promoção do fim. Pois, devemos dizer, segundo a teoria, que nos atos de virtude intelectual Karla é movida principalmente pelo motivo direcionado à verdade. É importante lembrar aqui que em um ato de virtude intelectual a aquisição de crença verdadeira é necessariamente mais bem explicada pelo motivo e comportamento virtuoso. Portanto, um motivo não virtuoso não pode cumprir um papel explicativo tão importante quanto o motivo virtuoso. Tendo isso em vista, portanto, sugerimos interpretar essa mistura de motivos como uma relação de subordinação entre os motivos. Vejamos como o caso acima pode ser explicado segundo essa ideia.

A motivação de Karla em direção à fama (somada a outros fatores como, por exemplo, sua crença de que a carreira de cientista é um caminho acessível e confiável para a fama) torna Karla interessada em ser uma ótima cientista, o que envolve comportar-se intelectualmente de modo confiável, demonstrar desejo pela verdade, realizar descobertas, conhecer vários fatos, entre outras coisas. Karla acredita que a realização do fim de sua motivação para a fama depende do alcance dos fins mencionados. Consequentemente, sua motivação mais geral, direcionada à fama, faz surgir motivos direcionados aos fins auxiliares, isto é, que promovem o fim mais geral. Nesse caso

específico, os fins auxiliares são os fins característicos das virtudes intelectuais (o contato cognitivo com a realidade de certo tipo) e os motivos correspondentes são os motivos virtuosos. Portanto, podemos afirmar que Karla move-se por motivos característicos das virtudes intelectuais. Ademais, segundo esse ponto de vista, podemos dizer que Karla é principalmente motivada por motivos virtuosos nas instâncias de ato de virtude intelectual.

A fim de acomodar a ideia de que motivos não virtuosos podem ter parte na explicação do conhecimento de um indivíduo, basta afirmar que os motivos virtuosos podem assumir um papel subordinado na sua estrutura psicológica de motivações. Ou seja, os motivos virtuosos, que atuam nas instâncias de ato de virtude intelectual, podem estar subordinados por motivações mais fundamentais (como a motivação para a fama), que determinam que fins devem ser perseguidos e em que medida. Quando motivos fundamentais não virtuosos determinam que fins característicos das virtudes intelectuais devem ser perseguidos, o agente torna-se motivado a persegui-los e, portanto, exhibe motivos característicos do virtuoso. Os motivos não virtuosos explicam as instâncias de conhecimento somente na medida que explicam por que o agente tem interesse na realização desses fins intelectuais. Os motivos não virtuosos, entretanto, não explicam as características aretéticas e o sucesso específico das instâncias de conhecimento, pois são uma causa muito distante e pouco determinante para sua realização.

3.3.7 Crítica 4: Conhecimento por Testemunho

É comum na epistemologia reunir instâncias de conhecimento segundo sua origem. Por exemplo, os conhecimentos que resultam do exercício de um dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato) são chamados de “conhecimentos perceptivos”. Ademais, os conhecimentos que resultam de operações reflexivas em que o sujeito pensa sobre seus estados mentais são chamados de “conhecimentos introspectivos”. A percepção e a introspecção são duas entre, possivelmente, várias fontes do conhecimento humano.

Recentemente, uma dessas fontes vem ganhando especial atenção nas discussões da epistemologia: o testemunho. Os conhecimentos por testemunho são aqueles que

resultam do comportamento de acreditar na palavra de um terceiro, ou seja, de acreditar em seu testemunho. Alguns exemplos de conhecimento por testemunho são: Maria sabe que se chama “Maria” com base no testemunho de seus pais, Joana sabe que Roberto nasceu em Patos de Minas, pois Roberto lhe informou, Jorge sabe que está na Av. Getúlio Vargas, pois um comerciante local assim afirma.

Por vezes, os conhecimentos por testemunho envolvem significativo esforço intelectual do conhecedor. Um detetive, por exemplo, pode decidir acreditar no testemunho de um dos suspeitos após refletir detidamente sobre seu caráter intelectual. Em outras situações, o conhecimento testemunhal surge como o resultado de um processo quase automático. Isso ocorre, por exemplo, quando alguém, ao descer do ônibus, pergunta à primeira pessoa que vê se se encontra na Av. Getúlio Vargas. Nesses casos, agentes comportam-se pressupondo a confiabilidade do informante. Isso significa que, na ausência de algo que ateste contra a confiabilidade daquele informante, informados acreditarão naquilo que lhes é dito.

Segundo a presente crítica, a definição de conhecimento avaliada elimina os casos de testemunho, principalmente aqueles que envolvem pouca agência por parte do sujeito⁷⁴. De acordo com a definição de Zagzebski, um estado cognitivo só é conhecimento se é resultado de atos em que a verdade é alcançada **por causa** do aspecto motivacional e comportamental característico de uma virtude intelectual. Todavia, nas instâncias de conhecimento por testemunho as características do conhecedor não são as mais relevantes para explicar a aquisição de sua crença verdadeira. Pelo contrário, parece que em casos de conhecimento testemunhal de baixa agência, o informante conhece quase que exclusivamente **por causa** de aspectos epistemicamente desejáveis presentes no informante. Em resumo, nas instâncias de conhecimento por testemunho o que melhor explica a aquisição da verdade não está no sujeito, o que inclui suas emoções e comportamentos virtuosos.

Essa objeção foi avançada por Lackey em artigos como *Why we don't deserve credit for everything we know* (2006) e *Knowledge and Credit* (2008). Neste trecho, Lackey formula sua crítica com base em uma análise do caso em que um agente, Morris, pergunta a um desconhecido por direções que o levarão à Torre Sears.

⁷⁴ Cf. Lackey (2006), (2008).

As faculdades cognitivas confiáveis de Morris são a parte mais importante da causa que explica por que ele realmente acredita que a Torre Sears está a duas quadras a leste? De modo algum. Na verdade, o que explica por que Morris acertou não tem quase nada de interesse epistêmico a ver com ele e quase tudo de interesse epistêmico a ver com a pessoa que ali transitava. Em particular, é a experiência e o conhecimento do pedestre sobre a cidade de Chicago que explica por que Morris acabou tendo uma crença verdadeira em vez de uma crença falsa. Além disso, observe que Morris abordou o primeiro adulto que viu e, portanto, nem mesmo o fato de ele ter recebido a informação de uma fonte em vez de outra pode ser atribuído a Morris. Assim, embora seja plausível dizer que Morris adquiriu conhecimento da pessoa que ali passava, parece não haver nenhum sentido substantivo em que Morris mereça crédito por sustentar a crença verdadeira que ele tem (LACKEY, 2006, p.352).

3.3.8 Resposta à Crítica 4 (Conhecimento por Testemunho)

Talvez a resposta mais direta à crítica apresentada resida em apontar para o fato de que o sujeito intelectualmente virtuoso não acredita na palavra de terceiros de forma inadvertida. Assim sendo, revela-se que os sujeitos são, sim, creditáveis pelo seu sucesso nos casos de conhecimento testemunhal. Como exemplo da influência das virtudes nas instâncias de conhecimento por testemunho, podemos retomar a virtude intelectual do reconhecimento de autoridades epistêmicas. Essa virtude está presente em indivíduos que são capazes de identificar a pessoa certa em quem confiar. Além disso, em uma passagem sobre a dimensão social na aquisição de virtudes intelectuais, Zagzebski ressalta como é típico da sabedoria prática certo comportamento reflexivo relativo ao testemunho.

Quando estou em uma posição de tentar descobrir se devo ou não acreditar em algo, é importante estar conectado à rede social de crenças da maneira correta. Devo saber onde procurar - que livros ler, que pessoas consultar. Portanto, preciso estar em uma posição que me permita saber quem tem o melhor julgamento nessas questões, assim como preciso saber quem tem o melhor julgamento em questões de escolha moral. Ambas as situações requerem sabedoria prática, quer o fim seja um estado cognitivo ou um ato explícito. (ZAGZEBSKI, 1996, p.238-239).

Essas considerações, todavia, não confrontam a objeção apresentada. Mesmo que o virtuoso intelectual exiba cuidado ao acreditar no testemunho de terceiros, não se exclui o fato de que há circunstâncias em que o virtuoso acreditaria de modo pouco reflexivo, tomando o que a testemunha fala como verdade, a não ser que algo ateste contra a sua

confiabilidade. Não devemos esquecer que agir como o virtuoso agiria nem sempre significa agir de modo extraordinário. Assim como Morris no exemplo de Lackey, o virtuoso por vezes simplesmente acredita naquilo que lhe é informado.

O problema, portanto, permanece. O caso de Morris é uma instância de conhecimento. Além disso, ele espelha o virtuoso tanto do ponto de vista motivacional quanto comportamental. Todavia, o seu acerto não lhe é credível. Morris está motivado e se comporta como o virtuoso, mas seu sucesso é mais bem explicado pelo conhecimento e comportamento do seu informante do que dele próprio.

Uma alternativa menos óbvia e mais invasiva é revisar a condição C de modo que não se exija que a aquisição de verdade seja mais bem explicada pela motivação e comportamento virtuoso. Deve-se ressaltar, entretanto, que um mero enfraquecimento da condição é insuficiente. Se transformarmos a condição C em algo como “motivação e comportamento virtuoso devem cumprir algum papel na explicação da aquisição da verdade”, então a definição torna-se ampla demais, incluindo instâncias que não são conhecimentos. Isso ocorrerá, pois há casos tipo-Gettier em que a motivação e o comportamento virtuoso cumprem algum papel para a aquisição de uma crença verdadeira e justificada que não é conhecimento.

Consideremos, por exemplo, o seguinte caso. Maria forma a crença “há uma ovelha neste campo” ao ver o que acredita ser uma ovelha. Mas, na verdade, Maria olha para um cachorro fantasiado de ovelha. Porém, por sorte acredita verdadeiramente, pois há uma ovelha naquele campo fora do seu alcance visual. Ela não sabe que há uma ovelha ali, apesar de acreditar verdadeiramente. Nesse caso, Maria alcança a verdade, exibe uma motivação em direção à verdade e comporta-se como o virtuoso agiria. Se tudo o que a condição C enfraquecida requer é que a motivação virtuosa tenha alguma participação causal na aquisição de verdade, então casos como esse seriam considerados como conhecimento. A motivação direcionada a verdade participa causalmente da aquisição da crença verdadeira “há uma ovelha neste campo”, pois, se Maria não estivesse minimamente motivada a saber o que está ao seu redor, ela nem mesmo daria o trabalho de acreditar em algo.

Acreditamos que a crítica a partir do conhecimento por testemunho é bem-sucedida. Ou seja, a análise de instâncias de conhecimento testemunhal de baixa agência indica que a definição de conhecimento como estado cognitivo resultante de um ato de

virtude intelectual falha em capturar parte dos casos de conhecimento por testemunho. Dito isso, é importante ressaltar dois pontos.

Em primeiro lugar, essa objeção não é fatal para a definição de conhecimento avaliada. Zagzebski está certa em afirmar que não devemos reagir com exagero diante de contraexemplos. De modo geral, nossas teorias são aproximações generalistas que visam explicar o máximo possível de um fenômeno. O fato de as teorias errarem em algum momento não é espantoso. Um contraexemplo por si só não deve ser motivo suficiente para a rejeição de uma posição filosófica. Devemos, portanto, avaliar o quão relevante é o contraexemplo para a teoria. Se o contraexemplo for baseado em um caso extremamente improvável e marginal, o qual não é objetivo principal da teoria avaliar, então o contraexemplo não tem grande importância. Se, por outro lado, o contraexemplo for baseado em um caso paradigmático do fenômeno que a teoria visa explicar, então o contraexemplo ameaça seriamente a teoria. No caso avaliado, o contraexemplo não é tão central e nem tão periférico. O conhecimento por testemunho é uma dentre outras fontes do conhecimento. Aparentemente, apesar de não acomodar bem as instâncias por testemunho, a teoria é capaz de acomodar, e com profundidade explanatória, as outras instâncias de conhecimento.

Em segundo lugar, mesmo que a teoria não forneça, a partir de seus elementos internos, a resposta para essa objeção, pode haver reformulações ou acréscimos mais radicais que abram o caminho a partir do qual o problema pode ser enfrentado. Por exemplo, a teoria poderia ser suplementada com conceitos da epistemologia social de modo que o conhecimento por testemunho seja encarado como um fenômeno epistêmico que se origina de virtudes sociais e não individuais. Essa e outras alternativas mais audaciosas fogem do escopo da presente dissertação.

CONCLUSÃO

Zagzebski (1996) define conhecimento como um estado de contato cognitivo com a realidade que surge de atos de virtude intelectual. O elemento normativo da definição é o conceito de ato de virtude intelectual, analisado a partir de elementos da virtude. Mais exatamente, um ato de virtude ocorre quando S está motivado de modo característico da virtude intelectual V, comporta-se de modo característico da virtude intelectual V, atinge o fim visado por V e o sucesso na realização do fim é mais bem explicado pela presença do motivo e comportamento relativo à V. A análise de ato de virtude, portanto, é realizada a partir de três condições aretéticas (respectivamente, sobre o motivo, comportamento e fim alcançado por S) e uma condição explicativa (o que chamamos anteriormente de “condição C).

A teoria se mostrou capaz de acomodar as instâncias de conhecimento ao mesmo tempo que evita os casos tipo-Gettier. Devido ao ato de virtude intelectual implicar a aquisição da verdade pelos elementos epistemicamente relevantes da situação, a definição exclui a lacuna entre o elemento normativo e a verdade a partir da qual os contraexemplos tipo-Gettier são formados. Todavia, o sucesso do argumento de Lackey (2006, 2008) sugere que a definição exclui instâncias de conhecimento por testemunho. Assim sendo, podemos concluir que, em primeiro lugar, a definição exhibe a virtude da adequação evidencial, mas de modo parcial. Em segundo lugar, concluímos que a invulnerabilidade aos problemas tipo-Gettier não garante imunidade contra todo tipo de contraexemplo que ataca a suficiência de definições de conhecimento.

Ainda sobre os méritos da posição, mostramos que a definição exhibe a virtude da aplicabilidade, já que suas condições são familiares e passíveis de serem identificadas da perspectiva dos agentes epistêmicos. Além disso, a teoria exhibe a virtude da profundidade explanatória, dado que a definição explica aspectos distintos do conhecimento e integra uma teoria normativa que liga conceitualmente o conhecimento com vários outros fenômenos epistêmicos e morais. A definição também revelou ser coerente, pois amplia a capacidade explanatória da teoria de fundo a partir dos elementos teóricos anteriormente estabelecidos.

Do ponto de vista crítico, entre as quatro objeções consideradas, concluímos que a objeção referente à circularidade e a objeção referente ao caso da cientista viciosa foram

satisfatoriamente respondidas. A definição não é circular, pois a análise do conceito “agir como o virtuoso agiria” não faz menção ao conceito “cálculo do virtuoso”. Ou seja, “agir como o virtuoso agiria” não é definido em referência ao raciocínio do virtuoso. Ademais, a definição não exclui casos como a da cientista viciosa, pois nesses casos o sujeito em questão exibe motivos característicos de virtudes intelectuais. O que gera confusão nessas situações é o fato de que as motivações virtuosas estão subordinadas a motivações viciosas que governam interesses mais gerais da vida do agente. As motivações viciosas, entretanto, não são a explicação mais adequada para o sucesso epistêmico avaliado, e sim as motivações virtuosas.

Por outro lado, acreditamos que a crítica à condição C e a objeção referente ao conhecimento por testemunho não foram satisfatoriamente respondidas. Todavia, há uma diferença significativa no grau de sucesso que as objeções atingem. A crítica de autoria de Lackey (2006, 2008) nos parece cogente e aponta para uma falha grave na teoria. Mais especificamente, revela que a definição exclui um grupo de instâncias de conhecimento que deveria incluir: as instâncias de conhecimento testemunhal de baixa agência. Por sua vez, o argumento de Levin (2004), apesar de válido, possui premissas questionáveis. Se o argumento fosse cogente, então as emoções não cumpririam qualquer papel na explicação do sucesso epistêmico de conhecedores. Isso implicaria em uma disparidade no papel que as emoções cumprem na explicação do sucesso esportivo e moral comparado com seu papel nas explicações de sucesso epistêmico. Essa consequência, porém, é contraintuitiva e sua aceitação parece depender da posse de razões que justifiquem a disparidade. A partir dessa consideração, questionamos se devemos realmente aceitar o dilema proposto por Levin, que limita as explicações de crença nos tipos de explicação da verdade e explicação da presença. Apesar dos dois tipos de explicações identificados realmente não se adequarem aos propósitos de Zagzebski, não nos parece sensato concluir que não há qualquer outro tipo de explicação adequado para essa função. Além disso, vimos que a objeção ignora interpretações causais moderadas da condição C, que possuem alguma plausibilidade.

BIBLIOGRAFIA

ALSTON, William. **Concepts of epistemic justification**. The monist, v. 68, n. 1, p. 57-89, 1985. <https://doi.org/10.5840/monist198568116>

ANGIONI, Lucas. **Introdução à Teoria da Predicação em Aristóteles**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

AYER, Alfred J. **The Problem of Knowledge**. Edinburgo: Penguin Books, 1956.

BONJOUR, Lourence. Externalist Theories of Empirical Knowledge. In: KORNBLITH, Hilary. **Epistemology: Internalism and externalism**. 1980. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4975.1980.tb00396.x>

CHISHOLM, Roderick. **Theory of knowledge**. 3a. Edição. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1989.

_____. The Problem of Criterion. In: The Foundations of Knowing. University of Minnesota Press. 1982.

CLARK, Michael. **Knowledge and grounds: A comment on Mr. Gettier's paper**. Analysis, v. 24, n. 2, p. 46-48, 1963. <https://doi.org/10.1093/analys/24.2.46>

COSTA, Cláudio F. **Teorias da verdade**. Crítica na Rede: 2005.

DANCY, Jonathan. **An Introduction to Contemporary Epistemology**. Massachusetts: Blackwell Publishing, 1985.

DESCARTES, René. **Meditações sobre Filosofia Primeira**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

GETTIER, Edmund. **Is Justified True Belief Knowledge?** Analysis, v.23, p.121-3, 1963. <https://doi.org/10.1093/analys/23.6.121>

GOLDMAN, Alvin. **A Causal Theory of Knowing**. The Journal of Philosophy v.64, p. 138-153, 1976.

_____. **The internalist conception of justification**. Midwest studies in philosophy, v. 5, p. 27-51, 1980. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4975.1980.tb00395.x>

GRECO, John. **Compêndio de Epistemologia**. 1a. Edição. Editora Loyola, 2008.

_____. **Post-Gettier Epistemology**. Veritas (Porto Alegre), v. 60, n. 3, p. 421-437, 2015. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2015.3.24265>

_____. Knowledge as Credit for True Belief In: DEPAUL, Michael Raymond; ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus (Ed.). **Intellectual virtue: Perspectives from ethics and epistemology**. Clarendon Press, 2003. p.111-134. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199252732.003.0006>

HURSTHOUSE, Rosalind. Action. In: **On virtue ethics**. Routledge, 2000. p. 21-35. <https://doi.org/10.1093/0199247994.001.0001>

KEAS, Michael N. **Systematizing the theoretical virtues**. Synthese, v. 195, n. 6, p. 2761-2793, 2018. <https://doi.org/10.1007/s11229-017-1355-6>

KORNBLITH, Hilary. Em defesa da epistemologia naturalizada. In: GREGO, John. **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p.253-270.

LACKEY, Jennifer. **Knowledge and credit**. Philosophical studies, v. 142, n. 1, p. 27-42, 2009. <https://doi.org/10.1007/s11098-008-9304-3>

_____. **Why we don't deserve credit for everything we know**. Synthese, v. 158, p. 345-361, 2007. <https://doi.org/10.1007/s11229-006-9044-x>

LEVIN, Michael. **Virtue Epistemology: No New Cures**. Philosophy and Phenomenological Research, v.69, p. 397-410, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1933-1592.2004.tb00401.x>

LYCAN, William. On the Gettier problem problem. In: HETHERINGTON, Stephen (Ed.). **Epistemology futures**. Clarendon Press, 2006. p. 148-168. <https://doi.org/10.1093/oso/9780199273317.003.0009>

MCMULLIN, Ernan. The Virtues of a Good Theory. In: CURD, Martin, PSILLOS, Stathis (eds.). **The Routledge Companion To Philosophy of Science** (2 ed.) Routledge. 2014.

PLANTINGA, Alvin. **Warrant: The current debate**. Oxford University Press, USA, 1993. <https://doi.org/10.1093/0195078624.001.0001>

PRITCHARD, Duncan. **What is this thing called knowledge?**. Routledge, 2013. <https://doi.org/10.4324/9781315889443>

QUINE, W. V. O. **Epistemologia naturalizada**. In. Col. 'Os Pensadores'. São Paulo: Abril Cultural, pp. 163-175. 1975.

RUSSELL, Bertrand. **The problems of philosophy**. OUP Oxford, 2001.

SILVA, José Lourenco. **Platão e a definição tradicional de conhecimento**. Archai, n.º23, p. 167-204, 2018. https://doi.org/10.14195/1984-249X_23_6

SOSA, Ernest. **The Raft and the Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge**. Midwest Studies in Philosophy, v.5, p.3-26, 1980. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4975.1980.tb00394.x>

ZAGZEBSKI, Linda. O que é conhecimento? In: GREGO, John. **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.p.153-190.

_____. **On Epistemology**. Belmont: Wadsworth, 2008.

_____. **Virtues of the mind: An inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge**. Cambridge University Press, 1996.

_____. **Epistemic values: collected papers in epistemology**. USA: Oxford University Press, 2020a.

_____. From Reliabilism to Virtue Epistemology. In: ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. **Epistemic Values: Collected Papers in Epistemology**. Oxford University Press, USA, 2020b.

_____. The Search for the Source of Epistemic Good. In: ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. **Epistemic Values: Collected Papers in Epistemology**. Oxford University Press, USA, 2020c.

_____. Intellectual Motivation and the Good of Truth In: ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. **Epistemic Values: Collected Papers in Epistemology**. Oxford University Press, USA, 2020d.

_____. Epistemic Value and the Primacy of What We Care About. In: ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. **Epistemic Values: Collected Papers in Epistemology**. Oxford University Press, USA, 2020e.

_____. The inescapability of Gettier problems. In: ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. **Epistemic Values: Collected Papers in Epistemology**. Oxford University Press, USA, 2020f.